

António João Farinha Ribeiro dos Santos

Aluno Nº 700581

O papel dos conhecimentos e dos modos de vida locais no desenvolvimento sustentável: estudo exploratório sobre o impacto da Reserva Natural das Ilhas Berlengas na Comunidade Piscatória



Foto: Postal Ilustrado, Peniche Porto de Pesca

Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

2011

Professor Doutor Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro

Professora Doutora Maria de Fátima Pereira Alves

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

António João Corrinho Ribeiro dos Santos

Lisboa, 19 de Julho de 2011

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

Os orientadores,

Porto,.... de de

Agradecimentos e Dedicatória

Ao Professor Doutor Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro, por me ter ajudado a encontrar um tema para a dissertação de mestrado e por me ter acolhido na orientação deste trabalho. À Professora Doutora Maria de Fátima Pereira Alves, por todo o seu apoio, acompanhamento, interesse e motivação que sempre me transmitiu pessoalmente e a distância.

A todos os interlocutores que conheci, no decurso deste trabalho, com destaque para o Professor Doutor Paulo Maranhão, Subdirector da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria, aos técnicos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade em Peniche e em Lisboa, e aos profissionais da pesca e das actividades marítimo-turísticas de Peniche.

À Dora Cristina pelo seu apoio ilimitado e ao meu pai, pelo período difícil que passou durante a fase final deste trabalho, dedico-lhes esta dissertação de mestrado.

Resumo

O papel dos conhecimentos e dos modos de vida locais no desenvolvimento sustentável: estudo exploratório sobre o impacto da Reserva Natural das Ilhas Berlengas na Comunidade Piscatória

António João Farinha Ribeiro dos Santos

A compatibilização dos objectivos de conservação da biodiversidade, (dos recursos haliêuticos e do meio ambiente costeiro), subjacentes às políticas definidas, com a actividade humana, requer o estudo dos saberes e das práticas da população local.

Na presente dissertação pretendem-se construir instrumentos de recolha de informação que permitam perceber o impacto da Reserva Natural das ilhas Berlengas na vida da comunidade piscatória local.

Apesar de existir muita investigação sobre os benefícios ecológicos das Reservas na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos seus recursos naturais, comparativamente, os estudos sobre os desafios e ganhos em bem-estar para as populações locais são escassos¹. Esta relação das Reservas e dos seus sistemas, bem como a gestão dos seus recursos não estará completa sem que as dimensões das interacções culturais, sociais e económicas das populações locais com a reserva sejam compreendidas, descritas e se constituam enquanto parte fundamental da estratégia de conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

É neste contexto que se justifica a caracterização social, cultural e económica da população que mais de perto sente a reserva, a vive e é o principal alvo das suas implicações e consequências.

PALAVRAS-CHAVE: biodiversidade; desenvolvimento sustentável; recursos haliêuticos; reserva natural; comunidade piscatória; bem-estar.

¹ Samonte G, Karrer L, Orbach M. 2010. People and Oceans. Science and Knowledge Division, Conservation International, Arlington, Virginia, USA.

Abstract

The knowledge and the locals' ways of life role in the sustainable development: an exploratory study upon the impact of the Natural Reserve of the Berlengas islands into the life of the local fishing community.

António João Farinha Ribeiro dos Santos

The compatibility of the biodiversity conservation aims and the halieuthic resources of the coastal environment, underlying the policies defined for the human activity requires the knowledge and the study of the local population practices together with their economical needs of life.

The following dissertation intends to build up data tools that enable us to gather the required information to understand the impact of the Natural Reserve of the Berlengas islands into the life of the local fishing community.

Despite the fact that there is a lot of research about the ecological benefits of the Reserves to preserve the biodiversity and the sustainable management of the natural resources, comparatively, the studies on the welfare challenges and gains for the local population are only a few². This relationship of the Reserves and their systems, as well as, the management of its resources, will not be completed without the understanding and description of the cultural interactions, social and economic dimensions of the local populations within the reserve. They will also constitute a fundamental part of the biodiversity conservation strategy and the sustainable development.

Therefore, it is justified in this context, that in the characterization of the social, cultural and economic population (that feels closer to the reserve, that lives it) and is the main target of the reserve) their implications and consequences.

KEYWORDS: biodiversity, sustainability development, halieuthic resources, natural reserve, fishing community and wellness.

² Samonte G, Karrer L, Orbach M. 2010. People and Oceans. Science and Knowledge Division, Conservation International, Arlington, Virginia, USA.

Índice Geral

Resumo	4
Abstract.....	5
Introdução	9
PARTE I – Sobre o quadro teórico	11
Capítulo 1 - Caracterização da comunidade piscatória de Peniche.....	11
1.1 Caracterização da comunidade piscatória	11
1.2 O pescador penichense	17
Capítulo 2 – As políticas de protecção da natureza e a reserva natural das ilhas Berlengas.....	20
2.1 Localização das ilhas Berlengas.....	20
2.2 A classificação das ilhas Berlengas como Reserva Natural – história da sua constituição e seu enquadramento político – principais questões e desafios para um desenvolvimento sustentável	22
Capítulo 3 – Desenvolvimento sustentável: a conservação dos recursos, desafios e limitações	31
3.1 Conservação dos recursos na RNB – a tónica nos recursos marinhos	31
3.2 Actividade piscatória na RNB – regulamentação e enquadramento	37
3.3 A opção pela pesca sustentável	40
Capítulo 4 - A gestão sustentável da RNB	50
PARTE II – Trabalho de campo	61
Capítulo 1 - Objectivos.....	61
Capítulo 2 - Metodologia.....	62
Capítulo 3 – Resultados	65
3.1 - A actividade Piscatória antes e depois da RNB: A dimensão temporal.....	65
3.2 – Os velhos e os novos pescadores: A profissão em risco?.....	66
3.3 - A dimensão ambiental (ou a componente estruturante do conceito de sustentabilidade da RNB).	68
3.4 - A dimensão económica (ou a componente crítica do conceito de sustentabilidade da RNB).	70
3.5 - A dimensão social (ou a componente primária do conceito de sustentabilidade da RNB).	71
Capítulo 4 - Discussão e conclusão.....	73
Bibliografia	76
Legislação	81

Planos de ordenamento e gestão	83
Anexo 1 Actividades sujeitas a autorização prévia ou interditas.....	84
Anexo 2 Capturas nominais por espécies.....	85
Anexo 3 As dez maiores áreas marinhas protegidas do mundo.....	86
Anexo 4 Guiões de entrevistas	87
Anexo 5 Entrevistas	92

Índice de Figuras e Quadros

Figura 1 Preparação das redes no porto de pesca de Peniche.....	11
Figura 2 Mapa de circunscrição da região do porto de Peniche.	12
Figura 3 Logótipo Peniche Capital da Onda.	14
Figura 4 Mapa das ilhas Berlengas.	21
Figura 5 Zonamento da RNB.....	24
Figura 6 Carta de zonamento da Reserva Natural da Berlenga.	28
Figura 7 Projecto Berlenga Laboratório de Sustentabilidade.	29
Figura 8 Alcatruzes	38
Figura 9 Percebe (<i>Pollicipes pollicipes</i>).	39
Figura 10 Tendências mundiais do estado dos stocks marinhos de 1974 a 2006 (em %).	41
Figura 11 Logótipo Pesca Sustentável.	42
Figura 12 Campanha lista vermelha de peixes da <i>Greenpeace</i>	49
Figura 13 As áreas marítimas protegidas	53
Figura 14 Modelo de Gestão Directa	54
Figura 15 Modelo de Gestão Dialogante	55
Figura 16 Modelo de Gestão Tradicionalista	55
Figura 17 Elos de actuação para a gestão de AMP's.....	56
Quadro 1 Caracterização sociográfica dos entrevistados	64

Introdução

O presente trabalho de investigação nasce da virtuosa simultaneidade entre a vontade do autor em concluir os estudos de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, iniciados dois anos antes na Universidade Aberta, e a necessidade de perceber o impacto da Reserva Natural das Ilhas Berlengas (RNB) na vida local dos habitantes da cidade de Peniche e principalmente, da sua comunidade piscatória, por parte de um grupo de investigadores que fazem parte desta e de outras universidades (Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia do Mar).

A integração num grupo já constituído, multidisciplinar, usufruindo assim da sua experiência e entreaajuda, foi a motivação extra para abraçar este projecto. Em contrapartida, a falta de contacto anterior com a realidade social e profissional das “gentes” de Peniche e, principalmente com a árdua e arriscada profissão de pescador, constituíram para o autor, sérios motivos de reflexão e temor, sobre a capacidade de levar “a bom porto” esta investigação de carácter sociológico, mas sobretudo abarcando esta necessária multidisciplinaridade. Afinal a Cultura e a Natureza são dois lados da mesma moeda e as explicações que entre elas se tecem são interdependentes e complexas.

Recorremos, por isso, aos sempre profícuos ensinamentos de um dos primeiros investigadores em ciências sociais em Portugal, Adérito Sedas Nunes onde nos seus “materiais de uma experiência pedagógica” (Nunes, 1976) reflecte sobre a irredutibilidade entre o saber e o ser, ou seja, sobre o conhecimento e a realidade. Segundo este autor, embora as diversas ciências visem o conhecimento dos “objectos reais” (os objectos que efectivamente compõem o mundo) o que, no entanto, caracteriza um trabalho de investigação, nomeadamente a investigação sociológica, é a construção de objectos de conhecimento. Objectos esses, formados por conceitos e principalmente, relações entre conceitos, as quais irão servir para se alcançar uma certa forma de apropriação cognitiva do real. Alertando-nos também para o engano que a familiaridade com uma determinada realidade social pode trazer para a produção de conhecimentos científicos sobre essa mesma realidade. É assim, confortado com tal visão epistemológica, que avanço para o desafio de tentar elaborarmos uma

dissertação e desse modo contribuir para compreender, de forma científica, a comunidade piscatória de Peniche, e os impactes que a gestão da reserva natural das ilhas Berlengas tem, ou virá a ter, no seu modo de viver e trabalhar.

Este trabalho está organizado em duas partes, uma primeira onde se faz o enquadramento teórico da problemática do objecto de estudo e a segunda onde se materializa, através da aplicação de cinco entrevistas semi-estruturadas, o encontro com a realidade social presente.

No primeiro capítulo da primeira parte faz-se uma caracterização da comunidade marítima de Peniche ao longo do tempo e em especial do pescador penichense. No segundo capítulo procede-se a uma descrição pormenorizada da ilha Berlenga e de toda a reserva natural, tanto do ponto de vista ambiental, como das políticas e iniciativas jurídicas para a sua protecção. No terceiro capítulo analisa-se o conceito de desenvolvimento sustentável associado à conservação dos recursos marinhos na RNB e na actividade piscatória de apanha que nela é exercida. Assinalando-se, por fim, as várias opções de caracterização do uso e exercício da pesca de forma sustentável na RNB. No quarto e último capítulo da primeira parte, aborda-se a gestão sustentável da RNB, tendo em conta alguns exemplos do que se faz noutras partes do mundo e procurando realçar alguns dos aspectos mais positivos das iniciativas levadas a cabo em Peniche e na RNB.

No primeiro capítulo da segunda parte, dá-se conta do trabalho de campo executado sobre a forma de um estudo exploratório, assente em cinco entrevistas exploratórias feitas a pescadores, a um antigo pescador agora marinho das actividades marítimo-turísticas da ilha Berlenga e a biólogos, técnicos do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), de forma a tentar construir um guião de entrevista (que foi pré-testado) e que permita, noutra fase, dar continuidade a este estudo, caracterizando de forma mais próxima a realidade social encontrada no terreno. No segundo capítulo são apresentadas as informações gerais obtidas com as entrevistas exploratórias e por fim, no terceiro capítulo, serão apresentadas as conclusões gerais que foram possíveis de apurar com este trabalho teórico e prático e, sempre que possível, serão alvo de discussão e conclusão.

PARTE I – Sobre o quadro teórico

Capítulo 1 - Caracterização da comunidade piscatória de Peniche

A vida é muito fraca para um pescador como eu.

Vivemos do que se vai pescando, cada vez menos.

Joaquim da Nazaré, pescador em Peniche

1.1 Caracterização da comunidade piscatória

A comunidade piscatória de Peniche é uma das mais antigas do país, é uma das que dispõe de uma das mais vastas frentes marítimas e, na zona centro, é a que reúne o maior número de pescadores no activo (INE, 2009a).

A pesca em Peniche era vista, ainda há pouco tempo, como estruturante de toda uma comunidade, na medida em que nela se baseava, directa ou indirectamente a grande maioria da actividade económica e social aí existente (Figura 1). Na prática não existindo real alternativa, em termos de empregos e ocupações, para a generalidade dos recursos humanos que mobiliza na sua faina (Moreira, 1987).



Figura 1 Preparação das redes no porto de pesca de Peniche.

in <http://www.cm-peniche.pt/>.

Consentâneo ainda hoje com essa realidade, o porto de pesca de Peniche é o principal porto de pesca da região centro³ e um dos principais portos de pesca do país em termos de movimentos de entradas e saídas de embarcações de pesca, valor e peso de pescado descarregado em lota, e também devido à importância económica da pesca polivalente⁴ costeira que é praticada nesta região e, que o torna, no segundo porto de pesca do país (depois de Sesimbra) em valores contabilizados para as capturas nominais de espécies⁵ (INE, 2001, 2009a, 2009b, 2010).

O porto de pesca de Peniche e a sua comunidade piscatória ficam localizados a uma distância de oitenta e cinco quilómetros da cidade de Leiria, a sua capital de distrito, e a cem quilómetros da cidade de Lisboa. Encontra-se ao abrigo de uma península, sendo um dos mais de cem portos de pesca da vasta costa portuguesa onde se estabeleceram comunidades piscatórias (Figura 2).



Figura 2 Mapa de circunscrição da região do porto de Peniche.

in Google Earth.

3 Nesta região que conta com, entre outros, os importantes portos de pesca de Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré e respectivas comunidades piscatórias, o porto de pesca de Peniche é responsável por capturas nominais (em toneladas) de 15.393 das 41.792 registadas e, por vendas no valor (em milhares de €) de 32.560 em 65.123 contabilizadas (INE, 2010).

4 Esta pesca é exercida utilizando artes diversificadas como por exemplo, aparelhos de anzol, armadilhas, alcatruzes, ganchorra, redes camaroeiras e do pilado, xávegas e sacadas-toneiras. As embarcações que se dedicam a esta pesca estão equipadas para o uso alternativo de duas ou mais artes de pesca, sem ser necessário fazer modificações significativas no arranjo do navio ou respectivo equipamento. Neste segmento estão incluídas todas as embarcações da pesca local e todas as embarcações da frota costeira que não efectuem, exclusivamente, a pesca por arrasto e a pesca por cerco (INE, 2010).

5 Pescado fresco ou refrigerado de onde se destaca na categoria de Peixes Marinhos a Sardinha e nos Moluscos o Polvo (INE, 2009b).

Promovido a Capitania desde 1919, mantém a mesma área de jurisdição desde 1937, estendendo-se desde a Pirâmide do Bouro (a norte da Lagoa de Óbidos) até à foz do rio Sisandro (a sul), incluindo toda a lagoa de Óbidos, as ilhas Berlengas e cinco pequenos portos (Baleal, Pai Mogo, Porto das Barcas, Porto Dinheiro, e Porto Novo) (Souto, 1991).

O município de Peniche conta com uma população residente estimada de 28.615 indivíduos, tendo registados na sua capitania marítima 1.090 pescadores e 789 embarcações das quais 422 com motor (INE, 2009a). Actualmente, a comunidade piscatória e o respectivo porto de pesca da cidade de Peniche continuam ainda a ter um papel importante e, principalmente bastante emblemático, na vida deste município, mas já sem a centralidade de outros tempos.

O historiador e escritor penichense Adriano Calado tem reeditado com assinalável êxito o seu livro, *Peniche na história e na lenda*, onde descreve ao pormenor e com conhecimento de causa, a gesta da terra e das gentes de Peniche.

“...povo penicheiro que, entre folas e mares rasos, entre safras de esperança e naufrágios de desgraça, sempre tem tido a coragem de querer – e saber – construir a sua terra...”

(Calado, 1991)

Já anteriormente, no início do século XX, outro vulto importante da literatura portuguesa e, observador atento da realidade social da sua época o tinha feito. O escritor Raul Germano Brandão, na sua obra literária, com carácter descritivo e antropológico com o título “Os Pescadores”, retrata o modo de vida de quem se entrega ao mar para recolher o seu sustento. Neste livro são destacadas as esforçadas e trabalhadoras gentes de Peniche, referindo-se, deste modo, às suas longas e intensas jornadas laborais.

“ É a gente morena de Peniche ou do Ferrel que acumula, e que, terminada a vindima, e recolhido o mosto nas cubas, vai, com as mãos ainda tintas do cacho,

*apanhar a sardinha, que salta ao lume de água, a sarda e a moreia, ou com o bicheiro
fisgar os polvos, que se escondem nas pedras.*

– Ala! ala!

Isto dura horas, dura o dia. No regresso já o sol desaparece atrás de Santa

*Catarina, e a luz confunde-se com a luz do luar que tremeluz na esteira mágica
do barco. Cintila e some-se o farol das Berlengas, e mais longe reluz o do cabo, que é
fixo.”*

(Brandão, 1923)

A emergência de novos pólos de desenvolvimento local e regional são bem-vindos e estimulados pelos dirigentes políticos de Peniche. É exemplo disso a ainda prometedora, embora já bem estabelecida, indústria do turismo, e muito especialmente o turismo associado ao mar e às praias⁶ (Figura 3) e o turismo gastronómico também muito ligado às principais capturas dos recursos piscícolas⁷ mais comuns nesta zona.



Figura 3 Logótipo Peniche Capital da Onda.

in <http://www.cm-peniche.pt/>

⁶ Actualmente, o município de Peniche adoptou como lema “Peniche - Capital da Onda” como forma de promover e projectar para o exterior as potencialidades da sua costa para os desportos náuticos de deslize (Figura 3).

⁷ Diversos estabelecimentos hoteleiros promovem com sucesso os produtos tradicionais resultantes da actividade piscatória local, nomeadamente os pequenos pelágicos, de onde se destaca a famosa sardinha de Peniche.

Outra área em grande desenvolvimento no concelho de Peniche é a instalação de centros universitários e de investigação⁸, também ligados à pesquisa e promoção da fileira do mar e do turismo.

Estes e outros pólos de desenvolvimento local concorrem, directa ou indirectamente, com a actividade piscatória, em protagonismo e em importância económica e social para o desenvolvimento da cidade de Peniche. E conquanto tenham em comum o ambiente marítimo e até a utilização das espécies mais comuns capturadas pelos pescadores, promovem-se e desenvolvem-se quase sem qualquer ligação humana efectiva à comunidade piscatória de Peniche e à sua faina diária.

No futuro, as opções estratégicas definidas para o horizonte temporal de 2025, pelos actuais responsáveis da edilidade penichense⁹, e em diálogo com outros protagonistas e decisores locais visam, antes de mais, preocupações de cariz ambiental e de sustentabilidade local.

A continuação da pesca tradicional é referida com preocupação acrescida, tendo em vista a sustentabilidade dos recursos marinhos e é, de algum modo, preterida em benefício da pesca desportiva.

“...preconiza uma forte aposta no mar e actividades associadas, embora com uma preocupação central na sustentabilidade dos recursos marinhos e no desenvolvimento de actividades não agressivas para o meio ambiente, como a pesca desportiva sustentável...”

Magna Carta Peniche 2025

É assumido neste documento estratégico a necessidade de diversificar e incrementar as mais-valias apuradas nas actividades associadas ao mar e na exploração dos seus recursos, é contudo pouco explícito em relação ao futuro da pesca tradicional e principalmente dos seus protagonistas, a comunidade piscatória de Peniche.

⁸ De onde sobressai o pólo universitário do Instituto Politécnico de Leiria com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche.

⁹ Magna Carta Peniche 2025.

“... um município com elevada sustentabilidade, capaz de compatibilizar o desenvolvimento económico e social com o ambiente e de assegurar o fortalecimento e crescimento da actividade económica tradicional combinado com outras actividades económicas emergentes mais directamente ligadas à sociedade do conhecimento e ao turismo.”

Magna Carta Peniche 2025

A abundância, embora nem sempre presente, de recursos piscatórios nas águas de Peniche, tem sido o principal factor de atracção e manutenção de sucessivas gerações de pescadores nesta região. A industrialização do produto da pesca, através da instalação de diversas unidades fabris da indústria conserveira na proximidade do porto de Peniche, permitiu escoar o peixe, que por razões de logística, não podia ser transportado para posterior venda noutras zonas do país (Peixoto, 1991).

Mas, os pescadores de Peniche, e a exemplo do que acontece noutras comunidades piscatórias por todo o país, enfrentam sérios desafios num futuro próximo. Um dos mais importantes será o da preservação ou mesmo restauração dos ecossistemas fragilizados e das reservas de pesca sobreexploradas principalmente pela pesca intensiva da arte do arrasto. A opção por sistemas de pesca de qualidade, em vez de uma pesca quantitativa, e o privilegiar de técnicas que respeitem tanto o ambiente como a qualidade do produto pescado, é um dos caminhos apontados, de forma a melhor compatibilizar os custos crescentes de produção da pesca comercial, com os valores apurados em lota pelo pescado trazido conforme é indicado na Magna Carta Peniche 2025.

A orientação para a organização dos pescadores em cooperativas de pesca¹⁰ e a implementação de novas formas de comercialização do pescado em lota¹¹, podem ser dois exemplos concretos de como é possível responder, de forma racional e efectiva, aos desafios de implementação de uma pesca sustentável em Peniche. Da capacidade

10 A Cooperativa de Armadores da Pesca Artesanal, CAPA, é um exemplo de um conjunto de pescadores locais, que se organizaram, fundando uma cooperativa que dispõe de mais de quarenta pequenas embarcações, e que opera essencialmente ao largo de Peniche. Um dos principais objectivos desta cooperativa é o de poder proporcionar ao consumidor um produto de pesca artesanal do dia, mais fresco de maior qualidade ao menor custo possível.

11 O sistema de comercialização online da lota de Peniche foi o primeiro a nível nacional a ser implementado em Maio de 2009. Este sistema visa trazer os pequenos compradores como os restaurantes e supermercados à lota, diminuindo assim, o número de intermediários e, consequentemente melhorando o rendimento dos pescadores e reduzindo o valor do pescado junto do consumidor final.

de réplica que a comunidade piscatória tiver para superar os sucessivos desafios que a sociedade actual lhe impõe, depende mais do que o seu êxito a sua sobrevivência, enquanto agentes sociais e económicos de relevo em Peniche.

1.2 O pescador penichense

“Cultivar o mar é uma coisa –

é ofício de pescadores;

explorar o mar é outra coisa –

é ofício de industriais.”

Raul G. Brandão

O mar continua a ser uma das últimas fronteiras do homem. O mar fundo, para o homem comum e até para o simples pescador é um lugar imaginário, onde este último procura o seu sustento. Ao contrário do agricultor ou até do caçador, o pescador desconhece os limites e as potencialidades da sua área de trabalho. Ele vai para onde julga que existam recursos disponíveis, utilizando todo o seu manancial de saberes, tecnologias e artes; e uma vez aí chegado predispõe-se a capturar o máximo possível! A pesca, a exemplo de muitas outras actividades do sector primário, e enquanto forma de concorrer economicamente com os outros sectores de actividade, tradicionalmente mais rentáveis nas sociedades ocidentalizadas, tornou-se desde há muito, uma actividade predatória. O objectivo que norteia a generalidade das saídas para o mar, seja na pesca lúdica ou comercial é, invariavelmente, a maximização das capturas. A forma de organização das companhias em que a retribuição, em espécie e financeira, dos pescadores assenta numa redistribuição parcial do produto pescado e do seu valor em lota, é ajustado à lógica de maximização das capturas, de forma a uma maior rentabilização da pescaria pelo factor quantidade. Consequentemente, a maior parte dos peritos e os relatórios das instituições que seguem esta actividade, e os efectivos marinhos, não se coíbem de utilizar o termo predatório quando caracterizam a generalidade da actividade piscatória actual. Note-se ainda que, as infra-estruturas em terra, de conservação e transformação do pescado, tendem a contribuir para essa mesma lógica, ao aumentarem, de forma quase ilimitada, as suas

capacidades para processarem maiores quantidades de peixe. O único factor que pode impedir um pouco, este processo aparentemente irreversível, é a cotação em lota do pescado, principalmente quando as quantidades ultrapassam significativamente o que o mercado se dispõe a consumir.

O desenvolvimento da arte da pesca na região de Peniche fez-se, essencialmente à custa de uma espécie: a sardinha. A abundância de recursos vivos marinhos nas águas de Peniche foi, desde que há memória, factor de atracção de populações para o istmo. Pescadores, negociantes, almocreves, carregadores, indiferenciados, etc., muitos para esta região se deslocaram. Temporárias ou definitivas, as deslocações de pessoas de diversas regiões do país para Peniche deram origem a uma população heterogénea e diversificada (Souto, 2007).

O aparecimento e fortalecimento da comunidade piscatória e mais propriamente do pescador penichense são vistos por este autor, como o resultado de um mar generoso em peixe, e principalmente em sardinha, cujo valor intrínseco contudo, não é muito valorizado em lota. Aparentemente esta mantém-se como a espécie capturada com maior volume e maior facturação, sendo contudo das que tem um menor valor comercial por quilograma.¹² Mas se a sardinha continua a ter um valor importante, pelo volume que é transaccionado em lota, o porto de Peniche ganha importância a nível nacional por causa de outras espécies mais bem cotadas que lhe chegam em grandes quantidades. A lota do porto de pesca de Peniche manifestou em 2008 e 2009 o maior valor médio por quilograma de peixe vendido, em todo o país. Em 2009 esse valor foi de 2,1€/kg, para uma média nacional de 1,7€/kg, sendo que no continente esse valor desce para apenas 1,55€/kg. O porto de Peniche foi também em 2009, o primeiro porto de pesca do país em peso de peixe vendido, no acumulado 15.393 toneladas, e na facturação apurada das capturas totais acumuladas que atingiram o valor de 32.560.000 euros. Também na pesca com recurso à arte do arrasto costeiro e na pesca proveniente da arte do cerco, a lota do porto de Peniche foi a primeira em volume de vendas. Nas capturas com recurso à arte de pesca polivalente, a lota de Peniche foi a segunda, depois de Sesimbra em valor, e a quarta em volume de pescado vendido, o que veio a proporcionar um valor médio por quilograma muito superior às outras lotas do país. Em termos monetários absolutos, as principais espécies desembarcadas pela frota de pesca na lota de Peniche, em 2009, foram a sardinha o

12 Em média esta espécie foi comercializada com o valor de 1,26€ por quilograma na lota de Peniche (INE, 2010).

atum e similares (ver anexo 2), em valores relativos, o robalo e o linguado são das espécies mais valorizadas, respectivamente 12,6 e 10,6 (€ por kg) sendo de destacar também o atum pelo seu valor médio apurado em lota 5,9 (€ por kg) tendo em conta que depois da sardinha é a espécie mais importante em termos de quantidade capturada (INE, 2010).

Estes valores mostram que a lota do porto de Peniche continua a ser muito procurada, pelos pescadores para colocarem as suas capturas em leilão no mercado, e assim encontrarem um preço superior à média das outras lotas. Pelo modo de funcionamento do mercado, estes resultados só foram conseguidos devido a uma maior concentração de compradores ou volume de compras e muito provavelmente a uma qualidade superior do produto apresentado.

Sabe-se que existem embarcações registadas noutros portos que pescam nesta região e que utilizam a lota do porto de Peniche para descarregarem o seu peixe. O porto de Peniche tem, por isso, registado um movimento de embarcações superior ao número de embarcações nele matriculadas. Contudo a legislação em vigor, apenas autoriza as embarcações de pesca comercial registadas no porto de Peniche e nas capitánias limítrofes, com as devidas restrições estipuladas no Regulamento do Plano de Ordenamento, a pescar na área da RNB. Não existem todavia estudos que indiquem qual a real contribuição da reserva para o potencial aumento de rendimento efectivo da pesca no porto de Peniche¹³.

Todo este incremento da actividade portuária potencia a manutenção, ou mesmo a expansão, de outras actividades ligadas directa ou indirectamente à actividade piscatória. Refira-se pela sua importância, em número de postos de trabalho mantidos e volume de facturação alcançados, a indústria conserveira e transformadora e a logística associada ao comércio de peixe fresco, congelado ou em conserva. E ainda o importante sector dos estaleiros da construção e manutenção naval, entre outros sectores industriais e comerciais que se desenvolvem na dependência da actividade portuária.

Será fácil conceber que a importância actual do sector pesqueiro, para este concelho, vai ainda muito para além da sua actividade piscatória, ultrapassando com facilidade as fronteiras administrativas do mesmo, quer em termos económicos, quer nos aspectos sociais.

13 Conforme é referido no dossier de candidatura das Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO, Dezembro de 2008.

Capítulo 2 – As políticas de protecção da natureza e a reserva natural das ilhas Berlengas

*“De longe a Berlenga parece um simples
rochedo de encostas abruptas,
desnudado e sem vida.
Mas, à medida que nos aproximamos,
vislumbramos bandos de aves que o sobrevoam
e já desembarcados é visível a sua incrível riqueza biológica.”*

Alexandre Vaz¹⁴

2.1 Localização das ilhas Berlengas

O arquipélago das ilhas Berlengas situa-se no mar da plataforma continental da costa oeste de Portugal, ao largo da cidade de Peniche, encontrando-se, aproximadamente, a 5,7 milhas náuticas a noroeste do Cabo Carvoeiro¹⁵.

A Berlenga, ilha maior do arquipélago, é essencialmente um rochedo granítico que atinge os oitenta e oito metros de altura, apresenta um comprimento máximo de mil e quinhentos metros e uma área total de setenta e oito hectares. O arquipélago é constituído ainda por ilhas de menores dimensões, como as Estelas e os Farilhões - Forçadas e mais alguns rochedos, estando todo ele incluído na região administrativa do concelho de Peniche, incluídas na Freguesia de S. Pedro (Figura 4).

¹⁴ Fotojornalista.

¹⁵ Aproximadamente dez quilómetros.



Figura 4 Mapa das ilhas Berlengas.

in <http://portal.icnb.pt>

No século XVII a ilha Berlenga foi fortificada com a construção da fortaleza de São João Baptista, que viria a revelar-se estratégica durante as guerras com Castela, as invasões francesas e as guerras civis que se seguiram. Em 1841, na parte mais alta desta ilha construiu-se um farol, com vinte e nove metros de altura, cuja luz pode ser avistada a mais de vinte e quatro milhas náuticas de distância, tornando-se assim, numa referência importantíssima para o intenso tráfego marítimo que sempre percorreu esta região.

Entre 1847 e 1962 a ilha Berlenga voltou a estar praticamente desocupada, tendo nesse ano sido iniciada a recuperação da fortaleza de São João Baptista, mas agora com funções de lazer, vindo a servir como pousada¹⁶ até Abril de 1974 (Calado, 1991).

16 Actualmente, o Forte de São João Baptista funciona como casa abrigo e é gerida pela Associação dos Amigos das Berlengas, através de um protocolo celebrado com a CMP, sendo um dos locais de alojamento do arquipélago, conta com doze quartos principais e oito na muralha, bem como serviços de minimercado e restauração.

Raul Brandão, em 1919 dedicou-lhe um capítulo inteiro do seu livro “Os Pescadores”, referindo-se a ela como “...*delicadamente pousadas na água...*”. Segundo este autor a Berlenga oferecia momentos únicos e idílicos “...*diante deste espectáculo sempre igual e sempre renovado. De Inverno nenhum barco atraca às Berlengas. Só e Deus no mais belo sítio da costa portuguesa!*”

É igualmente grande, a importância deste pequeno arquipélago, enquanto ecossistema insular. Ao seu alto valor biológico, da área marinha em seu redor, acresce a sua riqueza e diversidade botânica e a sua importância, enquanto habitat de nidificação. Sendo também local de passagem para uma variada avifauna marinha de características migratórias (Teixeira, 2002).

2.2 A classificação das ilhas Berlengas como Reserva Natural – história da sua constituição e seu enquadramento político – principais questões e desafios para um desenvolvimento sustentável

Em Setembro de 1981 o arquipélago da Berlenga foi classificado como Reserva Natural¹⁷. A constituição da Reserva Natural da ilha Berlenga inclui-a uma área subaquática com cerca de 1.063 hectares, sendo delimitada pela curva batimétrica dos trinta metros, em seu redor.

Em 1998, no âmbito das comemorações do Ano Internacional dos Oceanos, a Reserva Natural da Berlenga é reclassificada¹⁸ passando-se a designar por Reserva Natural das Berlengas,¹⁹ sendo agora constituída por todo o arquipélago das Berlengas e uma Área Marítima Protegida (AMP) em seu redor, inserindo-se na rede nacional de Áreas Protegidas. Note-se que nesta nova classificação, para além de permitir continuar a escrutinar a presença de um vasto e interessante património arqueológico terrestre passa também a incluir na reserva todo um ainda mais vasto, e igualmente importante, património natural subaquático.

17 Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro

18 Aplicando-se o novo enquadramento legal das áreas protegidas, Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

19 Decreto Regulamentar n.º 30/98, de 23 de Dezembro, complementado no ano seguinte pelo Decreto Regulamentar n.º 32/99, de 20 de Dezembro.

Não é por isso de desprezar a beleza natural destas ilhas e todo o respectivo enquadramento marítimo que tem encantado milhares de turistas nacionais e estrangeiros ao longo dos tempos.

O elevado valor biológico e de conservação da biodiversidade a nível europeu, foi também reconhecido, ao ser acreditada como reserva Biogenética do Conselho da Europa e Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens²⁰, e a importância da conservação desta área natural foi formalmente reconhecida pela União europeia em 1997, ao ser classificada como Sítio da Rede Natura 2000 ao abrigo da Directiva Habitats²¹.

A actual constituição da RNB²² inclui uma área subaquática com perto de 9.560 hectares, sendo delimitada por coordenadas geográficas que definem um rectângulo formado por paralelos e meridianos em redor das ilhas deste arquipélago²³. Nesta área, a pesca comercial pode realizar-se embora com grandes restrições, nomeadamente na apanha da generalidade das espécies de moluscos e crustáceos, não podendo igualmente fazer-se uso de muitas das artes mais tradicionais desta zona²⁴.

Dentro da área ocupada pela RNB verifica-se a existência de diferentes tipologias de zonas terrestres e marítimas, cada qual com o seu regime de permissões e restrições inseridas em diversas classificações, sendo todas elas contíguas. Encontramos na RNB²⁵ três tipologias distintas de zonas, sendo uma delas apenas aplicada à zona terrestre (zona núcleo) e as outras duas aplicadas simultaneamente às zonas terrestres e marítimas (zona tampão e zona transição) (Figura 5).

20 Directiva n.º 79/409/CEE de 02/04/1979, transposta para o ordenamento jurídico português pelo actual Decreto - Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro.

21 A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia e tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros.

22 Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008 de 24 de Novembro.

23 A área da RNB inclui o arquipélago das Berlengas com todas as suas ilhas e ilhéus: Berlenga Grande e recifes adjacentes, Estelas e Farilhões - Forçadas e a área marítima envolvente. Os seus limites são definidos: a norte, pelo paralelo 39º 30' N.; a sul, pelo paralelo 39º 24' N.; a este, pelo meridiano 9º 28' W.; e a oeste, pelo meridiano 9º 34' W.

24 Não é permitido o uso de redes de cerco, de arrasto ou redes de emalhar, assim como armadilhas de abrigo e de gaiola. A pesca à linha por artes de palangre também é fortemente condicionada sendo permitida apenas a uma distância mínima de cinquenta metros da rocha.

25 Segundo o processo de Candidatura das Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO, versão para Consulta Pública, Dezembro de 2008.

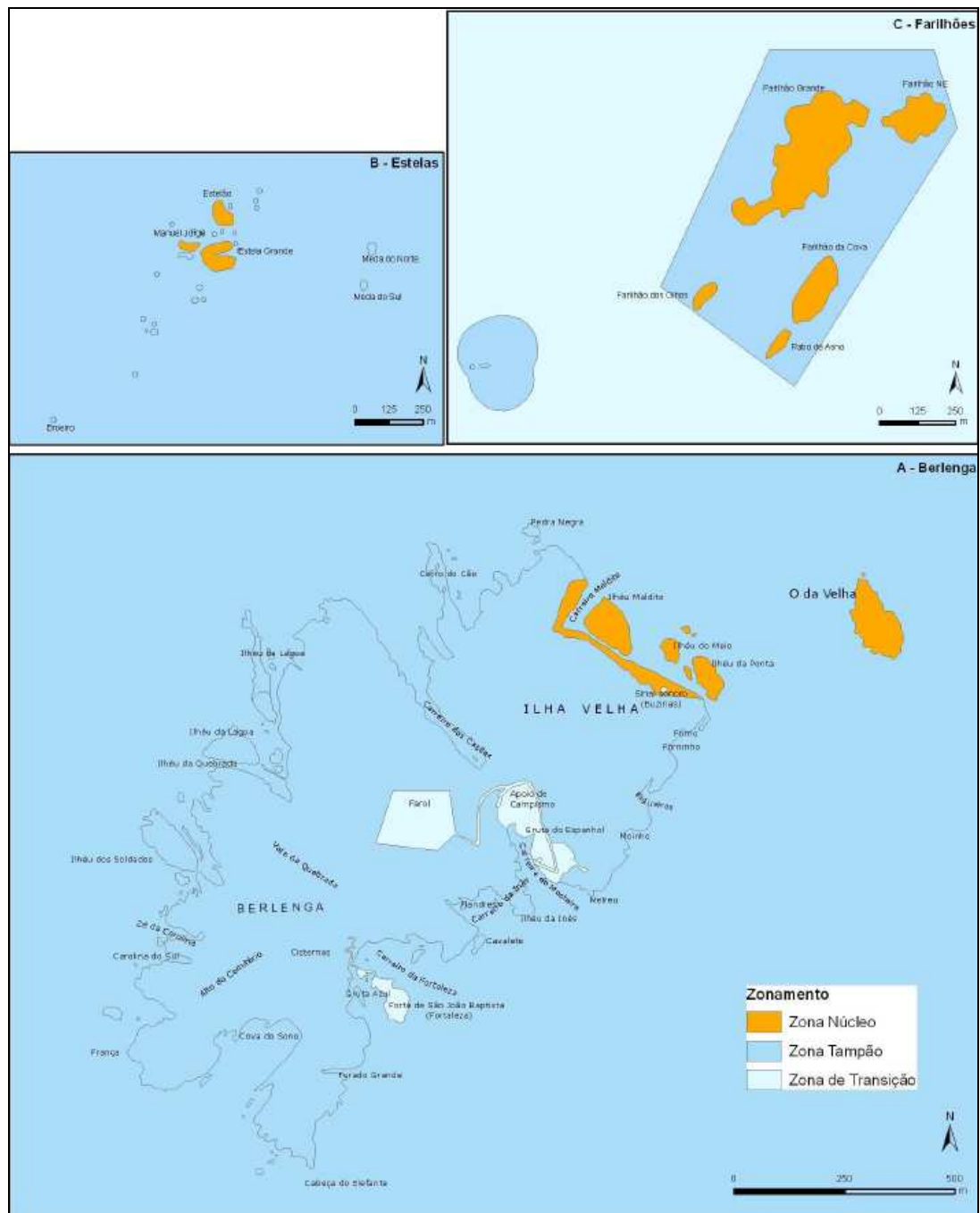


Figura 5 Zonamento da RNB

in Candidatura das Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO, versão para
Consulta Pública, Dezembro de 2008.

As zonas núcleo consistem em áreas terrestres do domínio público marítimo, encontrando-se classificadas concomitantemente no âmbito da Rede Natura 2000 (Sítio do Arquipélago da Berlenga e Zona de Protecção Especial das Berlengas) e no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas. Estas zonas são formadas por espaços onde

predominam ecossistemas e paisagens naturais de carácter excepcional, e com elevada sensibilidade ecológica. Nestas áreas a presença humana é particularmente condicionada, limitando-se ao mínimo necessário para a manutenção ou recuperação do estado de conservação natural do solo ou do meio ambiente. Apenas são permitidas acções de manutenção do Farol dos Farilhões, assim como actividades de investigação, monitorização e vigilância executadas por indivíduos devidamente credenciados²⁶.

As zonas tampão, nas áreas terrestres, consistem em áreas igualmente classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 (Sítio do Arquipélago da Berlenga e Zona de Protecção Especial das Berlengas) e no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas. As actividades permitidas nestas zonas da ilha Berlenga estão maioritariamente ligadas ao turismo na vertente da caminhada em percursos pedestres interpretativos²⁷, e a observação da natureza, especialmente a fauna avícola²⁸. São também permitidas acções de educação ambiental, investigação e monitorização científica. É ainda permitido o acesso a alguns pesqueiros autorizados na área de reserva marinha e a realização das acções necessárias à instalação e manutenção das infra-estruturas para a concretização do projecto “Berlenga – Laboratório da Sustentabilidade”. Nas áreas marinhas, as zonas tampão, estão classificadas como Zonas de Protecção Especial das Berlengas e como Reserva Natural. Estas zonas incluem áreas que no seu conjunto são relevantes ou mesmo excepcionais no que concerne a valores naturais e paisagísticos e de sensibilidade ecológica. As acções permitidas nestas zonas devem respeitar e contribuir para os objectivos de conservação da natureza e biodiversidade. Nas zonas tampão das áreas marítimas é permitida a pesca lúdica (excepto nas modalidades de apanha e de pesca submarina), a pesca comercial é bastante condicionada²⁹. É permitido o tráfego marítimo³⁰ resultante do transporte de passageiros e de mercadorias de e para a Ilha Berlenga, assim como actividades Marítimo-Turísticas e de animação ambiental como os percursos de visitação às grutas, observação de aves e o

26 Conforme o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008.

27 Um dos percursos mais procurado é o Trilho das Grutas, que é constituído pelo Carreiro da Inês, Flandres, Fortaleza de São João Baptista, Gruta Azul, Furado Grande e Cova do Sono. Este percurso tem a duração aproximada de uma hora, a extensão de dois quilómetros e apresenta um grau de dificuldade fácil.

28 Este tipo de fauna divide-se em aves marinhas e não marinhas. As aves marinhas buscam o alimento no mar, sendo a ilha o local escolhido para a nidificarem, outras apenas a utilizam como escala nas suas migrações. As espécies marinhas mais comuns no arquipélago são o Corvo-marinho de Crista, o Airo, a Pardela de Bico Amarelo e as gaivotas de Asa Escura e a Argêntea de Patas Amarelas (esta última com o estatuto de praga).

29 Não é permitido o uso de redes de cerco, de arrasto ou redes de emalhar, assim como armadilhas de abrigo e de gaiola. A pesca à linha por artes de palangre também é fortemente condicionada só sendo permitida a mais de cinquenta metros das rochas.

30 Esta actividade é assegurada por embarcações de média dimensão destinadas a tráfego costeiro e pequenas embarcações de passeio local.

mergulho recreativo³¹. A prática da actividade banhar é apenas permitida na Praia do Carreiro do Mosteiro na Ilha Berlenga, conforme o previsto na legislação aprovada em Novembro de 2008 que denominou a Reserva Natural das Berlengas.

As zonas de transição nas áreas terrestres também gozam de uma classificação simultânea no âmbito da Rede Natura 2000 (Sítio do Arquipélago da Berlenga e Zona de Protecção Especial das Berlengas) e no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas. Estas zonas situam-se todas na ilha Berlenga e integram os espaços edificados e de enquadramento, ou amortecimento da generalidade das actividades humanas permitidas na ilha. Constituem-se como áreas de uso mais intensivo do solo e dos recursos naturais e é nelas que se tenta aliar a generalidade da presença humana na ilha com o seu desenvolvimento social, económico. Esta área inclui o Cais do Carreiro do Mosteiro e a Praia com o mesmo nome e os respectivos acessos, o Bairro Comandante Andrade e Silva (antigo Bairro dos Pescadores), e todas as áreas de serviço anexas (incluindo os arrumos dos equipamentos da pesca). Existe ainda o complexo edificado do Forte de São João Baptista e o respectivo cais, a Praia do Carreiro da Fortaleza e o Farol da Berlenga. As actividades económicas desenvolvidas na ilha localizam-se nesta zona (hotelaria e restauração), incluindo o parque de campismo e o pavilhão “Mar e Sol”. Nestas zonas procuram-se implementar medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos naturais existentes; harmonizando tanto quanto possível, o desenvolvimento socioeconómico, com o equilíbrio entre o gozo dos valores naturais e paisagísticos da ilha Berlenga e os objectivos de conservação da natureza. Assim são valorizadas as actividades de animação e sensibilização ambiental e de turismo de natureza. Procura-se também compatibilizar outras actividades mais tradicionais nesta zona como a pesca local de recreio. As áreas marítimas nas zonas de transição estão igualmente classificadas como Zona de Protecção Especial das Berlengas e como Reserva Natural. As actividades nelas permitidas são principalmente as Marítimo-Turísticas e de animação ambiental, e o transporte de passageiros e carga³². A pesca comercial é permitida (excepto a utilização de redes de arrasto, de emalhar e armadilhas de abrigo). A pesca lúdica é permitida na reserva com excepção da pesca submarina e de apanha³³.

31 As actividades subaquáticas permitidas incluem percursos com snorkel e mergulho autónomo.

32 Principalmente na época estival o transporte marítimo é muito solicitado para visita à ilha Berlenga, visita às grutas e para a prática do mergulho desportivo, fotográfico ou recreativo.

33 Conforme o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008.

Apenas a ilha Berlenga é temporária e sazonalmente habitada por funcionários camarários, vigilantes da natureza afectos ao ICNB, faroleiros da Marinha e pescadores. No entanto durante a época balnear (de um Junho a quinze de Setembro) é bastante procurada e visitada, por milhares de turistas³⁴, podendo alguns deles inclusive, optar por nela pernoitar³⁵. As principais opções disponíveis para passar a noite na Ilha Berlenga consistem no parque de campismo municipal³⁶, na casa abrigo inserida no forte de S. João Baptista³⁷ ou ainda no Pavilhão Mar e Sol³⁸.

Os principais impactes ambientais negativos derivados desta elevada procura turística resultam na presença de visitantes, que por vezes circulam fora dos locais indicados, principalmente fora dos caminhos assinalados para acesso aos pesqueiros (Figuras 4 e 6). Nestes locais regista-se com alguma frequência o pisoteio indevido, com a consequente eliminação ou deterioração da vegetação autóctone, podendo por em causa a biodiversidade da flora local e acentuando o processo erosivo da ilha.

Os maiores problemas que se levantam à gestão da RNB com o aumento da afluência de visitantes, são a frequente escassez de água potável disponível e de energia eléctrica, geralmente com fortes restrições ao consumo diário. Registando-se também problemas ao nível do funcionamento dos sistemas de saneamento básico, e sistema de recolha dos resíduos sólidos urbanos, que são rudimentares e com funcionamento deficiente, principalmente no verão.

34 Quarenta mil turistas são o número anual de visitas estimadas, segundo a versão para consulta, da candidatura das Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO.

35 Existe uma capacidade de carga humana, estabelecida por legislação própria, que determina e limita a 350 pax/dia o número máximo de visitantes autorizados a permanecer na área da RNB.

36 Limitado a 100 lugares/pax. O jornal Inglês de referencia The Sunday Times, em Março de 2009 destacou este parque de campismo, em conjunto com outros dezanove, com o título de “The 20 coolest camp sites in Europe”, http://www.timesonline.co.uk/tol/travel/holiday_type/active/article5857453.ece, acedido em 03/01/2011.

37 Com uma lotação de 50 dormidas/pax.

38 Equipado com cinco quartos duplos.

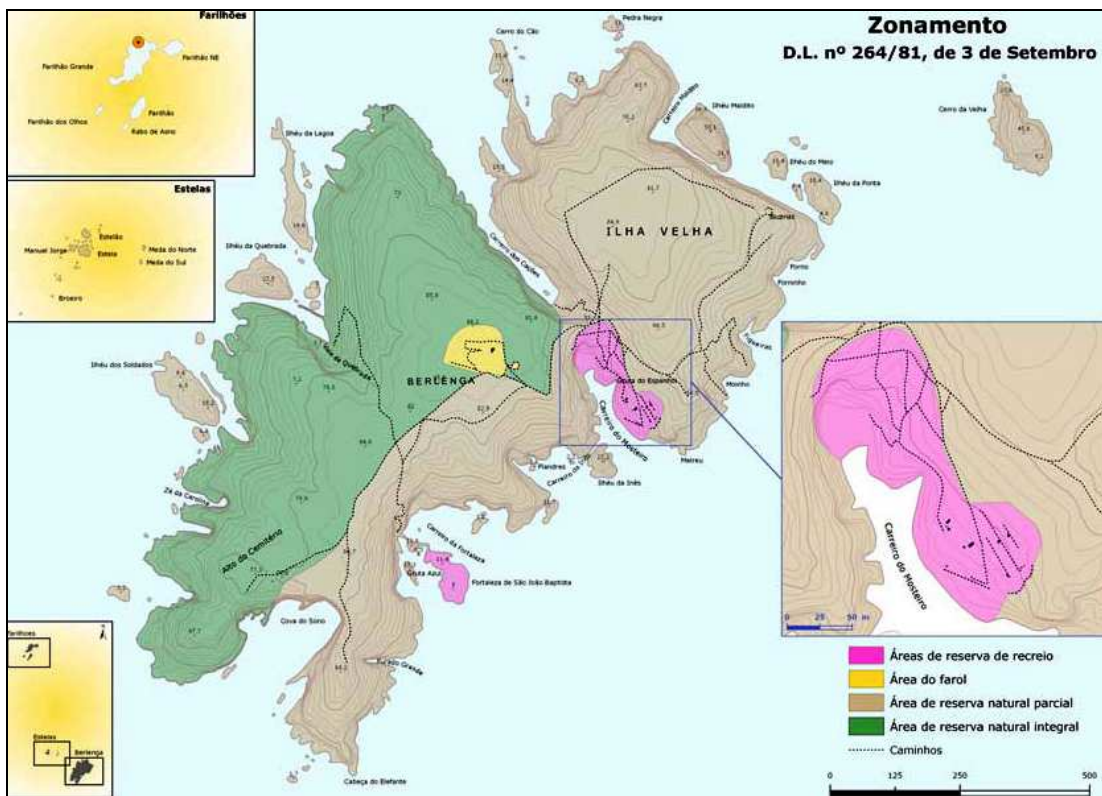


Figura 6 Carta de zonamento da Reserva Natural da Berlenga.

in Plano Ordenamento da RNB.

Enquanto Reserva Natural, a ilha Berlenga está sujeita a várias condicionantes mesmo em actividades ligadas ao Turismo de Natureza³⁹ e conforme o previsto no seu Plano de Ordenamento. Assim, variadas actividades desportivas ou didácticas de fruição e lazer (ex: passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora) estão interditas ou sujeitas a pareceres prévios antecipadamente solicitados às autoridades locais (ver anexo 1).

Para alguns autores e estudiosos da problemática ambiental nas reservas e parques naturais, a RNB terá como principal justificação as paisagens naturais de características exclusivas (Schmidt, 1999a), que debaixo dessa protecção legal estarão menos à mercê de interesses especulativos de ordem económica e imediatista.

Outros autores vêm nas áreas marítimas contíguas protegidas, uma forma de tamponar os serviços do oceano em relação às alterações climáticas e à degradação do meio ambiente pelas actividades económicas (Costanza, 1998) e que, no caso das

39 Decreto-lei nº108/2009, de 15 Maio.

pescas, amenizará uma constante e tendencialmente progressiva depleção dos recursos piscatórios na zona de influência da reserva.

Tendo em conta os resultados obtidos no II inquérito nacional “Os Portugueses e o Ambiente”⁴⁰, e mais especificamente sobre a opinião revelada acerca das Reservas Naturais, podemos inferir que, ao nível da opinião pública, existiam perspectivas positivas sobre a influência benéfica no ambiente na constituição e preservação dos Parques e Reservas Naturais. Perante um conjunto vasto de questões sobre o meio ambiente enunciados neste inquérito, verificou-se na generalidade, respostas pessimistas ou negativas em relação ao estado do ambiente em Portugal. Mas em contrapartida mais de 60% dos inquiridos disseram que, em relação aos Parques e Reservas Naturais, havia razões para vir a manter-se ou mesmo melhorar, o estado do ambiente em Portugal. Este resultado revelou na altura que, a generalidade dos portugueses, não estava indiferente aos impactes positivos alcançados com a constituição e manutenção de Parques e Reservas Naturais em território nacional.

Em Julho de 2007, o ICNB, em conjunto com a Câmara Municipal de Peniche (CMP), e com mais uma dezena de parceiros estratégicos nacionais e estrangeiros, oficializaram um projecto com características inovadoras em Portugal. Com a designação de “Berlenga – Laboratório de Sustentabilidade”, este projecto tem como finalidade principal experimentar novas tecnologias na área da produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis e, ao mesmo tempo dotar a Ilha da Berlenga de autonomia energética (Figura 7).



Figura 7 Projecto Berlenga Laboratório de Sustentabilidade.

in <http://www.cm-peniche.pt/>

40 Este inquérito foi realizado pelo OBSERVA – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, e foi aplicado pelos inquiridores do INE. O inquérito decorreu entre Maio e Junho de 2000 e a população alvo, foi composta por todos os indivíduos maiores de quinze anos, distribuídos por todo o Continente e as duas Regiões Autónomas. A dimensão total da amostra abrangeu 1844 indivíduos, seleccionados a partir da amostra-mãe do INE com representatividade estatística de nível nacional.

Este projecto inclui ainda como objectivo, a produção de água potável com vista ao consumo humano e o tratamento das suas águas residuais e resíduos sólidos urbanos, provenientes principalmente da sua ocupação sazonal. A gestão do projecto será feita de modo integrado e fará recurso das mais modernas tecnologias, materiais, produtos e sistemas existentes no mercado ou em fase de experimentação, para que a ilha Berlenga se torne num verdadeiro Laboratório de Sustentabilidade. Um dos objectivos deste projecto é o anseio de que a ilha Berlenga possa, vir a constituir-se numa mostra de sustentabilidade e biodiversidade para Portugal, e para outras ilhas e locais remotos no mundo.

Em Setembro de 2009 e por iniciativa da CMP, foi formalizada a candidatura das ilhas Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO⁴¹, com o objectivo de continuar a valorizar os recursos naturais do arquipélago, compatibilizando a preservação dos recursos naturais com a ocupação humana por parte dos visitantes e pescadores.

Já no decorrer do ano de 2010, as Ilhas Berlengas, foram uma das três zonas escolhidas pela organização do evento “7 Maravilhas Naturais de Portugal ®”⁴², na categoria Zonas Marinhas⁴³, para o escrutínio da preferência dos portugueses sobre as suas zonas naturais, vindo contudo a ser preteridas a favor do Parque Natural da Ria Formosa, uma área com 20.000 hectares, classificada como Zona Húmida de Interesse Internacional, situada no Sotavento Algarvio.

Em 28 de Junho de 2011, e no seguimento da anterior candidatura das ilhas Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO, o Concelho de Coordenação Internacional deste organismo, através do seu programa MAB⁴⁴ (reunido na cidade de Dresden na Alemanha), decidiu a favor da RNB⁴⁵. Em conjunto com outros 17 sítios em todo o mundo, as ilhas Berlengas fazem agora parte de um grupo de 580 locais considerados Reserva Mundial da Biosfera, WNBR⁴⁶, espalhados por 114 países.

41 United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

42 Evento foi organizado a nível nacional e mundial pela “Novas 7 Maravilhas do Mundo ®”.

43 Conjuntamente com a Ponta de Sagres e Ria Formosa ambas no Algarve.

44 Man and the Biosphere.

45 http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/18_new_biosphere_reserves_added_to_unescos_man_and_the_biosphere_mab_programme, consultado em 30 de Junho de 2011.

46 World Network of Biosphere Reserves.

Capítulo 3 – Desenvolvimento sustentável: a conservação dos recursos, desafios e limitações

Peniche é principalmente o aglomerado piscatório

mais significativo de toda a zona centro.

Favorecido pela proximidade do vale submarino da Nazaré

e pela área etiologicamente rica das Berlengas,

Estelas e Farilhões.

Carlos Diogo Moreira, 1987

3.1 Conservação dos recursos na RNB – a tónica nos recursos marinhos

A área marítima da RNB tem uma dimensão total de 9.560 hectares, concentrando-se nela uma grande riqueza e variedade de recursos piscícolas. A convergência de diversos tipos de espécies, algumas delas com grande valor comercial, torna a reserva particularmente desejável para a actividade de todo o tipo de pesca, principalmente a pesca comercial.

Havendo a necessidade de garantir a conservação dos recursos marinhos na área da reserva marinha da RNB, foi criada a Portaria N° 174/90, de 8 de Março, que vem ao encontro do estabelecido no Decreto-Lei n° 293/89, de 2 de Setembro. Definem-se, assim, as diversas restrições ao exercício da pesca comercial neste espaço marinho, e criam-se as condições básicas para o aumento de produtividades e taxas de regeneração dos recursos marinhos em presença.

O objectivo principal enunciado na legislação nacional, que dá sustentação às áreas protegidas e é transcrito para o plano de ordenamento da RNB, é o de garantir o princípio da sustentabilidade do território nacional, com a salvaguarda das áreas territoriais que mantenham a estrutura e o funcionamento dos sistemas naturais que garantem a vida.

Em relação aos seus objectivos específicos, entre outros, realça-se a promoção da gestão e salvaguarda dos recursos marinhos. Para isso propõe-se, na legislação, o recurso de todas as medidas tidas como adequadas e que possibilitem manter os sistemas ecológicos essenciais nomeadamente: a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade; a defesa e requalificação da paisagem, incluindo medidas de recuperação de espaços degradados e controle de espécies invasoras; os incentivos e apoio à investigação científica, criando condições para a recepção e trabalho dos investigadores; as iniciativas de sensibilização destinadas aos visitantes e às entidades locais, tendo em vista a adopção de práticas adequadas de utilização dos recursos, que não degradem os valores naturais em presença, nomeadamente divulgando actividades inovadoras, complementares ou alternativas das actividades económicas tradicionais; a prevenção de situações de risco, acidentes e catástrofes; o desenvolvimento de acções de vigilância e fiscalização; a divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos e outros, associados a actividades recreativas, visando o reconhecimento dos valores naturais e do património cultural, bem como a fruição de ambiências e dos equipamentos locais; a educação ambiental, a divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural do arquipélago, bem como a fruição de valores locais, como a gastronomia, os saberes tradicionais e o contacto com a natureza; o apoio e fomento do desenvolvimento sustentável, associado a actividades económicas tradicionais de base regional e outras, nomeadamente nos sectores ligados ao turismo de natureza e à pesca artesanal local; a dinamização e optimização da gestão dos equipamentos existentes e a reconversão de actividades que, de acordo com o regime de protecção definido para cada área, se encontrem desajustadas relativamente aos objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade. Incluem-se ainda nestes objectivos os suportes de vida que garantam a sua utilização sustentável, que preservem a biodiversidade e recuperem os recursos depauperados ou sobre explorados.

“As Berlengas são um santuário histórico da biodiversidade marinha nacional, um laboratório natural e uma escola...”, “...provavelmente, a zona biologicamente mais rica do litoral de Portugal continental...”

(Rodrigues, 2008b)

Algumas das espécies mais abundantes desta área são os pequenos peixes pelágicos como a sardinha, o carapau e a cavala, conforme é referido no *Guia de espécies submarinas: Portugal – Berlengas* (Rodrigues, *et al.*,). Em consonância com este Guia é possível confirmar que são estas também, as espécies mais numerosas, capturadas pela arte de cerco e pela pesca polivalente, as principais artes usadas pela frota de barcos ligeiros de Peniche (INE, 2010).

“O que se pesca mais é robalos e douradas ... mas a pesca principal é o robalo mas também ... nas traineiras é o carapau, a cavala. As pessoas iam nas embarcações para os pesqueiros pescar. Para as rochas é a malta que vai daqui (do porto de Peniche) para lá (Berlengas) nos barcos e depois vão com as canas para as rochas. Aí apanham também douradas e robalos, é mais para o lado do robalo aí.”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

São também comuns na pesca lúdica efectuada na área da reserva, a captura do congro ou safio e das raias. Outras espécies também desembarcadas com maior frequência no porto de pesca de Peniche são o verdinho, a faneca o besugo e o linguado entre muitas outras (ver anexo 2).

“Aqui sempre se pescou o mesmo... a sardinha, a dourada, o robalo a cavala, o melhor é o que vem no anzol! O peixe é sempre bom, não tem moléstia. Os compradores é que se aproveitam. O pescador luta no mar para pescar e em terra para vender! É uma vida muito difícil.”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

A generalidade destas espécies é igualmente procurada pelos muitos pescadores desportivos, que de todo o país se dirigem para a área da RNB durante todo o ano. É apreciada como sendo particularmente profícua a pesca na zona das Estelas, considerada uma das áreas mais ricas da reserva em recursos piscícolas.

“...antigamente não havia nada (a reserva), toda a gente pescava ali (nas Berlengas). Ali é uma zona rica de pesca porque está muito perto do canhão e as correntes que ali se formam são muito ricas. É uma zona rica de nutrientes e, como tal, é uma zona rica em peixe. A implementação da reserva não nos causou grande problema porque não nos causou prejuízo à pesca...”

(Entrevistado nº3, 53 anos, pescador, armador e dirigente associativo)

Para a área da RNB estão referenciadas setenta e seis espécies de peixes. Aqui, (na área marítima das Estelas), nas zonas mais altas abundam os sargos, as fendas das rochas são ocupadas por safios e moreias e as santolas também confluem a estas paragens. Os peixes nas massas de água intermédia são em número impressionante e com grande diversidade, sendo comum o avistamento de cardumes de bogas, choupas, carapaus, peixes-porco, peixes-lua, lírios, e atuns. Nas zonas mais profundas prevalecem os cardumes constituídos por robalos de grandes dimensões. (Rodrigues, 2008b).

“...ainda se vê muito peixe na Berlenga. Os do mergulho vêem grandes peixes embora eles tenham lá zonas próprias para mergulhar.”

(Entrevistado nº 1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades marítimo-turísticas)

Segundo as diversas empresas que se dedicam ao ensino e promoção do mergulho amador nas Berlengas, entre outras actividades, esta é sem dúvida a área mais rica e interessante para mergulhar de toda a costa continental portuguesa.

“...escolhemos o local que é reconhecido por todos como o melhor santuário de mergulho português, a Reserva Natural das Berlengas.”

(Haliotis, centro de mergulho PADI)

A actividade do mergulho recreativo amador é divulgada e incentivada pela comunicação social local e pelos responsáveis das empresas e associações que promovem o mergulho na zona.

“É como se estivéssemos dentro de um aquário, descreve José Parreira, 39 anos, no final do seu baptismo de mergulho, que teve como cenário as azuis e cristalinas águas da ilha da Berlenga. António Monteiro, 49 anos, foi outro ‘caloiro’ que não podia ter aceite melhor desafio para a sua primeira experiência de contacto com o fascinante mundo subaquático. “Ver os peixinhos à nossa volta e a natureza debaixo de água é algo único e inesquecível”, comenta, ao mesmo tempo que garante ter reconhecido dois polvos e um sargo nos dez minutos que mergulhou a cinco metros de profundidade.”

Francisco Gomes in Jornal das Caldas online⁴⁷

O ICNB com os poderes e os meios que tem à sua disposição desenvolve acções de monitorização dos recursos marinhos na RNB e controla as actividades marítimas e piscatórias nessa zona protegida. Para alcançar esse objectivo conta actualmente com uma equipa de técnicos sediados em Peniche e dois vigilantes da natureza em permanência na ilha Berlenga.

“O objectivo é fazer a conservação da natureza e dar cumprimento às legislações que existem a nível internacional e nacional. Se não houvesse uma reserva ali, muito do património natural tinha desaparecido. Temos que manter aquilo o mais equilibrado possível...”

(Entrevistada nº 4, 48 anos, bióloga e técnica do ICNB em Peniche)

Segundo o Dr. António Teixeira, técnico do ICNB, responsável pela gestão ambiental da RNB entre os anos de 1996 e 2007, biólogo e estudioso da fauna avícola das ilhas Berlengas, o mar que rodeia a RNB sempre foi uma das zonas mais ricas da plataforma continental portuguesa. Os elevados índices de produtividade biológica registados nesta zona, segundo este autor, devem-se em grande parte à topografia acidentada dos fundos marinhos, originados pelas discontinuidades batimétricas. Concomitantemente, intensas e complexas correntes submarinas geram turbilhões de

⁴⁷ <http://www.jornaldascaldas.com/index.php/2009/06/24/baptismos-de-mergulho-na-berlenga>, acedido em 2 de Fevereiro de 2011.

sedimentos provocando o afloramento superficial de águas profundas, fenómeno conhecido por “*upwelling*”. A riqueza biológica destas águas nota-se na diversidade de espécies e de habitats em presença, substancialmente aumentada pela mistura das influências pelágicas e litorais, e pela convergência das condições Atlânticas, nas zonas mais expostas, com as Mediterrânicas, nos locais mais abrigados. Há longa data que as águas do arquipélago das Berlengas atraem grande número de pescadores e mergulhadores, provenientes de uma vasta área em seu redor. As comunidades piscatórias de Peniche e da Nazaré devem a sua existência e alguma da sua prosperidade à riqueza invulgar dos mares desta região oceânica (Teixeira, 2002).

“... o que seria fundamental era tornar o fenómeno turístico Berlenga como um fenómeno de turismo da natureza. Isso seria para mim fundamental, realçando tudo o que na ilha existe de particular e especial ao nível endémico.”

(Entrevistado nº5, 58 anos, biólogo, técnico do ICNB e antigo responsável pela gestão ambiental da RNB)

A riqueza e a biodiversidade biológica efectiva e potencial desta zona marítima, e os recursos marinhos que por lá passam e florescem, fazem igualmente convergir um manancial de actividades e interesses da comunidade piscatória e marítima desta zona. A quota de incerteza que o desenvolvimento ambiental acarreta e os riscos que a acção humana pode ocasionar nesse desenvolvimento, provocaram no caso da RNB, uma produção legislativa com forte cariz de regulação.

O desenvolvimento económico e social de uma comunidade não pode continuar a ser feito à custa do estrangulamento ambiental e com o consequente desrespeito pelas gerações futuras. Os recursos marinhos (e terrestres) da RNB podem e merecem ser preservados pelos que sempre lucraram com eles, deforma a que as gerações seguintes possam a exemplos das actuais também desfrutar de forma sustentável desses mesmos recursos.

3.2 Actividade piscatória na RNB – regulamentação e enquadramento

...mais uma vez fomos de viagem às Berlengas com a intenção de apanhar uns sargos...

iam começar a andar para o pesqueiro mais acessível (buzinas) e foi-nos dito que já não se podia lá pescar...ou seja...desde as buzinas até à tromba do elefante não é permitida a pesca...

o que só veio complicar as coisas, porque os pesqueiros a norte, são muito mais perigosos...

lá fomos apanhar uns belos sargos, que teimavam em aparecer...

o que só veio a acontecer na ultima hora da enchente e primeira da vazante...

Paulo Lourenço, Carlos Mesquita e Ricardo Mesquita⁴⁸

Segundo o Plano de Ordenamento da RNB⁴⁹, é estabelecida a autorização da pesca comercial a partir de embarcações registadas na Capitania do Porto de Peniche e Capitánias limítrofes⁵⁰ (o que inclui embarcações registadas nas delegações marítimas da Nazaré e São Martinho do Porto a norte e Ericeira e Cascais a sul) na área da reserva.

Está contudo interdito à tripulação destas embarcações o uso da arte do arrasto, o uso de redes de emalhar e armadilhas de abrigo, também conhecidas por alcatruzes (Figura 8).

48 25 de Maio de 2009, PESCARIA NAS BERLENGAS, in <http://fishboneteam.blogspot.com>, acedido em 30/12/10.

49 Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2008.

50 Decreto Regulamentar nº 43/87, de 17 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto Regulamentar nº 7/2000, de 30 de Maio, as embarcações da pesca local podem pescar dentro da área de jurisdição da capitania do porto em que estão registadas e nas áreas das capitánias limítrofes.



Figura 8 Alcatruzes

in <http://www.carlossafotografia.com>

É também prescrito um afastamento mínimo relativamente à costa conforme o tipo de convés da embarcação. As principais artes licenciadas para estas embarcações são as artes de pesca à linha ou palangre⁵¹, as armadilhas de gaiola e as redes.

No que respeita à pesca lúdica, a mesma é possível na área da RNB, sendo-lhe contudo interdita todas as modalidades de pesca submarina e ainda a da apanha. Esta última tem um regime jurídico de licenciamento próprio na actividade de mariscadores, para a apanha do percebe (Figura 9) no arquipélago das ilhas Berlengas⁵². A mariscagem do percebe é uma das actividades tradicionais de maior valor económico nesta região, tendo em conta o elevado preço de mercado atribuído ao percebe com origem no arquipélago das Berlengas⁵³. A grande importância económica deste tipo de artrópode acarretou a necessidade de a sua exploração ser enquadrada através de um regulamento próprio, baseada na criação de zonas e sectores de apanha, limitando o número de licenças atribuídas para o efeito, atribuindo quotas máximas diárias de apanha, estipulando tamanhos mínimos permitidos para essa mesma apanha e calendarizando as épocas de defeso⁵⁴. O envolvimento dos

51 Tipo de arte de pesca à linha constituído por uma linha principal, forte e comprida, de onde dependem outras linhas secundárias mais curtas e em grande número, a intervalos regulares, onde cada uma termina num anzol.

52 Portaria n.º 378/2000, de 27 de Junho – Aprova o regulamento da apanha do percebe e o respectivo zonamento, actualmente enquadrado pelo despacho conjunto dos Ministros do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas N.º 1161/2010 de 18 de Janeiro.

53 Segundo o relatório da Conferência Internacional “Polícipes”, realizada em Sines em Setembro de 2008, e tendo como base inquéritos realizados no âmbito de um projecto de investigação sobre a gestão da exploração do percebe na RNB, o preço da primeira venda de percebes provenientes da RNB variava entre os quatro e os cem euros por quilo!

54 Está estipulado o defeso anual em Agosto e Setembro, o defeso semanal às segundas, às sextas-feiras, aos sábados, domingos e feriados, o defeso durante a noite e o zonamento de apanha em três sectores (sector C onde

mariscadores é conseguido através da Associação dos Mariscadores das Berlengas⁵⁵, que terá como principal objectivo a auto-regulação e cumprimento da legislação em vigor sobre a actividade de mariscagem na ilha.



Figura 9 Percebe (*Pollicipes pollicipes*).

in Wikipedia.org

O número máximo de licenças a conceder anualmente, bem como os critérios e requisitos para esse licenciamento são propostos anualmente pela RNB em conjunto com a Direcção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), e o Instituto Nacional de Recursos Biológicos – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (INRB-IPIMAR). O pedido de renovação de uma licença deve ser acompanhado pela entrega de manifestos de apanha individuais onde são registados, por exemplo, os montantes capturados e as respectivas datas e zonas de apanha. Em 2010 o número de novas licenças anuais autorizadas foi de quarenta, sendo porém renovadas as anteriores licenças aos requerentes que tenham respeitado as normas impostas nos anos anteriores, nomeadamente a entrega do manifesto de captura referente ao ano precedente. Segundo o documento de candidatura das Ilhas Berlengas a Reserva da biosfera da UNESCO, a maioria dos percebeiros⁵⁶ licenciados para a apanha na RNB, já o faz há mais de dez anos, acumulando esse trabalho com outras actividades. Em geral é residente no concelho de Peniche e esta actividade representa uma porção importante do seu rendimento anual. Nesse documento estima-se que entre 2000 e

a apanha é proibida, sector A em que a apanha é apenas permitida em anos pares, e sector B em que a apanha é apenas permitida em anos ímpares).

⁵⁵ AMB, Associação dos Mariscadores das Berlengas, Porto de Pesca, armazém 34, 2520-620 Peniche.

⁵⁶ Percebeiros ou marisqueiros, são indivíduos que de forma regular ou temporariamente se dedicam à apanha do percebe. No caso dos que apanham na RNB, são obrigatoriamente possuidores de uma licença profissional e de um cartão de apanhador emitidos pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura e têm de estar colectados.

2006 (inclusive), o montante anual total de percebes (peso em fresco) apanhado na RNB possa ter ido até sensivelmente às vinte toneladas (não existem dados estatísticos disponíveis sobre o efectivo montante apanhado), para um número de licenças anuais que variou entre as quarenta e cinco e cinquenta e sete. A maioria dos percebeiros venderá o referido artrópodo directamente a intermediários ou aos restaurantes da zona, a um valor médio estimado de vinte euros o kg⁵⁷.

No entanto, e segundo alguns observadores atentos da realidade da RNB com quem falámos no decurso do desenvolvimento desta dissertação, constata-se que nem tudo se passa conforme o prescrito na legislação em vigor⁵⁸. Efectivamente, dessas observações podemos apurar que, apesar de a legislação limitar fortemente a pesca comercial e a apanha de marisco na RNB, estas condicionantes são muitas vezes ignoradas e algumas actividades piscatórias são praticadas à margem da lei. As principais prevaricações dentro da RNB consistem na utilização das artes de arrastar, sendo observadas com alguma frequência a presença de embarcações a trabalharem este tipo de arte dentro da área definida pela RNB.

3.3 A opção pela pesca sustentável

*" Ele é perseguido durante dias,
mas devido à sua esperteza,
consegue dominar os batedores que andavam no seu encalce"*

A Pérola

John Steinbeck

Os recursos haliêuticos têm normalmente uma produtividade natural elevada, mas não ilimitada. Se a quantidade de capturas for superior ao excedente natural das unidades populacionais procuradas, a produtividade futura fica seriamente comprometida. A existência de um sistema legal de regras de pesca, como a política de

⁵⁷ Ainda segundo o documento de candidatura das Ilhas Berlengas a Reserva da biosfera da UNESCO, em alguns casos pode chegar a ultrapassar os cinquenta euros por kg.

⁵⁸ A seu pedido, não são totalmente identificados os autores de alguns dos testemunhos reproduzidos.

quotas, a dimensão da frota e o tempo e a forma de poderem operar, pode permitir dar, a montante, alguma garantia de sustentabilidade aos ecossistemas marinhos de forma a evitar o seu esgotamento.

Uma gestão responsável e sustentável da actividade piscatória requer decisões justificadas por indicadores científicos. As decisões de atribuição dos totais admissíveis de capturas e das quotas de pesca deviam por isso basear-se mais em pareceres científicos públicos e menos em *lóbis* políticos.

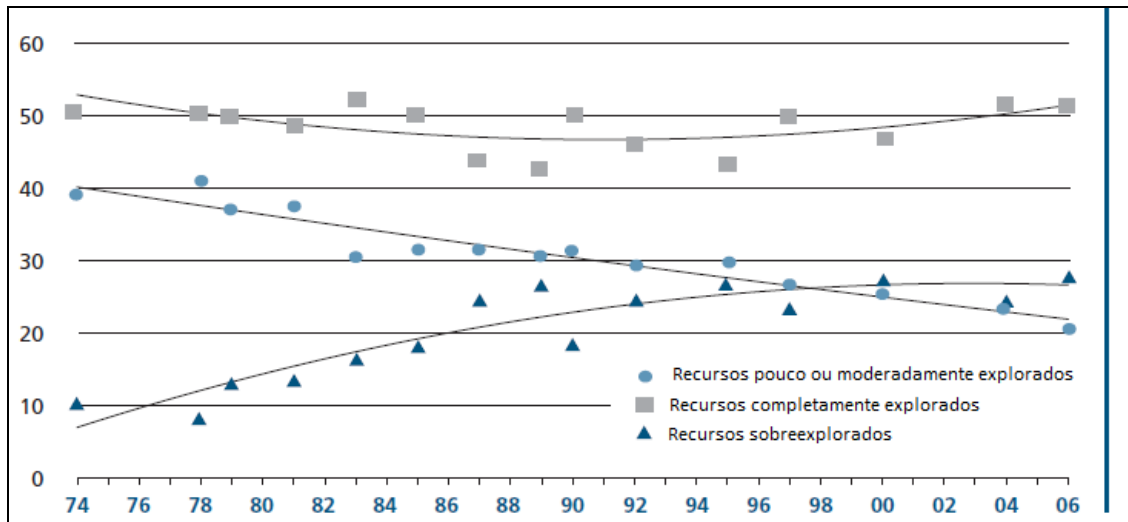


Figura 10 Tendências mundiais do estado dos stocks marinhos de 1974 a 2006 (em %).

in FAO 2008, State of World Fisheries and Aquaculture(adaptado).

Os contingentes pescados e os que estão disponíveis são cada vez mais conhecidos, permitindo que a pesca possa ser adaptada ao estado dos *stocks* marinhos em presença. Actualmente, mais de metade dos *stocks* de peixe disponíveis nos oceanos são explorados a níveis que ultrapassam os que permitiriam alcançar o seu rendimento máximo sustentável. Principalmente a quantidade máxima de capturas que podem ser efectuadas sem pôr em causa a capacidade de reposição futura dos *stocks* populacionais (Figura 10).

O desenvolvimento social, ambiental e económico do arquipélago das Berlengas e da sua reserva natural, tal como será pretendido pelas instituições que o tutelam, terá que contar com uma gestão aprofundada do seu potencial de atracção, principalmente nas actividades ligadas à pesca e ao turismo. Este desenvolvimento, no caso das actividades piscatórias, tanto deverá incidir na pesca comercial, como na pesca

lúdica. Em ambas continuará a existir a necessidade de criar condições favoráveis para o melhor aproveitamento do mar e dos seus recursos de forma sustentável (Figura 11).



Figura 11 Logótipo Pesca Sustentável.

in Proj. Pesca Sustentável em Áreas Marinhas Protegidas, Brasil.

A implementação de medidas que contribuam para a preservação e expansão dos recursos piscícolas na área da RNB passa pela criação de condições que permitam a manutenção, ou de preferência o aumento, da biomassa desovante e de recrutamento, proporcionando como efeito quase imediato um incremento da retenção larvar e consequentemente de juvenis. Estas medidas irão possibilitar em consonância um acréscimo dos *stocks* das espécies em condições de serem pescadas de forma sustentável, em termos biológicos (após passarem a primeira maturação) e legais (acima dos tamanhos mínimos autorizados), conseguindo-se assim, preservar a sua biodiversidade e, em consequência, promovendo-se a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados. Esta prática contribuirá para o repovoamento e/ou aumento das populações biológicas na área marítima da reserva e nas áreas adjacentes a ela. Estes aspectos concorreram para promover a sustentabilidade de algumas actividades piscatórias com reflexos positivos no rendimento económico dos profissionais da pesca.

Para os efectivos piscícolas, o papel da estabilidade dos ambientes marinhos é decisivo para a sua competitividade e crescimento a médio e longo prazo, tendo por isso, uma função determinante para o desenvolvimento sustentável das pescas. Porém, o ritmo das pescas e, em geral, de todas as crescentes actividades ligadas ou

dependentes do mar, tem impedido a desejada estabilidade dos ambientes marítimos, ou até, a sua natural recuperação.

Robert Costanza, (in Costanza *et al.*, 1998), refere que o bem-estar humano, entendido numa perspectiva de sustentabilidade, depende, de uma forma crescente, dos oceanos em termos ecológicos, económicos e sociais. A faceta da economia ecológica, defendida por este autor, mostra a importância de uma atitude multidisciplinar, de forma a avaliar e garantir que as actividades humanas são sustentáveis face aos recursos ambientais disponíveis.

Segundo Robert Costanza, os princípios da governação sustentável dos oceanos são muitas vezes gravemente violados, principalmente nas zonas costeiras, onde, por infeliz coincidência, os ambientes marinhos são particularmente frágeis e de difícil recuperação. Este autor enumerou um conjunto de seis princípios fulcrais para a governação sustentável das AMP's, que ficaram conhecidos pelos Princípios de Lisboa⁵⁹ e que poderão ser adaptados à RNB da seguinte forma:

1) **Princípio da responsabilidade** – A RNB estará conforme este princípio ao regular o uso responsável dos recursos que contêm, permitindo-se introduzir restrições à frequência e captura no seu património terrestre e marinho;

2) **Princípio do ajustamento de escala** – A RNB cumprirá este princípio se no planeamento da utilização dos recursos marítimos disponíveis, colocar numa escala ecológica, todos os efeitos ambientais associados às várias actividades praticadas na reserva inerentes à pesca, caça, lazer e outras, observadas na reserva;

3) **Princípio da precaução** – A RNB respeitará este princípio se actuar como um “seguro ecológico” contra a descoordenação e/ou ausência de planeamento no uso dos recursos terrestres e marinhos nesta área, servindo ainda para uma melhor compreensão da influência das acções individuais num quadro geral de perturbação dos ambientes biológicos. A adopção deste princípio pode ainda incluir a opção pelos seguintes critérios de implementação (Comissão Europeia, 2000):

⁵⁹ Num congresso realizado em Lisboa, em Julho de 1997, patrocinado pela *Independent World Commission on the Oceans* (IWCO) em conjunto com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, um grupo de dezasseis investigadores liderados por Robert Costanza desenvolveu um conjunto de seis princípios para a governação sustentável dos oceanos.

- a) **critério da proporcionalidade**, ou seja por ex: as medidas tomadas para defesa da RNB na área marítima devem ser proporcionais às medidas tomadas na terrestre área e vice-versa;
- b) **critério da não discriminação**, ao prever tratar de igual forma, situações comparáveis que ocorram em zonas da RNB com o mesmo estatuto (zonas núcleo, tampão e de transição) ;
- c) **critério da coerência**, ao enquadrar sempre que possível as medidas previstas ou tomadas na RNB, com as políticas anteriormente seguidas;
- d) **critério da análise das vantagens e dos encargos que podem resultar da actuação ou da ausência de actuação**, ponderando sempre no âmbito da gestão sustentável das pescas, qual o balanço do custo / benefício obtido em relação aos procedimentos tidos com recursos haliêuticos em presença na RNB;
- e) **critério do acompanhamento da evolução científica**, relativamente ao equilíbrio dos ecossistemas em presença e demais factores ambientais, sociais e económicos que permitam monitorizar e controlar a sustentabilidade da RNB.

4) **Princípio da gestão adaptada** – A implementação deste princípio na RNB implicará idealmente a monitorização constante de diversos parâmetros da reserva e a consequente criação atempada de mecanismos de contingência apropriados;

5) **Princípio da atribuição de custos totais** – Este princípio permitirá que a RNB atribua a totalidade dos custos de intervenção e conservação a determinados actores sociais, identificando as fontes desses mesmos custos e os respectivos beneficiários (ambos normalmente sub-identificados), que assim deverão suportar, na mesma proporção, os benefícios que dela retiram os seus custos.

6) **Princípio da participação** – A conformidade com este princípio implicará que a eficiência dos resultados obtidos na RNB resultará do empenhamento e participação de todos os actores sociais interessados, quanto mais envolvidos e comprometidos estiverem as instituições e as pessoas da região, ou frequentadores da reserva, maior serão as hipóteses de êxito da mesma.

As AMP's apesar de serem uma opção cada vez mais usada, no sentido de preservar ou recuperar zonas danificadas ou exauridas nos seus ecossistemas, ainda não representam uma parcela importante do ambiente marinho. No entanto, várias investigações e peritos apontam-nas como uma forma de tamponar os serviços dos oceanos em relação às alterações climáticas e à sua degradação pelas actividades económicas nele efectuadas (Costanza, 1998).

A União Europeia em 2001 apresentou um conjunto de cinco princípios para a Governança Europeia⁶⁰ (Comissão Europeia, 2001a), onde se propõem uma maior abertura e participação com a respectiva co-responsabilização das instituições e dos cidadãos europeus. Estes princípios foram pensados para serem aplicados aos diversos níveis em que são exercidas as responsabilidades de gestão na UE (transnacional, nacional e local) e para abranger as diversas políticas de âmbito social, económico e ambiental. Estes Princípios Comunitários para uma boa governança poderiam assim ser aplicados à gestão de forma sustentável das pescas nas AMP's e adaptados especialmente à realidade da RNB da seguinte forma:

- 1. Princípio da abertura** – A RNB estará de acordo com este princípio se as instituições que a tutelam o façam de uma forma perceptível a todos os interessados. Em conjunto com outras instituições locais e nacionais acentua-se a necessidade de desenvolver estratégias de comunicação activa sobre as medidas implementadas e os projectos a implementar na reserva. Deverão para isso atender à necessidade de uma linguagem compreensível, da existência de canais de comunicação acessíveis aos principais interessados na gestão da RNB. Este aspecto reveste-se de particular importância enquanto forma de melhorar ou consolidar a confiança nestas instituições e nos seus propósitos;
- 2. Princípio da participação** – A qualidade, pertinência e eficácia das políticas implementadas na RNB dependem de uma ampla participação de toda a população interessada na reserva, desde a sua concepção até à sua plena execução. O reforço da participação popular criará uma maior confiança no resultado final e nas instituições que a tutelam. A participação depende principalmente da utilização, por parte dessas

⁶⁰ Segundo o livro branco "Governança Europeia", entende-se por Governança, um conjunto de regras de processos e de práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder na Europa a vários níveis, principalmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia.

instituições, de uma abordagem aberta e abrangente, no quadro da concepção e aplicação das medidas para a área de toda RNB;

3. **Princípio da responsabilização** – É necessário que estejam definidas de forma clara as atribuições e competências no âmbito dos diversos processos aplicados à AMP e a toda a RNB. Cada instituição e cada agente deverá explicar a sua acção na reserva e assumir as responsabilidades correspondentes. É para isso necessário uma grande clareza e responsabilidade de cada interveniente envolvido e de todos os que participam na elaboração e aplicação das regras de gestão da RNB a todos os níveis;
4. **Princípio da eficácia** – As políticas definidas deverão ter como principal objectivo a sua eficácia e oportunidade, dando resposta às necessidades com base em objectivos claros, na avaliação do seu impacte futuro e, sempre que possível, na experiência anterior. A eficácia implica também que as políticas dessas instituições sejam aplicadas de forma proporcionada aos objectivos prosseguidos pela RNB na sua área marítima e terrestre e que as decisões sejam adoptadas ao nível mais adequado;
5. **Princípio da coerência** – As políticas e as medidas deverão ser coerentes e perfeitamente compreensíveis para a generalidade dos cidadãos e principalmente para os utilizadores da RNB. A necessidade de coerência nas directrizes emanadas pelas instituições tende a ser cada vez maior devido ao aumento tendencial das tarefas que lhe são incumbidas. Os desafios da sustentabilidade social e ambiental (como p. ex. a evolução demográfica e a mudança do estado dos *stocks* marinhos nas AMP's) extravasam as fronteiras das políticas sectoriais para a reserva ou para o município e exigem das autoridades locais e regionais um maior envolvimento entre si e com os decisores nacionais ou mesmo da UE. Este princípio implica uma liderança política e uma grande responsabilidade por parte das instituições, para garantir uma abordagem comum e coerente no âmbito de um sistema tendencialmente complexo.

O emprego em conjunto destes cinco princípios para a Governança Europeia tem como consequência a materialização em concreto na RNB dos dois princípios ratificados no Tratado constituinte da UE, o da proporcionalidade⁶¹ e o da

⁶¹ Este princípio regula o exercício das competências exercidas pela UE, visando delimitar e enquadrar a actuação das suas instituições. Desta forma a actuação das instituições deve limitar-se ao que é necessário para atingir os objectivos dos tratados. A intensidade da acção deve por isso estar relacionada com a finalidade prosseguida. Isto

subsidiariedade⁶². Estes princípios permitem garantir que as políticas delineadas, conferem de forma proporcional e subsidiariamente os instrumentos mais correctos para a gestão sustentável da RNB e dos seus recursos haliêuticos.

Segundo o *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), actualmente apenas 1,2 por cento dos oceanos do planeta são áreas protegidas, muito menos do que os 12 por cento das áreas protegidas que se estima que existam nos continentes (ver anexo 3). A União Europeia e mais quinze países apresentaram em Setembro de 2010 a Declaração de Bergen⁶³, onde foi anunciada a criação de seis zonas livres da pesca e outras actividades como a exploração petrolífera e restrições à circulação de navios, em zonas remotas do Oceano Atlântico. Esta declaração cria a primeira rede de áreas protegidas marinhas no alto mar, fora do controlo directo dos países. No total esta rede com seis áreas protegidas, de elevado valor ecológico, abrange 285 mil quilómetros quadrados do Oceano Atlântico (uma superfície semelhante à da Itália), com a particularidade de todas estas superfícies marítimas estarem fora das suas zonas económicas exclusivas (ZEE), dos países que as constituíram. A maioria das seis zonas fica a Norte do arquipélago dos Açores e a Oeste da Irlanda. Quatro das seis áreas foram estabelecidas em colaboração com Portugal. Segundo o responsável português presente nesta reunião, Humberto Rosa, secretário de Estado do Ambiente, é sua convicção que *“As áreas marinhas protegidas vão ser benéficas para as pescas”*. Henrique Cabral, investigador do Instituto de Oceanografia da Universidade de Lisboa, referiu que este tipo de iniciativas *“não tem precedentes, até porque a “tradição” tem sido proteger áreas marinhas em continuidade com as áreas terrestres... salientando também o benefício para os organismos marinhos desta acumulação de áreas protegida”* relativizando contudo estas afirmações ao referir ainda que *“os valores que vão beneficiar desta protecção são uma minoria em relação ao que seria necessário proteger”* e que *“a maior*

significa que, quando a UE dispuser de vários modos de intervenção de igual eficácia, deve escolher aquele que permita dar maior liberdade aos Estados-Membros e aos particulares. O princípio da proporcionalidade está claramente consagrado no direito primário, no artigo 5.º, n.º 3, do Tratado que institui a CE.

⁶² Este princípio é definido no artigo 5.º do Tratado que institui a CE e pretende assegurar uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão, mediante a verificação constante de que a acção a empreender a nível comunitário se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional, regional ou local. O princípio da subsidiariedade indica que a UE só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local - excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva.

⁶³ Os 15 países reunidos em Bergen na Noruega sob a égide do grupo OSPAR (*Convention for the Protection of the Marine Environment of the North-East Atlantic*) foram a Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido mais a UE,

difficuldade desta rede de áreas marinhas é a "difficuldade de fiscalização e em desenvolver acções no local".

in Jornal Público, 24/09/2010.

A Comissão Europeia, desde o ano de 2002⁶⁴, que estatuiu a política Europeia de exploração dos recursos haliêuticos em condições de sustentabilidade na sua ZEE. Este regulamento que contem fortes preocupações ambientais, constitui, só por si, um instrumento de progresso na protecção da natureza no meio marinho. Segundo o Livro Verde da reforma da Política Comum das Pescas (PCP) em vigor, Portugal com a sua extensa ZEE, sofre várias formas de pressão sobre os seus ambientes marinhos. Por isso, nele é recomendada uma efectiva redução do esforço de pesca na sua ZEE, de forma a conseguir uma exploração dos seus recursos haliêuticos, em melhores condições de sustentabilidade. Neste documento refere-se a necessidade de envolver as comunidades piscatórias nestes objectivos, cujo emprego no sector pode também funcionar como forma de contenção do valor económico dispendido com as importações dos produtos da pesca⁶⁵ e ampliação das boas práticas nesta actividade. Conseguir implementar uma actividade piscatória sustentável significa trabalhar com os pescadores, incentivá-los a desenvolverem os seus próprios métodos de gestão sustentável e criarem-se estímulos para promoverem uma visão a longo prazo da sua faina. A Comissão Europeia, neste documento, privilegia uma abordagem gradual baseada na introdução de planos plurianuais que quantifiquem as quotas disponíveis para as pescas por espécie, que beneficie na mesma proporção tanto os pescadores como a recuperação ou manutenção dos *stocks* marinhos procurados. Estes planos destinam-se a assegurar a sustentabilidade da exploração e, se necessário, conseguir a reconstituição das unidades populacionais que estejam numa situação de esgotamento ou próximas dessa situação.

Sob o lema “*Lista vermelha de peixes, Escolhe o teu peixe, não mordas o anzol!*” a conhecida ONG internacional Greenpeace apela a uma política de consumo

⁶⁴ Regulamento (CE) n.º 2371/2002.

⁶⁵ Portugal teve em 2009 uma taxa de cobertura nacional, no saldo do comércio internacional dos produtos da pesca e relacionados, de apenas 42,7%, (INE, 2010).

sustentável dos produtos do mar evitando-se o consumo de espécies em perigo de extinção (Figura 12)⁶⁶.



Figura 12 Campanha lista vermelha de peixes da *Greenpeace*.

in <http://www.greenpeace.org/portugal>

Aponta-se como boa estratégia de gestão dos recursos, um maior investimento na investigação marítima aplicada à economia e aos resultados. Um maior e melhor conhecimento do mar e dos seus recursos são uma mais-valia na definição de estratégias para a gestão das políticas de pesca e das AMP's. Estas devem funcionar como garantias biológicas das áreas tradicionais do exercício da pesca, articulando-se ainda com actividades novas ou emergentes como os desportos náuticos de deslize⁶⁷.

⁶⁶ Associações ambientalistas, como a *Greenpeace*, tem patrocinado em Portugal campanhas sobre o conceito de sustentabilidade dos *stocks* populacionais marítimos e as vendas de algumas espécies de peixes nas grandes superfícies retalhistas.

⁶⁷ Conforme o preconizado no documento estratégico de desenvolvimento local, Magna Carta, Peniche 2025.

Capítulo 4 - A gestão sustentável da RNB

*“A gestão das pescas
é a gestão das pessoas
e não dos peixes”*

*Svein Jentoft, 1997*⁶⁸

A RNB caracteriza-se actualmente pela existência de uma significativa AMP, completando-se com um conjunto de pequenas ilhas e ilhéus sem uma efectiva população residente. Exigindo por isso em termos de gestão, uma abordagem específica do ponto de vista da sustentabilidade da totalidade do seu território. Considere-se que, ao assinalável valor ecológico reconhecido e que justificou, em grande parte, a constituição da RNB, acrescentar-se-á um valor económico apreciável para a comunidade local, principalmente a que se encontra ligada directa e indirectamente à indústria da pesca e do turismo. A generalidade das áreas da reserva incluem um vasto manancial de recursos piscícolas com grande valor comercial e no verão constitui-se como um destino turístico e balnear com uma popularidade crescente. Assume, por isso, grande importância para a sustentabilidade integral da reserva, uma efectiva forma de gestão planeada dos seus recursos biológicos e a monitorização e controle permanente das actividades humanas aí praticadas.

A gestão e a conservação de áreas marítimas e principalmente das reservas naturais terrestres há muito que foi implementada de maneira mais ou menos formal em várias partes do globo. Porém, só em Junho de 1972 e sob a égide das Nações Unidas, em resultado de uma conferência internacional sobre o meio ambiente e o desenvolvimento humano, realizada na capital sueca, foi possível aprovar a Declaração de Estocolmo. Pela primeira vez, um conjunto vasto de países e organizações presentes⁶⁹ aprovou os 26 princípios orientadores e reguladores da salvaguarda dos ecossistemas terrestres e

⁶⁸ Professor na Norwegian College of Fishery Science.

⁶⁹ Esta foi a primeira grande conferência sobre o estado do ambiente na Terra e foi considerada precursora de muitas outras reuniões, com âmbito mundial, que se têm realizado até aos dias de hoje sobre a temática ambiental, e de onde se destacam (Rio de Janeiro 1992, Joanesburgo 2002, Copenhaga 2009 e mais recentemente Cancún 2010). Nesse ano de 1972 reuniram-se em Estocolmo representantes de 113 países, 19 agências inter-governamentais e mais de 400 ONG's.

marítimos em todo o mundo, tendo como principal preocupação a sustentabilidade dos seus ecossistemas. Nesta declaração conseguiu-se reunir num único documento os princípios fundadores da generalidade das AMP's. Pode ler-se, no segundo princípio desta declaração, a necessidade de proteger para benefício da presente e das futuras gerações, os recursos naturais (incluindo o ar, a água, o solo, a flora e a fauna), especialmente os que sejam exemplos mais representativos dos respectivos ecossistemas. Estes devem ser alvo de um estudo cuidado, e sujeitos a medidas de planeamento e gestão que permitam a sua salvaguarda presente e futura, de forma apropriada às suas necessidades ambientais. Esta Declaração foi reforçada em 1992 na Assembleia-geral das Nações Unidas com a Resolução 37/7 de 28 de Outubro⁷⁰.

Numerosos cientistas de diversas universidades e centros de investigação por todo o mundo, têm estudado e produzido conhecimento sobre os principais impactes das reservas marítimas naturais nos seus ecossistemas. Nelas têm a possibilidade de apurar com maior rigor quais as ameaças centrais ao meio ambiente em geral e, principalmente, ao seu meio marítimo, tendo particular atenção ao seu equilíbrio ambiental.

O professor Hugh Possingham da Universidade de *Queensland* na Austrália, em conjunto com mais de uma centena de outros académicos e investigadores dirigiu em Agosto de 2010 uma carta aberta⁷¹ aos principais líderes políticos do seu país, onde reclamam, em nome de um futuro incerto, o apoio inequívoco às AMP's. Nela são invocados, de modo bastante simples, os principais factores sócio-ecológicos e de sustentabilidade, relacionados com as reservas naturais marítimas. Sendo também realçadas as principais evidências científicas consolidadas por diversas investigações em diferentes partes do mundo, sobre as vantagens da implementação e manutenção destas reservas. São expostos como provados, os impactes positivos das AMP's, assinalados ao longo do tempo, simultaneamente para o acréscimo da biodiversidade dos ecossistemas presentes e para o incremento dos resultados da pesca comercial nas suas zonas limítrofes. Assinalando-se ainda os benefícios acrescidos resultantes do aumento das receitas provenientes da actividade turística ambientalmente responsável, e da valorização da componente educacional das AMP's. Releve-se também as oportunidades únicas de investigação que estas áreas propiciam à comunidade científica mundial, em vários domínios do conhecimento.

⁷⁰ World Charter for Nature.

⁷¹ [www.ecology.uq.edu.au/docs/Marine Reserve Scientist Ltr 18Aug2010.pdf](http://www.ecology.uq.edu.au/docs/Marine%20Reserve%20Scientist%20Ltr%2018Aug2010.pdf), acedido em 28/12/2010.

Nesta carta aberta são ainda enumeradas e fundamentadas as principais ameaças globais que são comuns à generalidade dos ambientes marinhos e aos seus respectivos ecossistemas:

- a pesca excessiva;
- as alterações climáticas;
- o aumento dos níveis de dióxido carbono (CO²) nas águas;
- a destruição dos seus habitats naturais;
- o aumento da poluição nos mares;
- e a entrada de organismos exógenos ao meio.

Segundo estes investigadores, as modernas formas de pesca com características predatórias massivas, são actualmente uma das mais importantes ameaças à diversidade marinha. É de prever contudo que num futuro próximo outras ameaças venham juntar-se-lhes, como a acidificação dos oceanos e a subida das temperaturas das águas, vindo a ter efeitos cumulativos ainda mais devastadores para os ecossistemas marinhos.

As AMP's podem em geral ser definidas como zonas multiusos, sujeitas a diversos zonamentos com utilizações e restrições variadas (Figura 13). Normalmente existem zonas totalmente restritas à utilização humana, zonas tampão e zonas de transição com permissões e restrições específicas à actividade humana (Samonte *et al.*, 2010). Segundo este autor existem muitas formas de conceber e delimitar uma AMP e ainda mais formas de a gerir. No entanto, a correcta avaliação da envolvente humana presente nessa área, ou em seu redor, deve ser considerada principalmente nas dimensões culturais, sociais, económicas e ambientais.

De uma forma geral constitui-se como um factor crítico de sucesso na gestão das AMP's uma correcta avaliação dos impactes sociais, económicos e ambientais que vão ser produzidos com as alterações de estatuto de uma determinada área marítima. O enorme impacto que as áreas marítimas e principalmente as zonas costeiras têm na população residente ou frequentadora dessas zonas, em termos sócio ambientais, obriga a cuidados acrescidos de forma a garantir principalmente a médio e longo prazo a sua sustentabilidade.



Figura 13 As áreas marítimas protegidas

In Samonte *et al.*, 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being (adaptado).

Os ambientes marinhos em geral e os oceanos em particular têm sido ao longo dos tempos uma constante fonte de atracção e de disponibilização de recursos para uma grande faixa de população. Mesmo quem vive afastado das orlas costeiras exerce directa ou indirectamente pressão sobre elas tendo em conta os seus padrões de consumo, recreação e ambientais. Nas últimas décadas a tendência predominante nas sociedades tem sido o de incrementar ainda mais o consumo dos diversos recursos e serviços disponibilizados directa ou indirectamente pelos ambientes marinhos. É por isso premente actuar no sentido de salvaguardar os recursos ainda existentes e recuperar os que se encontram depauperados ou em vias de extinção.

No entanto, devido à grande pressão demográfica, que muitas vezes se faz sentir em redor dessas mesmas áreas marítimas, torna-se imperativo que as formas de governação das AMP's sejam conduzidas de molde socialmente participado de maneira a produzir planos e intervenções (junto com a população) mais próximos dos interesses e expectativas da população local (portanto, não apenas no sentido de ganhar a adesão da população aos programas e planos definidos), contribuindo para o aumento de informação junto desta e ao mesmo tempo podendo conhecer os seus saberes enquanto condição imprescindível para a promoção do desenvolvimento sustentável que produz mais e melhor bem-estar junto das

populações locais. Segundo (Samonte *et al.*, 2010) esses tipos de governação são conseguidos, maioritariamente através do envolvimento e da participação das populações directamente afectadas, que exige um trabalho em parcerias desde a análise da situação até à implementação dos programas e sua avaliação.

Com base em mais de vinte estudos de âmbito sociológico⁷² foi possível apurar um conjunto de três tipologias consideradas como as mais comuns formas de governação das AMP's a nível mundial: a gestão directa, a gestão dialogante e a gestão tradicionalista.

Num âmbito nacional ou federal foi possível tipificar a forma de gestão directa das AMP's contando com a intermediação de algum tipo de conselho consultivo ou administrativo que providencia um mínimo de retorno informativo às autoridades nacionais ou federais, mas que não garante nenhum tipo de intervenção directa ou indirecta por parte das comunidades locais envolvidas (Figura 14).



Figura 14 Modelo de Gestão Directa

In Samonte et al., 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being (adaptado)

Outro modelo de actuação administrativo foi tipificado identificado como a gestão dialogante pois já permite o diálogo a um conjunto alargado de partes interessadas, incluindo os representantes do governo central, os representantes das comunidades regionais ou locais, as organizações não governamentais (ONG's) e ainda os representantes de grupos económicos ou profissionais locais, como os pescadores ou os armadores entre outros (Figura 15).

⁷² Estes estudos desenvolveram-se ao longo de cinco anos, em dezanove países diferentes e envolveram mais de trinta e cinco investigadores que estudaram cinquenta e duas AMP's em todo o mundo. Ver www.science2action.org. In Samonte *et al.*, 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being, consultado em 29/12/2010.

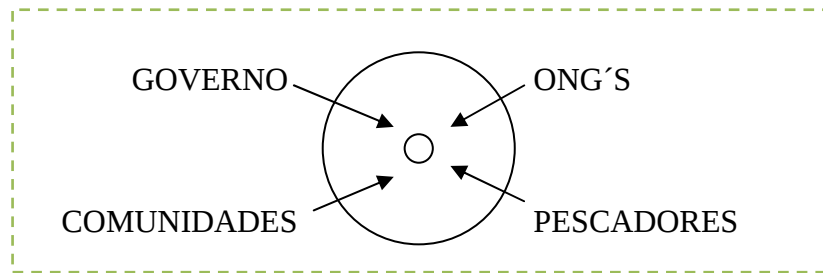


Figura 15 Modelo de Gestão Dialogante

In Samonte et al., 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being (adaptado).

Um terceiro modelo de gestão tipificado neste estudo é especialmente traçado para auscultar o poder local tradicional, quando este se encontra disseminado por várias localidades abrangidas pelas AMP's e com os seus respectivos líderes. Neste caso são promovidos encontros entre os representantes dos governos nacionais, os chefes tribais e os concelhos consultivos de cada localidade, sendo incentivado o diálogo entre as diversas localidades e tribos (Figura 16).



Figura 16 Modelo de Gestão Tradicionalista

In Samonte *et al.*, 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being (adaptado).

A motivação externa e interna para conseguir implementar estas ou outras formas de gestão das AMP's tem, segundo estes autores, uma grande importância para

o alcance dos resultados pretendidos. Normalmente as motivações externas são criadas com a produção e aprovação de legislação, planos de ordenamento e de gestão. As motivações internas resultam muitas vezes de ameaças sentidas pelos utilizadores das áreas marítimas em relação ao equilíbrio biológico dos ecossistemas, relacionados com a pesca excessiva ou mesmo destrutiva, o aumento dos níveis de poluição, a eutrofização, a acumulação de sedimentos e a introdução de espécies alóctones invasivas.

Qualquer que seja a tipologia de gestão adoptada, é necessário segundo estes autores, garantir ainda um conjunto de quatro procedimentos encadeados que vão permitir aumentar as hipóteses de alcançar os objectivos definidos para as AMP's. Será necessário montar um sistema eficaz de vigilância e detecção de possíveis irregularidades dentro da AMP, assegurar a capacidade de intercepção e se necessário confiscar as artes ou apetrechos usados de forma irregular na AMP. A existência de um quadro persecutório legal, claro e justo e um regime sancionatório conhecido e actuante é fundamental (Figura 17).

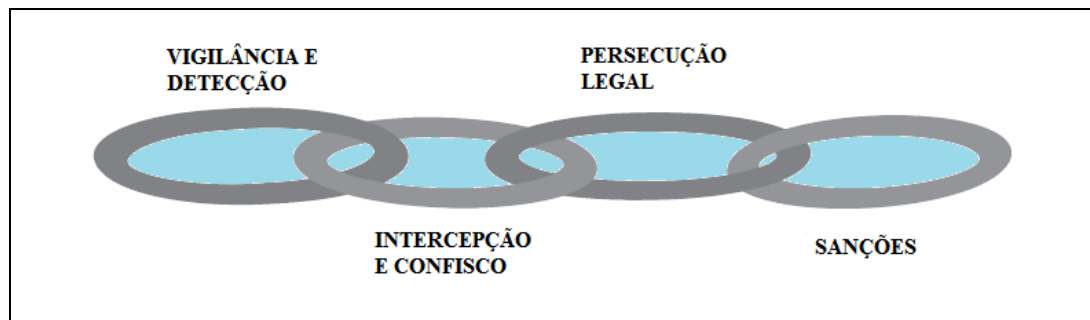


Figura 17 Elos de actuação para a gestão de AMP's

In Samonte et al., 2010, People and Oceans managing marine areas for human well-being (adaptado).

As principais vantagens que foram possíveis de apurar, do conjunto de AMP's observadas neste estudo, podem ser sintetizadas numa melhoria geral da qualidade de vida e dos factores sócio ecológicos e de sustentabilidade das comunidades mais directamente em contacto com estas áreas. Foram registados incrementos no nível de vida geral das populações seja através da melhoria dos resultados obtidos pelas actividades económicas exercidas directa e indirectamente nas AMP's, seja pela

diversificação das oportunidades de exploração sustentável dos recursos disponíveis. Registou-se um aumento, em quantidade e qualidade, dos recursos piscícolas capturados para consumo próprio ou para venda, e uma melhoria geral dos padrões de saúde e bem-estar das populações beneficiadas com os projectos. As comunidades tornaram-se mais coesas e aumentaram os seus níveis de confiança em si próprias. Estes progressos foram conseguidos devido às tipologias de gestão adoptadas e ao rigor com que foram implementadas e são, segundo os autores, o melhor argumento para a sua difusão e adaptação das mesmas a outras AMP's, tendo sempre em conta as particularidades locais de ordem social, ambiental e económica.

A União Europeia (UE), ao renovar a sua estratégia para o desenvolvimento sustentável, explicitou-a numa comunicação intitulada “*Toward Joint Programming in Research: Working together to tackle common challenges more effectively*”⁷³. Nesta comunicação são apresentados os objectivos da Comissão Europeia (CE) para as suas políticas de investigação, tendo em conta a grande importância que as mesmas têm para alcançar os propósitos de desenvolvimento sustentável, em todo o espaço europeu, na sua transição para uma sociedade do conhecimento. Estas prioridades foram reconhecidas e consideradas na Estratégia de Lisboa e fazem parte do projecto para pôr a ciência, a tecnologia e a inovação no centro do seu plano para o desenvolvimento europeu. A estratégia de desenvolvimento para a UE em vigor, “*ERA vision 2020*” (Comissão Europeia, 2009) aponta para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo⁷⁴. Neste Sétimo Programa Quadro⁷⁵, são postas várias questões sobre a melhor forma de compatibilizar o desenvolvimento sustentável de um território com as suas políticas de investigação e quais os indicadores realmente importantes para levar a cabo esse desenvolvimento. Segundo este documento estratégico da UE, o enquadramento destes indicadores passam primeiro pela caracterização de dez dimensões para o caso em estudo. Todas elas são operativas para a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, cujo objectivo estratégico final é o progresso económico e social das comunidades, harmonizado com o da boa governação. São enunciados as seguintes dimensões que se distribuem pelas áreas de análise social, económica e ambiental:

1. Desenvolvimento Socioeconómico;

⁷³ http://ec.europa.eu/research/press/2008/pdf/com_2008_468_en.pdf, consultado em 31/12/2010.

⁷⁴ http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm, consultado em 31/12/2010.

⁷⁵ Que se mantém em vigor até 2013.

2. Consumo e produção sustentável;
3. Inclusão social;
4. Alterações demográficas;
5. Saúde pública;
6. Alterações climáticas e energia;
7. Transportes sustentáveis;
8. Recursos naturais;
9. Parcerias globais;
10. Boa governação.

É possível elencar no caso do arquipélago das Berlengas, algumas das iniciativas que nos últimos anos foram efectuadas, de forma a manter ou mesmo reforçar o contacto entre quem tem a responsabilidade de gerir a RNB e a população interessada. Muitas dessas acções levadas a cabo por diversas instituições em parceria, procuram o envolvimento ou até a constituição de grupos organizados de utilizadores locais⁷⁶, para efeitos de definição ou implementação de algumas das políticas públicas instituídas para a gestão de forma sustentável da reserva. A continuidade e reforço destas e de outras iniciativas poderão vir a permitir antever alguma capacidade de concretização com sucesso, das políticas que estão a ser implementadas na reserva, de forma a suportarem o desenvolvimento sustentável da RNB e de toda a região limítrofe.

Alguns conhecimentos dos contingentes e do comportamento das diversas espécies existentes, e em interacção, como resultado de vários anos de monitorização da RNB, permitem detectar desequilíbrios e ameaças ao ecossistema da reserva, possibilitando também, a intervenção atempada e a aplicação de técnicas de gestão dos habitats e das populações locais. Entre as medidas já em execução destacam-se acções como: a gestão da população de gaivotas; o controlo das áreas de implementação do chorão ou, com maior impacte socioeconómico as normas restritivas definidas para a pesca comercial e para a apanha do percebe.

⁷⁶ Como por exemplo a Associação Amigos da Berlenga.

O desenvolvimento sustentável do território da RNB não pode contudo ignorar o seu potencial turístico, que poderá ser aproveitado e até estimulado através de uma oferta diversificada, e de qualidade, onde estará incluído o aproveitamento suportado de forma equilibrada da sua riqueza patrimonial de origem biológica marítima e terrestre. O aperfeiçoamento de um modelo de exploração turística que responda à grande procura sazonal da região, respeitando os objectivos de preservação ambiental e de valorização dos recursos naturais e construídos, é essencial para o desenvolvimento integrado e ambientalmente sustentado da reserva.

A gestão da RNB tem tido a necessidade de lidar com problemas de índole social, económico e ambiental, não estando isenta de divergências e conflitos de interesses entre a sua intervenção e parte da comunidade que a rodeia. Efectivamente, na prática, parece ser possível observar, entre outras actividades não permitidas, a caça submarina, principalmente na zona dos Farilhões, e a apanha dos percebes na época do defeso ou em zonas interditas e ainda a mariscagem com o recurso ao mergulho, etc.

Como forma de contrariar estas actuações observadas na reserva e sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de cumprir as regras da reserva têm sido promovidas quer pelo ICNB como pela CMP palestras e colóquios nas escolas do concelho de Peniche sobre as particularidades ambientais da RNB⁷⁷.

Foi criado um posto de recepção para os visitantes na ilha Berlenga durante a época do verão, funcionando como posto de interpretação e sensibilização do ecossistema em presença e, simultaneamente, promovendo a venda de material informativo e lúdico sobre a reserva. Este posto é patrocinado pelo município de Peniche em sintonia com o Programa de Voluntariado Jovem, também deste concelho, envolvendo ainda outras instituições⁷⁸. Em Junho de 2010, na IV edição da Convenção “Sou de Peniche”, organizada pela Associação para o Desenvolvimento de Peniche (ADEPE), foi abordado na área temática “Ambiente, Património Natural e Cultura”, a situação da RNB através da de uma intervenção com o título “Berlenga, maravilha da natureza”.

O município de Peniche em colaboração com o ICNB tem organizado anualmente diversas iniciativas no âmbito das comemorações do Dia da Reserva Natural, celebradas a 3 de Setembro. Nesse dia são organizadas várias actividades,

⁷⁷ Segundo o testemunho de uma técnica do ICNB e informação disponibilizada pela CMP.

⁷⁸ <http://www.cm-peniche.pt/>, acedido em 5/02/2011.

muitas delas abertas à população em geral e aos turistas, tendo sempre em vista a sensibilização ambiental, fundamental para a preservação do ecossistema da reserva. Em 2010 este evento foi também incluído no âmbito das comemorações do ano internacional da biodiversidade.

O reforço da sensibilização da população local e dos turistas que frequentam a reserva, para a questão da conservação dos recursos piscícolas e a biodiversidade da RNB é fundamental para o êxito da gestão sustentável da mesma. A maioria da população poderá não estar consciente dos benefícios directos e indirectos da subsistência destes recursos biológicos que a reserva visa proteger e incrementar. Os principais beneficiários do êxito deste projecto serão os pescadores, os donos dos barcos da pesca de lazer e outros utilizadores da reserva em actividades recreativas e balneares. Por isso a consciencialização e sensibilização dos utilizadores mais directos e da opinião pública em geral, sobre a importância da biodiversidade marinha e da sua preservação e valorização é fundamental. Assim como a necessidade de uma atitude persistente na implementação de medidas de gestão efectivas de forma a conseguir, no menor prazo possível, a sua sustentabilidade ecológica. Consideramos por isso necessário que a população associe-se não só enquanto objecto de medidas e políticas com as quais se deve ‘conformar’ ou às quais deve ‘aderir’ para perseguir um objectivo no qual não participou, mas antes cooperando nas acções de formação/informação ou sensibilização que falam precisamente daquilo que conhecem melhor porque a elas se encontram agregadas, o arquipélago das Berlengas. É preciso adoptar uma estratégia do tipo *bottom-up* que promova a democracia participativa e instigue os saberes locais. Que se definam projectos e planos que tenham em conta a população interessada, incluindo-os ao nível da decisão. As políticas que regulam o desenvolvimento sustentável e a biodiversidade a nível global, bem como a sua aplicação local e os sistemas de governança gerados, exigem a criação de condições efectivas que permitam a sua implementação. É urgente que estas conheçam os contextos que pretendem regular e integrem os conhecimentos, interesses e preocupações locais nestes processos de produção de conhecimento e tomada de decisão, condição sem a qual qualquer política ou organismo estará votado ao fracasso na consideração do fenómeno da biodiversidade enquanto um fenómeno não apenas biológico e físico, mas sobretudo contextual e societal e simultaneamente cultural.

PARTE II – Trabalho de campo

Capítulo 1 - Objectivos

Conquanto o objecto de estudo desta dissertação já tenha sido alvo de algumas pesquisas com fins diversos, por parte de investigadores de diferentes áreas do saber (Moreira, 1987; Calado, 1991; Souto, 1991), os mesmos sofrem, ou poderão sofrer, rapidamente, do que apelidaria de “erosão da realidade social”. Num processo análogo ao da natureza, e que como ela, está sujeito a pressões e constrangimentos de ordem diversa, a realidade social, tanto pode conservar-se relativamente imutável no tempo e no espaço, como pode “sofrer” bruscas alterações em curtos períodos temporais.

A comunidade piscatória de Peniche, em conjunto com a da área de influência da sua capitania marítima, e a exemplo das restantes comunidades piscatórias do país (Moreira, 1987), tem sofrido ao longo do tempo duras alterações e transformações no seu modo de trabalhar e, nas suas artes de capturar o peixe que representa o seu sustento. Ao contrário de muitas outras actividades profissionais, que apesar dos tempos que correm, permitem algum planeamento, no que concerne aos procedimentos a adoptar e prospectiva de resultados, o pescador nada tem afiançado à partida senão uma hipótese de faina, que de garantida, só tem a sua dureza, cuja retribuição primará sempre pela incerteza.

Tal comunidade terá, por isso, aspectos sociológicos singulares e marcadamente distintos de outras comunidades que encararam a sua rotina diária de outra forma e, que não estarão eventualmente à mercê de factores exógenos tão fortes e diversos e, na maioria das vezes tão adversos. Tais singularidades sociológicas tão ricas e complexas exigem, por isso, por parte do investigador maiores precauções metodológicas, de forma a tentar captar a veracidade imprescindível e também as regularidades sociais desta comunidade, que a exemplo das regularidades físicas e biológicas, sejam susceptíveis ao estudo científico (Nunes, 1976). Neste contexto, esta pesquisa parte da necessidade de perceber o impacte da RNB na vida local dos habitantes da cidade de Peniche e, principalmente da sua comunidade piscatória. Para isso, pretendeu-se construir instrumentos de recolha de informação que permitam

perceber o impacto da Reserva Natural das ilhas Berlengas na vida da comunidade piscatória local.

Apesar de existir muita investigação sobre os benefícios ecológicos das Reservas na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos seus recursos naturais, comparativamente, os estudos sobre os desafios e ganhos em bem-estar para as populações locais são escassos⁷⁹. Esta relação das Reservas e dos seus sistemas, bem como a gestão dos seus recursos não estará completa sem que as dimensões das interacções culturais, sociais e económicas das populações locais com a reserva sejam compreendidas, descritas e se constituam enquanto parte fundamental da estratégia de conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

É neste contexto que se justifica a caracterização social, cultural e económica da população que mais de perto sente a reserva, a vive e é o principal alvo das suas implicações e consequências.

Capítulo 2 - Metodologia

Tendo sempre em conta o objectivo último deste trabalho, e o seu papel num trabalho de conjunto, numa equipa multidisciplinar que já se encontra no terreno foi por isso adoptado, nesta dissertação de mestrado, uma abordagem exploratória qualitativa e de caracterização da comunidade alvo e, de alguns dos factores exógenos a ela que se procurarão estudar, nomeadamente a instituição da RNB.

A abordagem exploratória possui como principal característica distintiva a capacidade de alargar a perspectiva de análise e do conhecimento através da apropriação pelo estudo e questionamento do saber e da visão de investigadores e outros actores, socialmente relevantes. Na falta de dados resultantes de estudos de investigações recentes sobre estas comunidades em geral, e sobre a instituição de uma reserva natural, em particular com as características da RNB, optou-se pela construção e aplicação de dois guiões de entrevistas semi-dirigidas (ver anexo 4). Ambos os guiões foram traçados para serem aplicados a informantes privilegiados, constituindo-

79 Samonte G, Karrer L, Orbach M. 2010. People and Oceans. Science and Knowledge Division, Conservation International, Arlington, Virginia, USA.

se, porém, dois grupos com distintas características. Procurou-se nesta fase, a interpelação aos profissionais da pesca que simultaneamente presenciaram o aparecimento e a consolidação da RNB nas suas vertentes, sociais, económicas e ambientais. Por outro lado, pretendeu-se auscultar os técnicos que contribuem ou contribuíram para o aparecimento e consubstanciação da reserva natural.

Na construção dos guiões das entrevistas enfatizou-se a análise comparativa entre o estado imediatamente anterior à consagração do estatuto da reserva e a situação presente. Pretendeu-se, assim, conhecer os factos mais relevantes no que respeita à utilização social, económica, e ambiental da reserva natural, tanto na sua área terrestre, como na área marítima. Procurou-se desta forma, captar os sentidos e os significados, as representações e as crenças que os diversos actores sociais em presença, têm ou manifestam, quando inquiridos sobre ela. Averiguaram-se os conhecimentos dos leigos e dos técnicos sobre a RNB e qual a apropriação que os autóctones e os forasteiros fazem da reserva, como lidam com o seu enquadramento e com a consequente regulação das actividades, principalmente de índole profissional e económica.

As entrevistas realizadas foram, por isso, planeadas para dois tipos diferentes de actores sociais que, contudo, partilham ou partilharam quase diariamente, a mesma realidade social, embora com objectivos e propósitos aparentemente quase antagónicos. A angariação da amostra inquirida, sem qualquer pretensão nesta fase do projecto de ser representativa, e sendo casual ou oportunista, foi contudo rodeada de cuidados, no sentido de aceder a informantes de primeira linha, ou seja, que proporcionassem relatos de factos relevantes relacionados com a RNB e a sua constituição, e por si experienciados. Foram realizadas cinco entrevistas, duas a pescadores do porto de Peniche (ver entrevista nº 2 e 3) e uma a um antigo pescador da ilha Berlenga e actualmente a trabalhar nas actividades marítimo-turísticas da reserva (entrevista nº 1). Foi ainda possível entrevistar dois biólogos, ambos técnicos superiores da instituição que é responsável pela gestão ambiental da reserva, e com responsabilidades actuais ou recentes, na sua gestão ou monitorização (entrevista nº 4 e 5) (Quadro nº 1).

Quadro 1 Caracterização sociográfica dos entrevistados

Escolaridade Idade	4ª Classe (1º ciclo)		9º Ano		Licenciatura		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F
48 anos						1		1
53 anos			1				1	
58 anos					1		1	
64 anos	1						1	
69 anos	1						1	
TOTAL	2	0	1	0	1	1	4	1

Fonte: Entrevistas Projecto Berlengas, 2010/11

Todas as entrevistas foram realizadas nas horas e nos locais escolhidos pelos interpelados (em geral, nos seus postos de trabalho), gravadas em áudio e posteriormente transcritas de forma integral (ver anexo 5).

A opção pela elaboração de dois guiões de entrevistas, semi-estruturadas, abrangendo as dimensões, social, económica e ambiental permitiu materializar, de forma mais objectiva, este estudo exploratório (ver anexo 4).

A construção de um instrumento de recolha de informação que permita vir a perceber o verdadeiro impacte da RNB na vida da comunidade piscatória local, necessita de que antecipadamente exista um conhecimento informado do ponto de vista social, económico e ambiental da sua realidade presente e passada. A tradicional dependência do mar e da pesca, e de outras actividades delas subsidiárias, tornam a comunidade penichense particularmente vulnerável a todas as alterações aí introduzidas. A já referida falta de estudos de carácter sociológico sobre estas populações, em geral, e sobre a comunidade penichense, em particular, dificultam o apuramento de dados, estimulando, contudo, a curiosidade sociológica sobre as mesmas. O recurso ao contacto directo com alguns dos intervenientes mais presentes na RNB foi o caminho escolhido.

Capítulo 3 – Resultados

3.1 - A actividade Piscatória antes e depois da RNB: A dimensão temporal.

De um modo geral, os testemunhos recolhidos junto dos actuais ou antigos pescadores, identificam a constituição da reserva e as regras que por ela foram forçados a cumprir, como uma dificuldade suplementar para o exercício da actividade piscatória em Peniche e principalmente na área demarcada pela RNB, em confronto com a situação na época imediatamente anterior á sua formação.

“Vivemos do que se vai pescando, cada vez menos ... a pesca dá, se nos deixassem trabalhar. Com respeito ao mar e aos peixes! ... dantes pescava-se mais, via-se mais dinheiro ... a reserva não fez nada pela pesca ... como acontecia dantes, pescávamos em paz, havia peixe para todos e não era preciso isto tudo ”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

Contrastando com a situação imediatamente anterior à constituição da RNB, é facilmente identificável um discurso de frustração e desencanto em relação à situação actual. Antes da existência da RNB, existia um aparente ciclo de prosperidade que foi interrompido de forma irreversível pelos responsáveis da RNB.

“Dantes pescava-se mais, rendia mais, agora já só há 3 ou 4 pescadores a viverem na ilha. ... Antigamente era muito mais, oh antigamente era às 40 e 50 lanchas lá no sítio (Berlenga). Agora estão lá meia dúzia deles.”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

Mesmo os representantes da pesca industrial do arrasto (a mais condicionada dentro do perímetro da RNB) que por natureza dispõem de mais meios para contornar os obstáculos criados à sua actividade nas zonas agora protegidas, referem que não será viável a continuação da imposição de forma crescente de limitações aos diversos tipos de pesca.

“A pesca com rede de emalhar é que não pode, dentro do rectângulo de protecção do arquipélago. E o arrasto também não pode operar dentro da reserva. Portanto, o que pode representar a reserva, em termos de prejuízo para a pesca, ou que dificuldade à actividade em si, a pesca representa! Apenas trouxe dificuldades à pesca com arrasto e de emalhar, porque todo o resto não... Nós não vamos permitir mais restrições aos vários tipos de pesca na zona da reserva!”

(Entrevistado nº3, 53 anos, pescador, armador e dirigente associativo)

Um dos pescadores entrevistado foi mais longe no seu modo de pensar e transmitiu-nos uma hipótese de alternativa e ambientalmente sustentada, para a RNB.

“...sabe o que se fazia em vez da reserva? Sabe? Eu digo-lhe, fazia-se um defeso como deve ser! Os peixes, a grande maioria...sabe o que é a maioria? ... mas a maioria é que interessa... a maioria dos peixes desova agora...era pôr as coisas assim, em Janeiro e Fevereiro ninguém pescava, ninguém! Nem os grandes nem os pequenos, nem o arrasto nem nada! E a reserva podia ir para outro lado, não faz cá falta nenhuma! O que interessa é que a maioria dos peixes fizessem a desova, para depois crescerem e poderem ser pescados.”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

3.2 – Os velhos e os novos pescadores: A profissão em risco?

A comunidade piscatória de Peniche, e a exemplo de outras comunidades pesqueiras, debate-se com alguns problemas inter-geracionais de falta de mão-de-obra

formada e vocacionada para a faina marítima. Uma parte importante dos marinheiros embarcados nos navios de pesca é constituída por pescadores, que já se encontram perto da idade da reforma, ou aprendizes que se limitam a seguir as ordens dos mais velhos. Estes últimos, sem especial apetência nem vontade de seguirem a profissão de pescador, vão embarcando enquanto procuram um trabalho em terra, longe das vicissitudes da faina no mar. Os velhos pescadores da ilha Berlenga, vêem o seu número reduzir-se de ano para ano, e culpam principalmente a RNB e a sua gestão, por anteciparem o seu processo de extinção. Seja pelas dificuldades que lhes causa nas suas fainas tradicionais, seja igualmente pela impossibilidade de renovação humana que lhes impõem, ao não permitir a fixação de novos contingentes de pescadores na ilha. A renovação pela via da descendência também é normalmente rejeitada com o argumento da dureza e da pouca recompensa económica e social que a vida no mar proporciona.

“...por isso é que ninguém quer ir para a pesca. O meu filho foi para França que está lá melhor. E os de outros também. Isto como está não sei, vais para um barco pescar tens de pagar 40 €, para sair mais 40€, vais para outro mais 40€! É o trabalhador mais explorado, é o pescador! ... nos que vivem na ilha agora é quase só velhos, e os filhos não querem ir para lá. Têm morrido muitos (pescadores), ainda este verão trouxe um que foi morrer ao hospital.”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

Considerando esta problemática social, mas tendo principalmente em conta a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas marítimos, este panorama parece favorável a um progressivo aumento dos contingentes de efectivos das espécies em presença nestes mares.

“...continua-se a pescar muito na Berlenga.”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

“...eu sou pescador, pesco todo o ano aqui e lá. A partir de Maio, estou lá sempre, levo para lá o meu barco, ... faço lá a minha vida. Costumo dizer que almoço em

Peniche e janto na Berlenga... para mim o que interessa é a pesca...para mim a Berlenga é para pescar, ... eu sou mas é pescador! ... eu sempre pesquei pelas regras ... continuo a pescar como sempre ... ”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

“... a pesca é uma actividade muito forte e isto é uma zona bastante forte, e bastante abundante com bastante peixe, mas também é uma zona bastante explorada, com bastante exploração de pesca ...Chegámos a um ponto, onde estamos no limite das condições para que toda a gente possa operar sem prejuízo de ninguém! ”

(Entrevistado nº3, 53 anos, pescador, armador e dirigente associativo)

3.3 - A dimensão ambiental (ou a componente estruturante do conceito de sustentabilidade da RNB).

Os biólogos entrevistados, técnicos superiores do ICNB, fazem notar a necessidade de controlar a presença humana e o exercício da pesca e da apanha na RNB, substituindo-os se possível por outras actividades. Para estes especialistas a pressão ambiental a que esteve sujeita a ilha Berlenga e a sua área marinha envolvente, principalmente na época de veraneio, era incomportável com a manutenção de um equilíbrio sustentável dos seus recursos biológicos terrestres e marinhos.

“Aconteceu uma coisa que afectou, em parte, mas não propriamente os residentes que foi deixar de se poder acampar na ilha toda. Quando foi criada a reserva aquilo já tinha tomado umas proporções terríveis, a ilha no Verão tinha tendas...estava forrada...de campismo selvagem. E depois em oitenta e um isso teve de acabar. Estamos a falar de pessoas que vinham de fora de Peniche mas também de Peniche. ... Neste momento a principal preocupação é a de conter a carga humana presente na ilha de Verão. ... Existe alguma pressão ambiental dos pescadores e dos mariscadores, mas isso está a ser tratado e resolvido pela fiscalização. Não é dramática a pressão ambiental exercida tanto quanto sabemos, mas tem de ser monitorizada e restringida ao que foi legalmente fixado.”

(Entrevistada nº 4, 48 anos, bióloga e técnica do ICNB em Peniche)

“...penso que continua a ser uma das prioridades para aquela ilha, a necessidade de disciplinar a actividade turística, quer ao nível dos turistas em si quer ao nível dos operadores turísticos. Direcção desses serviços sempre para uma perspectiva de qualidade e não de quantidade. Simultaneamente a insistir-se na fiscalização do que está previsto e legislado para aquele local. Não é necessária mais legislação mas sim proceder-se à efectiva implementação do que já foi legislado, isto de uma forma geral...Tudo depende das políticas seguidas e da capacidade de manter os recursos ambientais em níveis saudáveis, que no caso da pesca pode significar o desvio desses recursos para o turismo de observação e fotografia em vez da pesca intensiva.”

(Entrevistado nº5, 58 anos, biólogo, técnico do ICNB e antigo responsável pela gestão ambiental da RNB)

Por seu turno, os pescadores e marítimos entrevistados, desvalorizam o impacto da actividade humana na RNB, realçando a vulgaridade que para si representa o acervo natural em presença na região das Berlengas.

“Tem lá umas espécies e tal, e por isso a malta lá do ambiente decidiu criar a reserva mas aquilo não tem nada de significativo! Há lá uma planta ou outra, que os biólogos dizem que só há ali no mar junto às rochas, também há um peixe ou outro, mais diferente, mas tirando isso não há nada de especial! E há lá porquê? Porque em geral, uma onda numa ilha não faz o que faz numa costa continental, numa praia. Aqui a onda vem e rebenta, lá não! Lá oscila, sobe e desce mas não bate como na costa, ...”

(Entrevistado nº3, 53 anos, pescador, armador e dirigente associativo)

“...assinamos um tal papel para não se caçar mais nada! Nem um ouriço, nem um percebe, nada, era reserva, era reserva!”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

3.4 - A dimensão económica (ou a componente crítica do conceito de sustentabilidade da RNB).

A pressão económica, que se acentua nos tempos presentes, também transparece em alguns dos testemunhos recolhidos, aumentando concomitantemente a pressão na componente social e ambiental das medidas tomadas sobre a reserva. Os ganhos objectivos obtidos com o produto resultante da actividade piscatória para o pescador é posto em causa, tendo em conta o custo de vida actual, e os preços inflacionados que o peixe atinge junto do consumidor final.

“Para se sair ao mar o gasóleo é caríssimo, volta-se e o peixe não tem valor que valha. Mais vale ficar sentado! ... Agora... cinco, dez, até cinquenta euros... não valem nada! Vendíamos o peixe na lota, na rua em todo o lado onde se vende-se, agora isto está feito para só alguns ganharem! O peixe para o pescador vale pouco, no mercado vale muito! Isto hoje está cada vez mais pobre e pior!”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

Por parte dos técnicos responsáveis pela implementação das regras imprescindíveis à manutenção da RNB, a actual situação de constrangimento económico pode fazer perigar todo o investimento feito até agora, levando inclusive ao seu retrocesso. A capacidade de manter na RNB as verbas geradas na região e a necessidade de atrair mais investimentos para a área ambiental pode ser fulcral para o futuro do desenvolvimento ambiental da reserva.

“Por vezes a fiscalização não actua porque não há gente, nem meios. Em permanências só existem dois vigilantes ... Houve uma altura em que houve seis...seis é o mínimo necessário para aquilo funcionar. Eles têm que fazer cumprir a legislação sobre o ambiente...porque há mais legislações. Também fiscalizam as licenças das pessoas... Há um desinvestimento no ambiente no ICNB, ...as receitas têm vindo a diminuir. É suposto que a conservação da natureza seja feita e todos nós contribuímos e pagamos muito para isso...agora a questão é saber como é que o governo gere as contribuições que nós pagamos....os cortes...depende das prioridades de quem está no

governo. O merchandising ... as T-shirts, as brochuras...as pessoas até estão dispostas a gastar algum dinheiro com isso. Mas as nossas leis obrigam a que isso vá para o Estado (contabilidade central, não fica para ser investido na reserva que gerou essa receita) ... tem havido um esforço por parte do ICNB para rentabilizar....e apostar nessas coisas mas não é uma coisa directa ... no verão nós temos lá uma banca no cais e são os alunos da Escola Superior de Tecnologia que estão lá em regime de voluntariado. Ficam lá a dormir no nosso local, ou então lá na casa de um vigilante, também e portanto eles estão lá a dar algumas informações, algum material...serve de sensibilização para as pessoas que vão lá...De momento com os constrangimentos financeiros que atravessamos, e a médio prazo, não vejo grandes possibilidades de alterações na gestão dos recursos ambientais ou de outros.”

(Entrevistada nº 4, 48 anos, bióloga e técnica do ICNB em Peniche)

“Os recursos, mesmo os recursos económicos, estão sobre grande pressão! E se falarmos dos recursos ambientais, ainda mais... diria que actualmente, e anteriormente também, os principais problemas que poderão ser suscitados na Berlenga são de natureza social e económica”

(Entrevistado nº5, 58 anos, biólogo, técnico do ICNB e antigo responsável pela gestão ambiental da RNB)

3.5 - A dimensão social (ou a componente primária do conceito de sustentabilidade da RNB).

Os testemunhos recolhidos sobre a RNB nas suas diversas facetas e impactes, indiciam formas de ver e pensar opostos, entre a população local com ocupações ligadas, directa ou indirectamente, à reserva e o ponto de vista de quem cuida dela, principalmente na área ambiental. Foram unânimes os técnicos entrevistados em considerar a RNB um valor ambientalmente frágil mas de grande importância para o presente e para o futuro da região e do país que, enquanto tal, deve ser vigiado e protegido. Por outro lado, os pescadores e habitantes da ilha Berlenga também se mostraram intransigentes quanto à ausência de valor acrescido trazida pela RNB à ilha, desvalorizando muitas vezes a importância a ela atribuída.

“Estas coisas nunca são de um dia para o outro, ou de um ano para o outro sequer, são processos relativamente lentos que vão evoluindo ou regredindo. A minha convicção é que se tem caminhado, de uma forma geral, na direcção certa em relação à biodiversidade em presença na ilha e em relação à sua sustentabilidade.”

(Entrevistado nº5, 58 anos, biólogo, técnico do ICNB e antigo responsável pela gestão ambiental da RNB)

“ Se a reserva acabasse, para já as pessoas iam começar a acampar por todo o lado ... penso que estamos com uma das melhores gestões que alguma vez tivemos até hoje...”

(Entrevistada nº 4, 48 anos, bióloga e técnica do ICNB em Peniche)

“ ... beleza daquilo(ilha Berlenga)! ... Não vejo nenhuma! Em termos de visita cada um dá o valor que quiser eu dava zero valor, não vejo lá nada que valha! ... O pessoal lá do ambiente, lá conseguiu fazer a reserva, pronto, tudo bem...agora para quê! É certo que aquilo tem estas ou aquelas condições, mas...depois lá nas rochas existe isto ou aquilo que não existe em mais lado nenhum, mas isso não é significativo. Se tem lá o marisco agarrado à pedra ele está lá para quê? Ou serve para a nossa alimentação, ou fica lá e morre! ...”

(Entrevistado nº3, 53 anos, pescador, armador e dirigente associativo)

“...vou já dizer-lhe quem é que enganou a gente todos! ... Sentámo-nos todos lá e ele disse (Arq. Nuno Lecoq), vamos fazer uma reserva para não se apanhar nem um ouriço nem um percebe, nem uma lapa...não apanhar nada! Para ser uma reserva, para ser uma reserva natural. Meteu-se-lhe na cabeça que aquilo estava a desaparecer, mas não desaparecia, você quanto mais percebe arrancar, mais nasce! Quanto mais lapas arrancar, mais nasce! Quanto mais ouriço apanhar mais nasce! ... Não serve para nada, nem para os animais nem para o turismo ... Se depende-se de mim acabava com a reserva, tudo. Eu fui parvo em ter assinado isso da reserva.”

(Entrevistado nº1, 69 anos, antigo pescador de Peniche e marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas)

“A reserva nasceu para fazer lugares... para “tachos”... percebe? Dá empregos à malta que não sabe fazer nada, nada de nada. E depois ainda chateiam quem quer trabalhar, quem anda a pescar. Eu não quero saber da reserva para nada ... A reserva não fez nada pela pesca. ... Voltava tudo ao início, sem cá gajos do ambiente ou da reserva e tudo isso ... Isto devia acabar já tudo, era já! As casas já estão mais do que pagas, a ilha está mais do que protegida, havemos de desaparecer todos e a ilha fica lá, com os peixes e as gaivotas. É assim mesmo, e não é preciso virem pessoas, doutores, e eu sei lá o quê! Agora estas pessoas que não percebem nada da ilha ou dos pescadores e só querem ganhar dinheiro. Voltem todas de onde vieram e deixem a gente em paz, ...agora assim... isto é uma coisa sem pés nem cabeça. É só para se safarem e quem cá está é que se ...”

(Entrevistado nº2, 64 anos, pescador de Peniche, dono de uma embarcação de pesca)

Capítulo 4 - Discussão e conclusão

Não se pretende extrapolar, os resultados da análise qualitativa obtida, tendo em conta que os testemunhos recolhidos representam uma pequena amostra dos actores sociais em presença. É no entanto notório, que os protagonistas ouvidos, ligados de forma directa ou indirecta à actividade piscatória na RNB, indiciam graves sinais de incompreensão, por parte da população beneficiada (ou será afectada?) em relação à RNB, em oposição flagrante às preocupações e cuidados dos biólogos envolvidos. A insatisfação e incompreensão generalizada que espontaneamente foi transmitida pelos pescadores e marítimos contactados em relação à RNB não encontra acolhimento, por parte dos biólogos, técnicos do ICNB, que mostram acreditar ser o actual estado da reserva o mais propício para o ambiente e também para as gentes de Peniche e as suas actividades económicas.

A necessidade de compatibilizar as actividades piscatórias e da apanha, mais tradicionais e populares, com outras actividades marítimas e turísticas mais modernas e tecnologicamente mais complexas (como as actividades ligadas ao mergulho),

representam um desafio para o estatuto da RNB e principalmente para comunidade que a circunda.

As significativas diferenças sociais e culturais que abarcam as diferentes gerações de pescadores, e de quem tem como missão zelar pela sustentabilidade ambiental da RNB, podem justificar, em grande parte, algumas das divergências encontradas sobre o futuro da ilha Berlenga e da sua reserva natural.

Segundo alguns dos principais especialistas que estudam e monitorizam as AMP's, e no seguimento de relatórios e políticas de conservação e recuperação de ecossistemas marítimos exauridos ou sobreexplorados, existe uma necessidade crescente de criação e ampliação de zonas marítimas livres de actividades pesqueiras. Os técnicos que foram contactados neste estudo, não o afirmando directamente, também acrescentam a necessidade de proteger a RNB e fiscalizar as actividades pesqueiras nela realizadas.

A utilização, por parte dos peritos, de metáforas de cariz espiritual com referências ao carácter único desta costa (santuário histórico da biodiversidade marinha nacional...zona biologicamente mais rica do litoral de Portugal continental) (Rodrigues, 2008b), apela ao sentimento religioso e ao orgulho da população local pela sua região costeira e marítima. Mas este orgulho, não é suficiente para ignorar algum mal-estar que se sente e se reflecte num discurso mais truculento, quando é abordada a temática da RNB. Os aparentemente simples argumentos sobre a falência de recursos haliêuticos e as explicações técnicas e científicas sobre as formas de preservar e recuperar os pesqueiros exauridos entram facilmente em choque com o pragmatismo dos pescadores. Para estes, a memória dos tempos passados recentes (onde num misto de lamentos e saudades, se anseia por uma ilha Berlenga livre de preocupações, principalmente de origem ambiental) é mais importante.

Já em 1919 Raul Brandão na sua obra *Os Pescadores*, elogiava a tão preciosa e bela ilha que era a Berlenga, sendo contudo rispidamente alertado pelo faroleiro que lhe responde, “ – *Que beleza o quê? Que beleza? ... Isto?! – E ri-se. – O vento e o mar! Sempre o vento e o mar!*”. Também nós conseguimos sentir este mesmo desdém na boca de quem se faz, ou fez ao mar para sobreviver, quando lhes foi referido os valores ambientais da reserva e a necessidade de a preservar para o futuro. Quase um

século depois de Raul Brandão, foi possível sentir igualmente, um enorme fosso entre quem vive do mar e na ilha e de quem no continente a estuda e a aprecia ao longe.

Aplicando o Princípio da participação, enunciado por Robert Costanza, (in Costanza *et al.*, 1998), verificamos que a eficiência dos resultados obtidos na RNB derivará do empenhamento e participação de todos os actores sociais interessados, e que, quanto mais envolvidos e comprometidos estiverem as instituições e as pessoas da região, ou frequentadores da reserva, maior serão as hipóteses de êxito da mesma. Também a União Europeia (Comissão Europeia, 2001a), enunciou um Princípio da participação, onde é possível concluir que a qualidade, pertinência e eficácia das políticas implementadas numa reserva natural dependeram de uma ampla participação de toda a população interessada na reserva, desde a sua concepção até à sua plena execução. Referindo ainda, a importância da participação popular para criar uma maior confiança no resultado final e nas instituições que a tutelam. Essa participação dependerá principalmente da utilização, por parte dessas instituições, de uma abordagem aberta e abrangente, no quadro da concepção e aplicação das medidas para a área da reserva.

Os protagonistas da pesca contactados dividem-se entre a revolta e o desânimo contra a RNB, por um lado, e a incompreensão pelo seu estatuto, por outro. Para os primeiros, a RNB nunca deveria ter sido feita, é inútil e gorou quase todos os objectivos que eram proclamados aquando da sua implementação. Para os segundos, a pesca (principalmente a pesca industrial) pode perfeitamente funcionar no mar de Peniche com a RNB como está, duvidando contudo da sua efectiva validade, quer do ponto de vista ambiental, quer económico ou mesmo social.

Outros intervenientes e decisores há que não foram auscultados e que provavelmente terão outros pontos de vista sobre a RNB. Como referiu um técnico entrevistado, a ilha da Berlenga, tem o condão de fazer sentir cada visitante como um rei, o “rei das Berlengas”, permitindo-lhe por momentos sonhar que “pode, quer e manda” num território que afinal se prolonga por declives marítimos que não suspeita e, cuja principal riqueza não será a material, mas antes a ambiental.

Bibliografia

- AAVV (2008). *Pollicipes International Conference*, Sines.
- Almeida, António (2007). *Educação Ambiental a importância da dimensão ética*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Blot, J. (2002). *O Potencial arqueológico da Ilha da Berlenga – Memorandum para a Reserva Natural da Berlenga*, Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, Lisboa.
- Brandão, Raul (1973). *Os Pescadores*, Estúdios Cor, Lisboa
- Calado, Mariano (1991). *Peniche na história e na lenda*, SILVAS, Lisboa.
- Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1997). *Metodologia da Investigação*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CNADS (2001). *Reflexão sobre o Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira*, Portugal.
- Costanza, Robert (org.) (1998). *A Economia Ecológica e a Governação Sustentável dos Oceanos*, SILVAS, Lisboa.
- Comissão Europeia (2000). *Comunicação da Comissão relativa ao recurso ao princípio de precaução*, Bruxelas.
- Comissão Europeia (2001a). *Governança Europeia Um Livro Branco*, Bruxelas.
- Comissão Europeia (2001b). *Livro Verde Sobre o Futuro da Política Comum da Pesca*, Bruxelas.
- Comissão Europeia (2006). *Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, Bruxelas.
- Comissão Europeia (2009). *Gearing European research towards sustainability: RD4SD Exercise*, Luxembourg.
- Comissão Europeia (2009a). *Livro Verde Reforma da política comum das pescas*, Bruxelas.

- Comissão Europeia (2010). *A política comum das pescas em números*, Luxemburgo.
- Craveiro, João Lutas (1983), *Estudos de Impacto Ambiental uma contribuição sociológica*, LNEC, Lisboa.
- FAO (2009), *The State of world Fisheries and aquaculture 2008*, Roma, Italia.
- Farinha, Sandra I. Cristóvão (2005). *Diálogos cercados. Comunicação entre produtores de pesca do cerco e IPIMAR*, Tese de Mestrado, ISCTE.
- Ferreira de Almeida, J. (Coord.) (2004). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Folke, Carl; Hahn, Thomas; Olsson, Per e Norberg, Jon (2005). *Adaptive Governance of Social-Ecological Systems*, Annual Review of Environment and Resources Vol. 30: 441-473, acedido em [http://www.steps-centre.org/PDFs/Folke et al. , 2005 ARER.pdf](http://www.steps-centre.org/PDFs/Folke%20et%20al.,%202005%20ARER.pdf) em 27/12/10.
- Gomes, C. Amado e Antunes, Tiago (Org.) (2009). *O que há de novo no Direito do Ambiente? Actas das Jornadas de direito do Ambiente*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Hannigan, John A. (2000). *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Henriques, P. Castro e Teixeira, A. (2002). *Áreas Protegidas - Reserva Natural das Berlengas* - ICN, Lisboa.
- ICN (2001). *A, B, C das áreas protegidas de Portugal*, Lisboa.
- ICN (2007). *Relatório do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas*, Lisboa.
- INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa.
- INE (2009a). *Anuário Estatístico da Região Centro 2008*, Lisboa.
- INE (2009b). *Estatísticas de Pesca 2008*, Lisboa.
- INE (2010). *Estatísticas de Pesca 2009*, Lisboa.

- Instituto do Ambiente (2005). *Relatório do Estado do Ambiente 2003*, Lisboa.
- Jamieson, Dale (coord.) (2005). *Manual de Filosofia Ambiental*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Kotler, P. e Roberto Eduardo L. (1992). *Marketing Social estratégias para alterar o comportamento público*, Campus, Rio de Janeiro.
- Lages, Mário F. (1982). *Estudos sobre os impactes sociais induzidos pelas mudanças técnicas e ecológicas*, Policopiado.
- MADRP–DGPA (2007). *Plano Estratégico Nacional Para a Pesca 2007 – 2013*, Lisboa.
- Mela, Alfredo; Belloni, M. Carmen e Davico, Luca (2001). *A sociologia do ambiente*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Moniz, A. Brandão, Godinho, M. Mira e Kovács, I. (Org.) (2000), *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Celta Editora, Oeiras.
- Moreira, Carlos D. (1987). *Populações Marítimas em Portugal*, ISCSP, Lisboa.
- Nunes, A. Sedas (1976). *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais materiais de uma experiencia pedagógica*, GIS, Lisboa.
- Nunes, A. Sedas (1996). *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- Partidário, M. do Rosário (1999). *Introdução ao Ordenamento do Território*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Peixoto, Luís C. (1991). *Apontamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche*, Peniche.
- Pinto, Abel (2005). *Sistemas de Gestão Ambiental Guia para a sua implementação*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Rodrigues, Miguel Seabra J. (Org.) (2008). *Responsabilidade Social das organizações*, Edições Pedago, Mangualde.

- Rodrigues, N., Maranhão P., Oliveira, P., Alberto J. (2008b). *Guia de espécies submarinas Portugal – Berlengas*, Instituto Politécnico, Leiria.
- Samonte, G., Karrer, L. e Orbach, M. (2010). *People and Oceans managing marine areas for human well-being*, Science and Knowledge Division, Conservation International, Arlington, Virginia, USA.
- Santos, Maria João N. (Coord.) (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*, Celta Editora, Oeiras.
- Santos, Maria João N. (Coord.) (2006). *Responsabilidade Social nas PME Casos em Portugal*, RH Editora, Lisboa.
- Schmidt, Luísa (1999a). *Portugal Ambiental casos e causas*, Celta, Oeiras
- Schmidt, Luísa (1999b) "Sociologia do Ambiente: Genealogia de Uma Dupla Emergência" in *Análise Social*, no. 150, Vol. XXXIV, pp.
- Schmidt, Luísa (2007), *País (in) sustentável Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*, Esfera do Caos, Lisboa.
- Schmidt, Luísa *et al.*, (2010), *Educação Ambiental*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.
- Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim G., Guerra, João (2010) *Educação Ambiental balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*, ICS, Lisboa.
- Silva, Augusto S. e Pinto, José M. (orgs.) (1999). *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Porto.
- Singer, Peter (2004). *Um Só Mundo A ética da globalização*, Gradiva, Lisboa.
- Souto, Henrique (1991). *A pesca em Portugal no novo contexto comunitário: O caso de Peniche*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Universidade de Lisboa.
- Souto, Henrique (2007). "Peniche: A epopeia de um porto de sardinha através da história de uma família", in *Seminário Gestão e Ordenamento das Actividades Litorâneas*, Academia de Marinha, pp. 147-159.

- Teixeira, António M. (2002). *Berlengas – Reserva Natural*, Gráfica Europam, Mem-Martins.
- Videira, Nuno; Alves, Inês e Subtil, Rui (2005). *Instrumentos de Apoio à Gestão Ambiental*, Volume I, Universidade Aberta, Lisboa.
- Yearley, Steven (1992). A causa verde uma sociologia das questões ecológicas, Celta, Oeiras.

Legislação

- Despacho n.º 1161/2010 de 18 de Janeiro, estabelece o número máximo de licenças, bem como os critérios e requisitos para o licenciamento da apanha de percebe *Pollicipes pollicipes* na área da Reserva Natural das Berlengas para o ano de 2010.
- Despacho n.º 7879/2009 de 19 de Março, estabelece o número máximo de licenças, bem como os critérios e requisitos para o licenciamento da apanha de percebe *Pollicipes pollicipes* na área da Reserva Natural das Berlengas para o ano de 2009.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008 de 24 de Novembro que vem determinar o Regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas.
- Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho - estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro
- Despacho n.º 8209/2008 de 19 de Março, determina o número máximo de licenças, bem como os critérios e requisitos para o licenciamento da apanha de percebe "*Pollicipes pollicipes*" na área da Reserva Natural das Berlengas.
- Decreto - Lei nº 49/2005 de 24 de Fevereiro, transpõem para o direito português a Directiva nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (Directiva aves).
- Decreto Regulamentar nº 7/2000 de 30 de Maio - define as medidas nacionais de conservação e gestão dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacionais, bem como o regime de autorização e licenciamento da actividade das embarcações e utilização das artes de pesca.
- Portaria n.º 378/2000, de 27 de Junho – Aprova o regulamento da apanha do percebe e o respectivo zonamento.

- Decreto Regulamentar n.º 32/99, de 20 de Dezembro – Introduce alterações e aditamentos ao Decreto - Regulamentar n.º 30/98 de 23 de Dezembro, designadamente no que respeita às interdições, ficando prevista a aprovação de um regulamento, mediante portaria conjunta, para permitir a captura do percebe em certos locais e períodos do ano.
- Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro - cria, entre outras Zonas de Protecção Especial, a Zona de Protecção Especial das Ilhas Berlengas.
- Decreto Regulamentar n.º 30/98, de 23 de Dezembro – reclassifica a Reserva Natural da Berlenga, que se passa a designar Reserva Natural das Berlengas, constituída por todo o arquipélago das Berlengas e uma área de Reserva Marinha.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto – cria, entre outros, o Sítio Rede Natura do Arquipélago da Berlenga.
- Portaria n.º 822/93, de 7 de Setembro – determina a interdição total do exercício da caça dentro dos limites da área da RNB.
- Portaria n.º 270/90, de 10 de Abril – estabelece a capacidade de carga humana na RNB.
- Portaria n.º 174/90, de 8 de Março – estabelece restrições à pesca comercial na Reserva Marinha das Berlengas.
- Decreto-Lei n.º 293/89, de 2 de Setembro – actualiza a legislação em vigor, nomeadamente no que respeita às interdições na área da reserva marinha.
- Decreto-Lei n.º 219/87, de 29 de Maio – interdita a prática de caça submarina na área marítima da RNB.
- Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro – cria a Reserva Natural da Berlenga a qual tem por limite a linha batimétrica dos 30 m à volta da Berlenga e inclui todas as suas ilhas, ilhéus e área marítima.

Planos de ordenamento e gestão

- Magna Carta PENICHE 2025 Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Actuação (Câmara Municipal de Peniche, Fevereiro de 2009).
- Candidatura das Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO (Câmara Municipal de Peniche, Dezembro de 2008).
- Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007 – 2013 (Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2008 de 16 de Maio).
- Plano de Ordenamento e Gestão da Reserva Natural das Berlengas (Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008, de 24 de Novembro).
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental no qual constam as orientações de Gestão para o Sítio do Arquipélago da Berlenga e Zona de Protecção Especial das Ilhas Berlengas (Aprovado em 2008 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho).
- Plano Director Municipal de Peniche (aprovado 1995 pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 139/95, de 16 de Novembro) sendo que no Regulamento deste Plano se encontra salvaguardado o regime específico estabelecido pela Reserva natural das Berlengas.
- Declaração da Conferencia das Nações Unidas sobre a população e o meio ambiente, Estocolmo, 5 a 16 Junho de 1972.

Anexo 1 Actividades sujeitas a autorização prévia ou interditas



ICNB
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Actividades de Turismo de Natureza
(Dec.-Lei nº108/2009, de 15 Maio)



Plano de Ordenamento: RCM nº 180/2008, de 24 de Novembro		Reserva Natural das Berlengas	
Validade dos pareceres emitidos: 1 ano			
Existe 1 percurso pedestre sinalizado	Classes de espaço		
	Áreas de Protecção Parcial e Complementar	Área de protecção total	
a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora;	Parecer prévio ³	Interdita	
b) Actividades de orientação;	Parecer prévio ³	Interdita	
c) Actividades de teambuilding (constituída por uma ou mais actividades identificadas nesta tabela);	Parecer prévio ³	Interdita	
d) Jogos populares;	Parecer prévio ³	Interdita	
e) Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning, coasteering, e espeleologia;	Parecer prévio ³	Interdita	
f) Percursos de obstáculos com recurso a rapel, slide, pontes e similares;	Parecer prévio ³	Interdita	
g) Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;	Parecer prévio ³	Interdita	
h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;	Parecer prévio ³	Interdita	
i) Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segway e em outros veículos não poluentes;	Parecer prévio ³	Interdita	
j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares;	Interdita	Interdita	
l) Passeios em veículos todo o terreno;	Interdita	Interdita	
m) Passeios de barco sem motor;	Parecer prévio ³	Interdita	
n) Observação de cetáceos e outros animais marinhos;	Parecer prévio ³	Interdita	
o) Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares;	Parecer prévio ³	Interdita	
p) Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf e actividades similares;	Parecer prévio ³	Interdita	
q) Rafting, hidrospeed e actividades similares;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	
r) Mergulho	Parecer prévio ³	Interdita	

Nota:

1-O quadro acima identifica as condicionantes existentes no regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas (RNB) .

2-O exercício das actividades identificadas está condicionado ao cumprimento do respectivo Plano de Ordenamento da RNB, aconselhando-se assim a sua consulta em: www.icnb.pt

3-Quaisquer actividades de turismo de natureza necessita de estar previamente autorizada, devendo ser solicitada a emissão de "Parecer prévio", ao abrigo do Plano de Ordenamento da RNB, devendo para o efeito preencher os impressos existentes no Sítio do ICNB, I.P.: www.icnb.pt

Anexo 2 Capturas nominais por espécies

Principais espécies			
		Peniche	
		t	1 000 Euros
Total			
	2008 (h) (i)	15 762	30 664
	2009 (h) (i)	15 393	32 560
Águas salobra e doce		6	48
Peixes marinhos		14 573	28 955
Atum e similares		805	4 750
Besugo		167	620
Carapau		1 128	1 965
Carapau negrão		647	293
Cavala		650	316
Congro ou safio		439	1 277
Faneca		309	531
Linguado e azevia		58	586
Peixe espada		71	264
Peixe espada preto		4	10
Pescadas		280	1 043
Raias		283	678
Robalos		116	1 456
Sarda		76	103
Sardinha		7 260	5 755
Tamboril		53	286
Verdinho		385	303
Diversos		1 840	8 718
Crustáceos		48	677
Gambas		0	1
Lagostas e lavagantes		3	75
Lagostim		3	141
Diversos		42	461
Moluscos		765	2 880
Ameijoa		28	130
Choco		21	76
Lulas		10	76
Polvos		622	2 514
Diversos		85	85

INE, estatísticas da pesca, 2010 (adaptado, sublinhados meu).

Anexo 3 As dez maiores áreas marinhas protegidas do mundo

(em quilómetros quadrados)

- 1) Área Marinha das Ilhas Phoenix, em Kiribati no Pacífico (408,342).
- 2) Parque Marinho da Grande Barreira de Coral da Austrália (343,480).
- 3) Monumento Nacional Marinho norte-americano Papahānaumokuākea ao largo do Havai, no Pacífico (334,154).
- 4) Monumento Nacional Marinho norte-americano Mariana Trench no Pacífico (247,179).
- 5) Monumento Nacional Marinho norte-americano das Ilhas Remotas no Pacífico (212,788).
- 6) Área Marinha Protegida das ilhas Príncipe Eduardo na África do Sul (180,633).
- 7) Área Protegida Bentónica Kermadec na Nova Zelândia (164,840).
- 8) Reserva Marinha da ilha Macquarie, Austrália (161,895).
- 9) Reserva Marinha das Galápagos no Equador, no Pacífico (137,975).
- 10) Franz Josef Land Zakaznik ao largo do Norte da Rússia (123,877).

in, Jornal Público, 24 de Setembro de 2010.

Anexo 4 Guiões de entrevistas

Guião de entrevista a pescadores

I – Identificação

- 1.1 Idade Absoluta em anos:
- 1.2 Sexo:
- 1.3 Freguesia onde mora:
- 1.4 Numero de pessoas que vivem com o/a entrevistado:
- 1.5 - Escolaridade Completa:
- 1.6 Profissão (descrição pormenorizada):
- 1.7 Freguesia e concelho onde trabalha:
- 1.8 Condição perante o trabalho (empregado, desempregado, reformado, estudante...):
- 1.9 Posição na Profissão (patrão, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem):

II – A vida dos pescadores

- 2 Há quantos anos trabalha/vive nesta zona das Berlengas? Como é a vida aqui? Considera que vive bem, porquê? O que mudava?
- 3 Comparada com antigamente o que mudou para pior e para melhor?

(neste grupo de questões pretende-se que a pessoa fale livremente. Depois de a ouvir e no caso de não ter falado de alguns aspectos importantes deve dirigir para eles: em termos económicos, sociais, culturais, familiares, relacionais, políticos, etc...
- 4 Do que vive? (economicamente). Exclusivamente disso? Dá para viver? Se pudesse, mudava algo a esse nível? O quê? Porquê?
- 5 Antigamente: conseguia-se viver apenas da pesca? (se não do que vivia?) Pescava-se mais ou menos? Porquê? O que faziam ao peixe? Onde vendiam o peixe? Quem o comprava? E agora? O que mudou? Ganhavam mais com a pesca actualmente? Porquê?

- 6 Pescavam o quê? Lembra-se? Qual era o melhor peixe? Qual era o pior? O que lhes faziam? Era melhor o peixe antigamente ou agora, ou é a mesma coisa? Porquê?
- 7 Quem ia à pesca? O que faziam as mulheres e homens que não viviam da pesca? E as crianças? Como é no presente?
- 8 Costumavam ir muito para as Berlengas? Quantas vezes? Quando? O que iam lá fazer? (só pesca, com família, passeio, outras actividades? ...festividades? Levavam turistas? Quando apareciam? Como era?) E agora como fazem? Continuam a ir? O que se fazia por lá? E agora, o que se faz?
- 9 Outras actividades relacionadas com as Berlengas – sejam económicas sejam de outro tipo – antes e agora – por exemplo: nas Berlengas colhiam alguma planta do mar ou de terra para consumo familiar? O quê? Para que servia? Comercializavam isso? E actualmente continuam a apanhar? O quê?

III- A constituição da Reserva

Nível de conhecimento e impacte – percepção subjectiva.

Se o entrevistado não tiver falado espontaneamente na constituição da reserva natural das Berlengas, deve agora introduzir a questão. Se já falou espontaneamente deve procurar perceber o seguinte:

- 10 - Já ouviu falar da Reserva das Berlengas? Quando ouviu falar a primeira vez, lembra-se? O que é? Tem ideia da área que abrange?
- 11 Sabe como apareceu a RNB? Quem a criou? Quando? Porquê?
- 12 O que se pretende com a reserva?
- 13 Há uma regulação da actividade que exerce? Em quê? Isso afecta-o? Como? Porque é que isso acontece? Como deveria ser em seu entender?
- 14 O que mudou, com a reserva, na vida das pessoas que vivem aqui?
- 15 E na vida das pessoas que não vivendo aqui se servem da Berlenga e do meio em torno das Berlengas?
- 16 É bom ter a reserva? Quais os factores positivos? Quais os factores menos positivos?
- 17 Sente que a reserva afectou a sua vida? A que níveis? Como? Porquê?

- 18 Em sua opinião quem ganha com a existência da reserva? Isso é importante para si? Porquê? E quem perde? Porquê? O que se podia fazer para remediar isso?
- 19 O senhor/senhora o que ganha com a reserva? O que perde?
- 20 Se pudesse o que mudaria aqui nesta zona em volta das Berlengas e nas próprias Berlengas? Porquê? Como é que se pode fazer isso?

IV – Participação/democratização dos processos

- 21 - Antes de aparecer a reserva ouviu falar disso? Quem falava? O que diziam? O que o senhor achava sobre isso naquela altura?
- 22 Alguma vez o consultaram sobre a reserva? Quem o consultou? O que pretendiam de si?
- 23 Participou alguma vez em alguma reunião ou alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para que serviu?
- 24 Acha que a reserva tem algo a ver com os pescadores ou com a população que vive aqui à volta? O que tem a ver? O que acha disso? Ou acha que não tem nada a ver? Porquê?
- 25 Alguma vez o procuraram mais recentemente para falar da reserva ou de alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para quê? O que fez?
- 26 Que opinião tem sobre a reserva?
- 27 Quem se ocupa da reserva? Que instituições? O que fazem? O que pensa disso? Porquê?
- 28 O que acha do trabalho que essas instituições fazem? Conhece alguém? Quem? O que faz essa pessoa na reserva?
- 29 Costumam falar consigo sobre a reserva? Quem? Porquê?
- 30 Em sua opinião como deveriam funcionar estas questões relacionadas com a reserva? Quem deveria liderar estes processos?

Muito obrigado, António Santos

Guião de entrevista a técnicos

I – Identificação

- 1.1 Idade Absoluta:
- 1.2 Sexo:
- 1.3 Freguesia e concelho onde mora:
- 1.4 Escolaridade Completa:
- 1.5 Profissão (descrição pormenorizada):
- 1.6 Freguesia e concelho onde trabalha:
- 1.7 Condição perante o trabalho (empregado, desempregado, reformado, estudante...):
- 1.8 Posição na Profissão (patrão, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem):
- 1.9 Instituição em que trabalha:

II parte

2. Vive nesta zona? Há quanto tempo? (se Viver: Gosta de viver aqui? Porquê? se não viver: gostaria de viver aqui? Onde? Porquê?).
3. Como é a vida no entorno das Berlengas?
4. O que sabe sobre a população e sobre a cultura local?
5. Quais, em sua opinião, são as necessidades desta população, em particular dos pescadores? E as potencialidades desta população, quais são? (porquê).
6. Em sua opinião, a vida destas pessoas mudou com a criação do estatuto de reserva Natural? Em quê concretamente? Como avalia essas mudanças? O que é mais positivo? O que é menos positivo? Quais os impactes e em quê?
7. Trabalha nesta área geográfica? Qual a sua relação com a RNB?
8. Qual o objectivo da instituição para quem trabalha? E, enquanto especialista, qual o seu objectivo? Qual a mais-valia para a RNB? Trabalha em equipa? Que tipo de equipa? (articulam com outras equipas? Quais? Porquê?).
9. Conhece o actual regime legal que administra a RNB? O que pensa da forma como é gerida a RNB? Factores positivos? Factores menos positivos?
10. Quais as principais diferenças que observa nesta área geográfica em relação ao tempo em que ainda não havia RNB?
11. Conhece as regras de utilização e usufruto da RNB? Quais os principais impactes objectivos destas regras na RNB? Identifica mais algum impacte? Quais os impactes esperados mas ainda não atingidos? E os impactes sociais e culturais? Do seu ponto de vista quais os mais importantes?

12. O que mudou depois da constituição da RNB?
13. Como eram antes da existência da reserva as actividades piscatórias na área das Ilhas Berlengas?
14. Quais as alterações sentidas nas actividades piscatórias com influência económica desde que existe a RNB?
15. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos piscatórios na RNB?
16. Quem deve administrar os recursos piscatórios na RNB?
17. Como eram antes da existência da reserva as actividades turísticas na área das ilhas Berlengas?
18. Quais as alterações sentidas nas actividades turísticas desde que existe a RNB?
19. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir as actividades turísticas na RNB?
20. Quem deve administrar as actividades turísticas da RNB?
21. Identifica alguma outra actividade humana na RNB além destas que falámos? Porquê? Qual a interferência ambiental dessas actividades? (do mar recolhe-se apenas peixe? E de terra?)
22. Ao nível do desempenho ambiental e da biodiversidade como caracteriza as ilhas Berlengas e o mar que a rodeia antes da existência da RNB?
23. Quais as alterações no desempenho ambiental, no aumento da biodiversidade (Houve?) e sustentabilidade que notou desde a constituição da RNB?
24. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos ambientais da RNB?
25. Quem deve administrar as potencialidades ambientais da RNB?
26. Como gostaria que fossem no futuro as Ilhas Berlengas?
27. Quais as medidas e alterações mais urgentes que se deviam implementar já?
28. Quem participa na elaboração dos planos de gestão, das políticas e regulamentos? A população participa? Porquê? Considera isso importante? Porquê? Alguma vez a população participou? Quando? Em quê? Porquê? Como avalia isso? Acha que se devia promover a participação da população? Porquê?
29. Acha importante considerar os aspectos sociais e culturais na definição das políticas e planos de gestão? Porquê?
30. O que alteraria nas políticas ambientais e ecológicas? Porquê? O que pode fazer para conseguir isso?

Muito obrigado, António Santos

Anexo 5 Entrevistas

Entrevista Nº1 a um antigo pescador e actual marinheiro nas actividades Marítimo-Turísticas na ilha Berlenga. Esta entrevista foi feita no porto de Peniche, no molhe de embarque para a ilha Berlenga, no dia 16 de Janeiro de 2011, perto das 15h.

I – Identificação

- 1.1 Idade Absoluta: 69 anos.
- 1.2 Sexo: Masculino.
- 1.3 Freguesia onde mora? Em Peniche e na ilha Berlenga.
- 1.4 Número de pessoas que vivem com o/a entrevistado. Uma, a esposa.
- 1.5 Escolaridade Completa. A 4ª Classe.
- 1.6 Profissão. Tripulante do navio Cabo Avelar (faz a carreira entre Peniche e a ilha Berlenga) e marinheiro com licença para actividades Marítimo-Turísticas na Ilha Berlenga em barco próprio.
- 1.7 Freguesia e concelho onde trabalha. Concelho de Leiria, Peniche e ilha Berlenga.
- 1.8 Condição perante o trabalho. Empregado por conta de outrem (na tripulação da embarcação Cabo Avelar) e por conta própria nas actividades Marítimo-Turísticas de guia turístico na ilha Berlenga.

II – A vida dos pescadores

2– Há quantos anos trabalha e vive nesta zona das Berlengas? Como é a vida aqui? Considera que vive bem, porquê? O que mudava?

Vivo em Peniche e há mais de 31 anos na ilha Berlenga. A vida lá passa-se e o que falta lá mais são umas casas de banho, pois as nossas casas na Berlenga não têm casa de banho! Só têm a cozinha e o quarto. As casas de banho na ilha são públicas, toda a gente vai lá. Por mim não faz diferença nenhuma que sou homem, o pior é a minha mulher! Lá com as senhoras é que é mais coiso... no verão vão lá milhares de pessoas, ali (aponta para a ilha).

Antigamente levaram para lá material para fazer casas de banho partiram uma parede na parte de traz das nossas casas e faziam uma casa de banho, andaram a fazer as canalizações era tudo dinheiro dado pela reserva, ou do Estado...não sei bem. Fizeram as canalizações e as casas de banho, chapéu. Alguém se aproveitou, ou fosse o que fosse, e o dinheiro, ninguém mais o viu! Fizeram as canalizações e, até por sinal, quem fez as

canalizações, o pedreiro até já morreu, era o Joaquim caiu de um telhado abaixo e morreu. Um rapaz novo, ele é que fez as canalizações e tudo, e dizia agora vão ter uma casa de banho nova. Olhe ... não fizeram nada. Para tomar banho tem de ser naquelas bacias grandes dentro de casa. Para mim, o que faz mais falta é a casa de banho. Aquilo estava tudo no projecto e depois acabou por não se fazer nada! Ninguém liga!

3- Quem manda ali (nas ilhas Berlengas e no bairro dos pescadores)?

Aquilo antigamente era da capitania, porque aquilo é marítimo, mas eu dá-me impressão que a Capitania já deixou aquilo da mão e quem está a tomar conta daquilo é a reserva o ICNB. A câmara de Peniche manda apenas a água para lá, o Cabo Avelar (a embarcação) leva água daqui para lá. O castelinho tem lá água, tem lá duas cisternas, a água é da chuva. Tem uma cisterna muito grande e quando chove a água é apanhada pelos telhados. Na fortaleza, tive lá treze anos, o terraço é assim muito inclinado, e quando chove vai directamente para uma cisterna, quando é de verão e não chove é o Cabo Avelar que leva a água daqui. Essa água é só para as pessoas se lavarem, para beber não presta, mas este mês a cisterna deve estar cheia. Não há gastos e os faroleiros também têm uma cisterna só para eles. Com o turismo gasta-se muita água e depois é o Cabo Avelar que leva a água daqui, mas só para o lado de cá, não leva para a fortaleza; mas para mim o que lá faz falta é as casas de banho, porque é muito turismo e é a tal coisa...dantes quem era o director era o António Teixeira, agora já foi para Lisboa; não sei se ainda é? Acho que foi para Lisboa. Aqui em Peniche há um escritório da reserva mas não sei se ele ainda está lá.

4 Comparada com antigamente o que mudou para pior e para melhor?

Agora melhorou muito, você vê, antigamente os que lá estavam não tinham frigorífico, não tinham fogão, não tinham arcas e agora temos isso tudo, temos electricidade, temos frigoríficos, temos arcas e temos fogão. Antigamente não, não havia nada!

5 Como vai para lá a electricidade?

A luz vem de Coimbra! É por cabo submarino, a luz é ligada às 9 da manhã e é todo o dia, mas tem períodos. Antigamente faziam assim, ligavam às nove da manhã e desligavam às cinco da tarde às sete ligavam novamente e desligavam á uma da manhã. Quando é o mês de Junho. Quando é o Julho e o Agosto ligam às 9 da manhã, ligam às 5, ligam às 7. Isto por causa do turismo, do consumismo e tal. O gasóleo que vai para lá é posto pela EDP num barco que está aí e que se chama o rio... que leva uns depósitos grandes depois são puxados por uma grua cá para cima para alimentarem os geradores. Esses geradores é que produzem electricidade. Antigamente era o meu cunhado Veríssimo, o Caldinhas (que estava à procura) que os ligava e desligava, agora não, são

eles (os vigilantes), agora é automático eles chegam lá carregam e ligam e desligam depois. O principal que mudou foi a electricidade e o facto de termos outras coisas em casa. Quando cortam a electricidade fica desligada toda a noite. Durante a noite se quer ir a casa de banho já não há luz, tem que levar um candeeiro ou uma pilha. Quando é uma da manhã (mas também depende às vezes do senhor que entra de serviço, às vezes são três e 4 da manhã e ainda tem luz, as vezes ele chega lá ainda não é uma hora encosta-se (adormece) e deixa passar o tempo e quando acorda já são 3 e 4 da manhã, mas o caso é esse e já disse isso aos da EDP porque é que apagam a luz á noite? Nós só pagamos (a electricidade) ao fim da época vão lá dois rapazes da EDP e tomam nota, tanto dava pagar 100 como 200. Ali só havia uma solução que era lá de cima do farol podia dar luz para as casas todas, está a compreender. O farol é automático e está toda a noite ligado, o farol tem painéis solares e podia dar luz toda a noite para as casas. Mas eles dizem que aquilo é militar e cá em baixo é civil, a ilha é toda a mesma! Era ligar um fio lá de cima cá para baixo e dava luz para as casas todas. A contar com a minha são 14, elas só têm 2 lâmpadas, uma no quarto e outra na sala, mais um frigorifico e a arca. mas nós todos os meses temos de estar a pagar o aluguer do contador e tudo mais. O que mudava era isso ter electricidade toda a noite, chegava-se ao fim da época fulano gastou tanto

(neste grupo de questões pretende-se que a pessoa fale livremente. Depois de a ouvir e no caso de não ter falado de alguns aspectos importantes deve dirigir para eles: em termos económicos, sociais, culturais, familiares, relacionais, políticos, etc...)

- 6 Do que vive? (economicamente). Exclusivamente disso? Dá para viver? Se pudesse, mudava algo a esse nível? O quê? Porquê?

Como já disse, sou funcionário da embarcação Cabo Avelar e tenho a minha lancha para passeios na ilha. Felizmente vai-se vivendo do turismo. Isto no verão tem muita gente, agora não. Está tudo parado. Aqui no inverno não pode haver turismo, o mar não deixa.

- 7 Antigamente conseguia-se viver apenas da pesca? (se não do que vivia?) Pescava-se mais ou menos? Porquê? O que faziam ao peixe? Onde vendiam o peixe? Quem o comprava? E agora? O que mudou? Ganhavam mais com a pesca actualmente? Porquê?

Dantes pescava-se mais, rendia mais, agora já só há 3 ou 4 pescadores a viverem na ilha. Antigamente as casas eram todas dos pescadores, agora é a idade que acaba com eles. Ainda há dias morreu um, que fazia comigo serviço nos transportes. Agora pescadores, você só lá encontra o meu cunhado Zé, o Maximino, o Felismino, o António Maria, o Joaquim Nazaré e não há mais. Meia dúzia de pessoas e, dos que eu estou a dizer, quem não é reformado é o Maximino. Apanham peixe para vender, não é tanto pescador como antigamente, vêm aqui vender, à lota em nome deles ou de outros. Quem não tem cartão

para a lota vende em nome de outros e, outras vezes, vendem à candonga. O restaurante de lá também compra aos pescadores, o rapaz que trabalha lá diz a um e outro. Apanhaste peixe, vem aqui vender!

- 8 E os pesqueiros, há quem vá lá pescar, tipo ir de manhã e voltar à noite?

Lá para pescar, pesca-se no Broeiro ou no Manchão. São os dois pesqueiros onde mais ou menos a malta pesca ali de volta da ilha. Ainda ontem, ou anteontem, esteve lá a polícia marítima de volta das embarcações.

- 9 Antes de ser reserva era diferente, lembra-se da ilha antes de ser reserva?

Lembro, claro! Eu ia lá namorar a minha mulher, a minha mulher deve ser a pessoa que há mais tempo que vive na ilha. A minha mulher foi para a ilha com os pais tinha meses, o meu sogro trabalhava para a Câmara de Peniche. O meu sogro esteve lá mais de 50 anos a trabalhar e a minha mulher ia para lá.

- 10 Pescavam o quê? Lembra-se? Qual era o melhor peixe? Qual era o pior? O que lhes faziam? Era melhor o peixe antigamente ou agora, ou é a mesma coisa? Porquê?

O que se pesca mais é robalos e douradas ... mas a pesca principal é o robalo mas também ... nas traineiras é o carapau, a cavala. As pessoas iam nas embarcações para os pesqueiros pescar. Para as rochas é a malta que vai daqui (do porto de Peniche) para lá (Berlengas) nos barcos e depois vão com as canas para as rochas. Aí apanham também douradas e robalos, é mais para o lado do robalo aí. Eu agora essa pesca já deixei porque ando nisto do turismo, mas ainda hoje se apanha lá muito robalo e douradas. Continua-se a pescar muito na Berlenga. Antigamente era muito mais, oh antigamente era às 40 e 50 lanchas lá no sítio (Berlenga). Agora estão lá meia dúzia deles. De qualquer maneira, ainda se vê muito peixe na Berlenga. Os do mergulho vêem grandes peixes embora eles tenham lá zonas próprias para mergulhar.

- 11 Também pescam?

Nunca vi, é proibido, eles levam muita gente ao mergulho mas é a aprenderem. Há aí empresas para isso. Aqui conheço duas a Haliotas e outra.

- 12 Quem ia à pesca? O que faziam as mulheres e homens que não viviam da pesca? E as crianças? Como é no presente?

Eram os homens, só os homens, aqui não há tradição das mulheres irem. Agora há uma ou duas que vai, mas na Berlenga não. Nunca vi!

- 13 Costumavam ir muito para as Berlengas? Quantas vezes? Quando? O que iam lá fazer? (só pesca, com família, passeio, outras actividades?...festividades? Levavam turistas? Quando apareciam? Como era?) E agora como fazem? Continuam a ir? O que se fazia por lá? E agora, o que se faz?

Antigamente o turismo era pouco, porque antigamente quem estava lá no turismo era o Zé dos Remédios, era o Francisco Careca, era o Dino Maneta, eram uns quatro, eram homens cujas lanchas eram só a remos. Iam à fortaleza, andava lá um que era o Dino Maneta, remava com esta mão (a direita) e com o coto segurava o outro remo aqui (no antebraço). Depois começou a haver mais turismo, mais embarcações a levar mais turistas, começou a juntar-se muita gente na ilha, a malta agora cada um tem a sua embarcação e andam lá e tal!

- 14 Outras actividades relacionadas com as Berlengas – sejam económicas sejam de outro tipo – antes e agora – por exemplo: nas Berlengas colhiam alguma planta do mar ou de terra para consumo familiar? O quê? Para que servia? Comercializavam isso? E actualmente continuam a apanhar? O quê?

Não, o que se apanhava mais é o percebe, mas agora é proibido! Isso é uma grande vigarice que fizeram! Eu vou-lhe explicar porquê. E é por isso que eu não gramo as pessoas da reserva, não os topo! Um dia, o primeiro chefe da reserva foi o Lecoq, um dia esse indivíduo chega ao pé da gente...já vou dizer-lhe quem é que enganou a gente todos! Esse Lecoq, um dia em Setembro de 1981 chegou a ilha Berlenga, chamou a gente toda ao pavilhão (Mar e Sol) para conversar com ele. Sentámo-nos todos lá e ele disse, vamos fazer uma reserva para não se apanhar nem um ouriço nem um percebe, nem uma lapa...não apanhar nada! Para ser uma reserva, para ser uma reserva natural. Meteu-se-lhe na cabeça que aquilo estava a desaparecer, mas não desaparecia, você quanto mais percebe arrancar, mais nasce! Quanto mais lapas arrancar, mais nasce! Quanto mais ouriço apanhar mais nasce! E então a gente vai eu, o Caldinas, o Mário Capricho, o irmão dele o Joia, o Felismino e outros assinamos um tal papel para não se caçar mais nada! Nem um ouriço, nem um percebe, nada era reserva, era reserva! Depois eles são tão vigaristas que nas nossas costas foram dar licenças para apanhar percebes. Este rapaz que tem o restaurante lá na Berlenga, o tal Mar e Sol, ele e os faroleiros todos. E uma parte da malta que está na fortaleza também, toda a gente apanha percebe! Não apanha de dia, apanha de noite e a gente não pode apanhar um! Agente fez a reserva e não pode apanhar um! E está-se a dar fortunas a outros. A trinta e tal euros o kg lá na ilha! Eles até fazem assim, têm 3 meses para apanhar, mas se não forem apanhar nesses 3 meses em cima da pedra apanham de mergulho à noite! Eles vão apanhá-lo à noite! É proibido! Mas é tudo proibido! Mas eles não fazem caso disso!

15 E onde o vendem, na lota?

Não, aí nos restaurantes, na lota não. O percebe não paga imposto nenhum, vendem a intermediários.

16 Mas existem umas declarações que têm de preencher uma relação do que apanharam?

Isso é ...tanto quilo para ali, tanto quilo para acolá, inventam para ali qualquer coisa e vendem para todo o país! Lisboa e tudo. Por exemplo, vão cinco homens numa embarcação de borracha, só podem apanhar 20 kg cada um e têm de ser escolhidos, os maiores, certo? Apanham aos duzentos e trezentos kg cada um! E depois não voltam aqui, voltam mais para ali, ou vão para outro sítio descarregar. Há...há coisa de 4 ou cinco anos na Páscoa, disse assim à minha mulher Cristina, vêm aqui comigo ao castelinho, tu ficas cá em cima que eu vou lá abaixo apanhar meia dúzia de percebes para comer. Num Domingo da Páscoa, fui lá abaixo com um balde amarelo, estava a apanhar, vá meio balde, com uma arrolhada. Nem eu, nem a minha mulher vimos o tipo da reserva a chegar ao pé de mim, já tinha meio balde de percebes. Ouço assim uma voz nas minhas costas, eh pá Zé Júlio!!! Isso é mesmo assim? Zé Júlio, o quê pá!!! Se ele estivesse mais perto, se calhar matava-o com o balde! Está mal, é uma vergonha, um gajo não pode apanhar 4 ou 5 percebes para comer enquanto aqueles tipos ganham fortunas a apanhar. Eu, se fosse aquele tipo, nem dizia nada! Ainda se tivesse a apanhar para vender, ou grandes quantidades, agora meio balde! Arranjar um pouco de marisco para beber!

III- A constituição da Reserva – nível de conhecimento e impacte – percepção subjectiva.

Se o entrevistado não tiver falado espontaneamente na constituição da reserva natural das berlengas, deve agora introduzir a questão. Se já falou espontaneamente deve procurar perceber o seguinte:

17 - Já ouviu falar da Reserva das Berlengas? Quando ouviu falar a primeira vez, lembra-se? O que é? Tem ideia da área que abrange? Sabe como apareceu a RNB? Quem a criou? Quando? Porquê?

A reserva começou em 1981 com esse tal Lecoq.

18 O que se pretende com a reserva?

Não serve para nada, nem para os animais nem para o turismo. Então os animais estão lá mortos, as gaivotas, a ilha está cheia de gaivotas mortas e eles (os da reserva) não apanham uma única! Ficam ali a apodrecer por todos os lados. Mas sabe porquê? Porque

se deitam às 2 e 3 da manhã e levantam-se às 2 e 3 da tarde! Mas são guardas da natureza o quê! Eles querem é ter uma embarcação para andarem a passear com as mulheres!

- 19 Há uma regulação da actividade que exerce? Em quê? Isso afecta-o? Como? Porque é que isso acontece? Como deveria ser em seu entender?

Como agora só ando nas Marítimo turísticas pago a minha licença e mais nada, não me afecta nada.

- 20 O que mudou, com a reserva, na vida das pessoas que vivem aqui?

Nos que vivem na ilha agora é quase só velhos, e os filhos não querem ir para lá. Têm morrido muitos, ainda este verão trouxe um que foi morrer ao hospital.

- 21 E na vida das pessoas que não vivendo aqui se servem da Berlenga e do meio em torno das Berlengas?

A maior parte no verão vai de manhã, anda por lá e volta à tarde.

- 22 É bom ter a reserva? Quais os factores positivos? Quais os factores menos positivos?

Se depende-se de mim acabava com a reserva, tudo. Eu fui parvo em ter assinado isso da reserva.

- 23 Mas foi obrigado a isso?

Eu não fui obrigado, eu não percebia era nada, eu não sabia no que isto ia dar.

- 24 Em sua opinião quem ganha com a existência da reserva? Isso é importante para si? Porquê? E quem perde? Porquê? O que se podia fazer para remediar isso?

Eu fiquei chocado com a reserva e, é isso que lhe conto, e digo a eles, foi eles fazerem uma reserva a proibir tudo e depois dão licenças para alguns ganharem fortunas! Há pessoas aqui que ganham fortunas no percebe, e eu se quiser apanhar meia dúzia para comer não posso! Tenho que andar a fugir!

- 25 O senhor/senhora o que ganha com a reserva? O que perde?

Eu, como trabalho nas actividades Marítimo-Turísticas, pago à reserva uma licença por época e vou quando quero, não tenho que dar satisfações a ninguém. Vou quando quero e faço o que quero!

- 26 Se pudesse o que mudaria aqui nesta zona em volta das Berlengas e nas próprias Berlengas? Porquê? Como é que se pode fazer isso?

Por mim a reserva acabava e tudo voltava ao antigamente, como já disse.

IV – Participação/democratização dos processos

- 27 - Antes de aparecer a reserva ouviu falar disso? Quem falava? O que diziam? O que o senhor achava sobre isso naquela altura?

Foi na altura que lhe disse, em 1981 com o responsável da altura o Lecoq.

- 28 Alguma vez o consultaram sobre a reserva? Quem o consultou? O que pretendiam de si?

Eles não falam com a gente! É só bom dia e boa tarde, eles pouco ou nada falam!

- 29 Participou alguma vez em alguma reunião ou alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para que serviu?

Nada, só daquela vez com o Lecoq, a partir daí nunca mais. Sou eu na minha casa e eles na casa deles, não pedem a opinião de ninguém.

- 30 Acha que a reserva tem algo a ver com os pescadores ou com a população que vive aqui à volta? O que tem a ver? O que acha disso? Ou acha que não tem nada a ver? Porquê?

Não tem nada a ver com isso, foi uma forma de nos enganarem!

- 31 Alguma vez o procuraram mais recentemente para falar da reserva ou de alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para quê? O que fez?

Não, nada. Ninguém se dirige a nós sobre isso agora.

- 32 Que opinião tem sobre a reserva?

Não serve para nada, já lhe disse!

- 33 Quem se ocupa da reserva? Que instituições? O que fazem? O que pensa disso? Porquê?

Antigamente era o chefe dos faroleiros, um sargento da marinha era quem mandava na ilha. Qualquer coisa que havia era tudo comunicado a ele. Agora nem sei, dantes era o Dr. António Teixeira, agora nem sei quem é. Agora anda aí a polícia marítima, eu já fui abordado por eles, só que eu tenho tudo em ordem, não me podem dizer nada.

- 34 O que acha do trabalho que essas instituições fazem? Conhece alguém? Quem? O que faz essa pessoa na reserva?

Não fazem nada que se veja, nadinha!

- 35 Em sua opinião como deveriam funcionar estas questões relacionadas com a reserva? Quem deveria liderar estes processos?

Não sei, quanto a isso não sei, só sei que nós temos que pagar para trabalhar, devemos ser a única profissão que tem que pagar para trabalhar! Arranjamos um patrão temos que pagar para trabalhar, desistimos desse trabalho e temos que pagar para sair!

36 Porquê?

São as matrículas, ao entrar para uma Campanha tem de pagar, ao sair tem de pagar, depois para ir para outro tem de pagar outra vez!

37 A quem?

Á capitania, por isso é que ninguém quer ir para a pesca. O meu filho foi para França que está lá melhor. E os de outros também. Isto como está não sei, vais para um barco pescar tens de pagar 40 €, para sair mais 40, vais para outro mais 40€! E o trabalhador mais explorado é o pescador! É assim e depois quantas mais matrículas houver mais eles dividem ao fim do ano, sempre foi assim toda a vida. Quanto mais galões têm, mais ganham!

(Depois desta resposta o entrevistado, mostrou indisponibilidade para continuar a falar alegando um compromisso).

Muito obrigado,

António Santos

Entrevista Nº 2 a um pescador do porto de Peniche, patrão de uma embarcação e habitante da ilha Berlenga. Esta entrevista foi feita no dia 25/01/2011, pelas 12 horas no molhe leste do porto de pesca de Peniche junto à sua embarcação de pesca.

I – Identificação

1. – Idade Absoluta: 64 anos.
2. Sexo: masculino
3. Freguesia onde mora: cidade de Peniche e na ilha Berlenga
4. Número de pessoas que vivem com o/a entrevistado: uma, a esposa.
5. Escolaridade Completa: 4ª classe.
6. Profissão: pescador por conta própria, principalmente na arte do palangre, numa embarcação a diesel matriculada com o nome “Pé de Burro”.
7. Freguesia e concelho onde trabalha: Distrito de Leiria, concelho de Peniche e na ilha da Berlenga.
8. Condição perante o trabalho: trabalhador por conta própria.
9. Posição na Profissão: patrão.

II – A vida dos pescadores

- 9 – Há quantos anos trabalha/vive nesta zona das Berlengas? Como é a vida aqui? Considera que vive bem, porquê? O que mudava?

Vim para aqui com 3 anos mas a minha família é da Nazaré... a vida é muito fraca para um pescador como eu. Vivemos do que se vai pescando, cada vez menos. Não preciso de muito, já tenho os filhos criados mas não se vive com facilidades nenhuma. Mudava tudo, a começar com os políticos que são todos uns F...da P..., ladrões!!

- 10 Comparada com antigamente o que mudou para pior e para melhor?

Agora anda mais gente a enganar e a roubar. É só miséria e droga, não vejo nada melhor, nadinha...nem aqui, nem em lado nenhum. Para se sair ao mar o gasóleo é caríssimo, volta-se e o peixe não tem valor que valha. Mais vale ficar sentado!

(neste grupo de questões pretende-se que a pessoa fale livremente. Depois de a ouvir e no caso de não ter falado de alguns aspectos importantes deve dirigir para eles: em termos económicos, sociais, culturais, familiares, relacionais, políticos, etc...)

- 11 Do que vive? (economicamente). Exclusivamente disso? Dá para viver? Se pudesse, mudava algo a esse nível? O quê? Porquê?

Sou pescador vivo do que pesco, já não tenho grandes necessidades, tenho os filhos criados e estão bem nas suas vidas. Daqui a uns meses devo-me reformar, portanto já não me estou para chatear muito. A pesca dá, se nos deixassem trabalhar. Com respeito ao mar e aos peixes! Se pudesse mudava estes cab... todos daqui para fora (os políticos)! Só andam a roubar e a encher os bolsos! Vivem á custa de quem trabalha como eu e os outros que andam aí.

- 12 Antigamente: conseguia-se viver apenas da pesca? (se não do que vivia?) Pescava-se mais ou menos? Porquê? O que faziam ao peixe? Onde vendiam o peixe? Quem o comprava? E agora? O que mudou? Ganhavam mais com a pesca actualmente? Porquê?

Antigamente era tudo muito duro, o meu pai foi bacalhoeiro, fez muitas Campanhas no norte. Foram tempos difíceis, eu corri mundo também a pescar, já estive nas Canárias, na América, no Canadá, na Alemanha... corri muitos portos... Sempre vivi da pesca e do meu trabalho na pesca, criei os meus filhos. Dantes pescava-se mais, via-se mais dinheiro. Um gajo trabalhava mas chegava ao fim e tinha mil reis para pôr ao bolso e fazia muita coisa com mil reis. Agora... cinco, dez, até cinquenta euros...não valem nada! Vendíamos o peixe na lota, na rua em todo o lado onde se vende-se, agora isto está feito para só alguns ganharem! O peixe para o pescador vale pouco, no mercado vale muito! Isto hoje está cada vez mais pobre e pior!

- 13 Pescavam o quê? Lembra-se? Qual era o melhor peixe? Qual era o pior? O que lhes faziam? Era melhor o peixe antigamente ou agora, ou é a mesma coisa? Porquê?

Aqui sempre se pescou o mesmo... a sardinha, a dourada, o robalo a cavala, o melhor é o que vem no anzol! O peixe é sempre bom, não tem moléstia. Os compradores é que se aproveitam. O pescador luta no mar para pescar e em terra para vender! É uma vida muito difícil.

- 14 Quem ia à pesca? O que faziam as mulheres e homens que não viviam da pesca? E as crianças? Como é no presente?

Á pesca ia quem podia, quem tinha saúde e quem queria trabalhar. Eu fui desde os oito anos! Tá a ver... aos oito anos, uma criança! E ainda cá ando! É uma vida muito dura, quem não anda cá não imagina isto! As mulheres não, aqui não...as crianças dantes é o que lhe digo... eu comecei com pouco mais que oito anos. Nem queira saber o que passei...foram tempos muito difíceis, mas cá estou...tenho o meu barco.

- 15 Costumavam ir muito para as Berlengas? Quantas vezes? Quando? O que iam lá fazer? (só pesca, com família, passeio, outras actividades?...festividades? Levavam turistas? Quando apareciam? Como era?) E agora como fazem? Continuam a ir? O que se fazia por lá? E agora, o que se faz?

Tenho lá casa há mais de trinta e tal anos, mas até na minha casa eles querem mandar, esses filhos da p...!! Eu sou pescador, pesco todo o ano aqui e lá. A partir de Maio, estou lá sempre, levo para lá o meu barco, o Pé de Burro e faço lá a minha vida. Costumo dizer que almoço em Peniche e janto na Berlenga. O turismo... não me interessa, está tudo feito para os mesmos, não tenho nada a ver com isso. Para mim o que interessa é a pesca...

- 16 Outras actividades relacionadas com as Berlengas – sejam económicas sejam de outro tipo – antes e agora – por exemplo: nas Berlengas colhiam alguma planta do mar ou de terra para consumo familiar? O quê? Para que servia? Comercializavam isso? E actualmente continuam a apanhar? O quê?

Para mim a Berlenga é para pescar, cumpro as regras e não quero saber deles para nada. Não apanho nada, não trabalho com turistas, nada... eu sou mas é pescador! O resto é conversa...agora que há tipos que se safam com isso da apanha (dos percebes) há, e de que maneira...vendem em todo o lado, o percebe está sempre vendido, mas eu não ando nisso!! Nem quero! Não apanho nem quero saber quem apanha.

III- A constituição da Reserva

Nível de conhecimento e impacte – percepção subjectiva.

Se o entrevistado não tiver falado espontaneamente na constituição da reserva natural das berlingas, deve agora introduzir a questão. Se já falou espontaneamente deve procurar perceber o seguinte:

- 17 - Já ouviu falar da Reserva das Berlengas? Quando ouviu falar a primeira vez, lembra-se? O que é? Tem ideia da área que abrange?

A reserva nasceu para fazer lugares... para “tachos”...percebe. Dá empregos à malta que não sabe fazer nada, nada de nada. E depois ainda chateiam quem quer trabalhar, quem anda a pescar. Eu não quero saber da reserva para nada, é como os políticos, olhe sabe em quem votei? ... No Coelho! Foi o único que disse verdades. São todos uns corruptos, todos! A reserva não serve para nada...

- 18 Sabe como apareceu a RNB? Quem a criou? Quando? Porquê?

Aquilo apareceu para dar emprego a uns filhos da P..., uma vez estava eu no embarcadouro, lá na Berlenga, no meu barco, a trabalhar e a ouvir o meu rádio. Eu gosto de ouvir música, é natural, não é? E não é que o cab... do guarda do ambiente me multou, que tinha que desligar o rádio, por causa da reserva!!! Mas isto é o quê! Multou-me em cinquenta contos!! Duas vezes!! Cab... Então eu estou no meu barco e tenho que desligar a música por causa da reserva! E não posso levar ninguém lá a casa! Pu... que os pa... !! Depois passado umas semanas levaram lá um conjunto musical !!! Fizeram barulho até á uma da manhã!! Fui perguntar ao guarda como era e ele mandou-me calar!!! Eu juro que o matava ... malandros, não fazem nada e depois multam as pessoas daquela maneira....filhos da ... !!!

- 19 O que se pretende com a reserva?

Para nada, só para dar emprego a gajos que não sabem nada nem vêem nada, porque á noite estão a dormir, quando andam lá a fazer tudo, a pescar e tudo! Á tarde, só porque estou com o rádio ligado sou multado!

- 20 Há uma regulação da actividade que exerce? Em quê? Isso afecta-o? Como? Porque é que isso acontece? Como deveria ser em seu entender?

A mim não me afecta nada a reserva, os gajos da reserva é que não os topo nem por nada! Eu sempre pesquei pelas regras, não me podem dizer nada. Mas não posso com eles!

- 21 O que mudou, com a reserva, na vida das pessoas que vivem aqui?

Não mudou nada, só mudou com a presença desses gajos e das suas regras, mas é regras á sua maneira, aos seus interesses, só para chatearem quem está lá sossegado. Na pesca não mudou nada!! A reserva não fez nada pela pesca.

- 22 E na vida das pessoas que não vivendo aqui se servem da Berlenga e do meio em torno das Berlengas?

A vida é igual, as pessoas fazem a sua vida e não se metem na vida dos outros...os turistas? Esses vêm e andam lá e vão embora ou vão para as pedras pescar qualquer coisa, mas não fazem mal a ninguém, andam na sua vida e eu ando na minha, mais nada.

- 23 É bom ter a reserva? Quais os factores positivos? Quais os factores menos positivos?

É bom para nada! Para dar empregos ao chulos!! Só isso é que é...

- 24 Sente que a reserva afectou a sua vida? A que níveis? Como? Porquê?

A minha não muda nada porque eu não deixo, não julgue que deixo, continuo a pescar como sempre, sem prejudicar reserva nenhuma. Nem ela me prejudica a mim, só os gajos da reserva é que me irritam.

- 25 Em sua opinião quem ganha com a existência da reserva? Isso é importante para si? Porquê? E quem perde? Porquê? O que se podia fazer para remediar isso?

Eh pá! Aquilo está feito para alguns, é os das reservas, que comem e bebem à conta dela, malta que não sabe o que é a pesca e que nos vem ensinar a pescar! A gente antes de mandar tem que aprender primeiro! Acho que é assim! Tem que falar com quem cá anda, com quem cá está, mas não, não falam com ninguém...eu também não quero nada com eles...

- 26 O senhor o que ganha com a reserva? O que perde?

Por mim podia voltar tudo ao início... como era dantes, mais nada...não me deram nada, antes o contrário.

- 27 Se pudesse o que mudaria aqui nesta zona em volta das Berlengas e nas próprias Berlengas? Porquê? Como é que se pode fazer isso?

Eh pá! Voltava tudo ao início, sem cá gajos do ambiente ou da reserva e tudo isso, sabe o que se fazia em vez da reserva? Sabe? Eu digo-lhe, fazia-se um defeso como deve ser! Os peixes, a grande maioria...sabe o que é a maioria? Ontem o presidente teve a maioria e portanto isso é o que interessa, não é que eu seja, ou não seja da cor dele... mas a maioria é que interessa... a maioria dos peixes desova agora...era pôr as coisas assim, em Janeiro e Fevereiro ninguém pescava, ninguém! Nem os grandes nem os pequenos, nem o arrasto nem nada! E a reserva podia ir para outro lado, não faz cá falta nenhuma! O que interessa é que a maioria dos peixes fizessem a desova, para depois crescerem e poderem ser pescados. Nesta altura pescamos peixes com ovas e isso é como matar uma mulher grávida, está errado! Respeitava-se a desova e mais nada, quais reservas nem meias reservas, é tudo uma grande treta isso...mas não ando tudo à pesca nesta altura e depois

querem ter peixe o resto do ano! É preciso ser doutor para ver isso? Não percebem è nada de nada é o que é.

IV – Participação/democratização dos processos

28 - Antes de aparecer a reserva ouviu falar disso? Quem falava? O que diziam? O que o senhor achava sobre isso naquela altura?

Não, isso apareceu aí, não sei da onde, e puseram-se a ditar leis e ordens sem darem ou olharem a quem...eu sempre fui contra esses gajos! Não me interessa a reserva...

29 Alguma vez o consultaram sobre a reserva? Quem o consultou? O que pretendiam de si?

Esses gajos não falam connosco, até fogem de nós, eles querem é saber do deles...não nos ligam nenhuma, nada de nada, só chateiam um gajo. Mas eu chego para eles todos, aquele gajo da reserva então, ficou-me atravessado, um dia dou cabo dele e depois as pessoas admiram-se das coisas acontecerem, mas não sabem o que se passou antes, não percebem...

30 Participou alguma vez em alguma reunião ou alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para que serviu?

Não quero saber deles para nada...nem eles querem, não falam com ninguém! Falam só lá com os da laia deles e mais nada.

31 Acha que a reserva tem algo a ver com os pescadores ou com a população que vive aqui à volta? O que tem a ver? O que acha disso? Ou acha que não tem nada a ver? Porquê?

Porque isto está feito para eles, para meterem cá malta que vem de longe e de repente vem dar ordens e dizer leis aqui, aos pescadores, nã...não sabem nada, não me ensinam nada.

32 Quem se ocupa da reserva? Que instituições? O que fazem? O que pensa disso? Porquê?

Os gajos da reserva andam lá com a lancha de um lado para o outro, dormem quando deviam estar acordados, podem alugar as casas e eu não, levam para lá quem querem...

eu não posso levar quem quiser lá para casa e eles podem, fazem tudo e ninguém lhes diz nada e depois ainda vêm para cima de um gajo...

- 33 O que acha do trabalho que essas instituições fazem? Conhece alguém? Quem?
O que faz essa pessoa na reserva?

Só lhe digo que isto assim, não interessa a ninguém, só aos gajos que lá trabalham, que tem lá emprego, não servem, nem prestam, está a ouvir, nem prestam para nada, nadinha!

- 34 Costumam falar consigo sobre a reserva? Quem? Porquê?

Eles não falam com ninguém, nem comigo, nem com ninguém. Falam uns com os outros e tratam das coisas assim...entre eles, só eles, mais ninguém! Fale com os meus camaradas da pesca, e logo vê o que eles dizem!

- 35 Em sua opinião como deveriam funcionar estas questões relacionadas com a reserva? Quem deveria liderar estes processos?

Isto devia acabar já tudo, era já! As casas já estão mais do que pagas, a ilha está mais do que protegida, havemos de desaparecer todos e a ilha fica lá, com os peixes e a gaivotas. É assim mesmo, e não é preciso virem pessoas, doutores, e eu sei lá o quê! Agora estas pessoas que não percebem nada da ilha ou dos pescadores e só querem ganhar dinheiro. Voltem todas de onde vieram e deixem a gente em paz, como acontecia dantes, pescávamos em paz, havia peixe para todos e não era preciso isto tudo...agora assim...isto é uma coisa sem pés nem cabeça. É só para se safarem e quem cá está é que se lixa!

Muito obrigado,

António Santos

Entrevista Nº 3 ao pescador, armador e dirigente associativo. Esta entrevista foi realizada na sede da (CAPA) Cooperativa dos Armadores de Pesca Artesanal, C.R.L. pelas 14h do dia 25 de Janeiro de 2011.

I – Identificação

1. Idade Absoluta: 53 anos.
2. Sexo: Masculino.
3. Freguesia onde mora: Ribamar, concelho da Lourinhã.
4. Número de pessoas que vivem com o/a entrevistado: Uma a esposa.
5. Escolaridade Completa: 9º ano.
6. Profissão: Dono de um barco de pesca do arrasto (traineira) e dirigente associativo da Cooperativa dos Armadores de Pesca Artesanal em Peniche.
7. Freguesia e concelho onde trabalha: Peniche.
8. Condição perante o trabalho: Empregador.
9. Posição na Profissão: Trabalhador por conta própria e empregador.

II – A vida dos pescadores

- 2 Há quantos anos trabalha/vive nesta zona das Berlengas? Como é a vida aqui?
Considera que vive bem, porquê? O que mudava?

Eu trabalho aqui desde os 16 anos. É tudo igual, vamos lá ver, antigamente não havia nada (a reserva), toda a gente pescava ali. Ali é uma zona rica de pesca porque está muito perto do canhão e as correntes que ali se formam são muito ricas. É uma zona rica de nutrientes e, como tal, é uma zona rica em peixe. A implementação da reserva não nos causou grande problema porque não nos causou prejuízo à pesca porque não é proibido ir ali pescar. À excepção do arrasto e de emalhar, o cerco o palangre, e as armadilhas, essas actividades puderam e podem continuar a pescar. À excepção da rede de emalhar, com essa excepção, e respeitando não os tais trinta metros da batimétrica, que já não se aplica, mas sim cinquenta metros de qualquer pedra, podem operar os navios de cerco, do palangre, as armadilhas. As armadilhas dependem da categoria de cada barco. Se foré meia milha se foré uma milha. O cerco é a mesma coisa, cumpre a lei geral. A pesca com rede de emalhar é que não pode, dentro do rectângulo de protecção do arquipélago. E

o arrasto também não pode operar dentro da reserva. Portanto, o que pode representar a reserva, em termos de prejuízo para a pesca, ou que dificuldade à actividade em si, a pesca representa! Apenas trouxe dificuldades à pesca com arrasto e de emalhar, porque todo o resto não. O arrasto praticamente já estava proibido porque a lei geral já assim o dizia, ao não deixar utilizá-la a menos das seis milhas e o arrasto já estava condicionado naquela área. A actividade do arrasto já estava proibida por natureza portanto, nada mudou de significativo com a reserva. Portanto, a única arte que ficou proibida na área de influência da reserva foi a arte da rede de emalhar. E diz-me assim, há inconvenientes? Não há, não há. Agora com o novo regulamento, já não é a batimétrica que funciona é os cinquenta metros da costa....isto veio, ao fim ao cabo, resolver o problema de quem tem de fazer a inspecção destas actividades porque estava tudo ao Deus dará. Há muita gente que tem alguma coisa contra? Não foi consensual. Primeiramente não foi, mas depois quando as pessoas se aperceberam que na verdade havia coisas a defender, e a pesca é uma actividade muito forte e isto é uma zona bastante forte, e bastante abundante com bastante peixe, mas também é uma zona bastante explorada, com bastante exploração de pesca ... se tivesse proibido totalmente a pesca aí era outra coisa, mas assim houve cabimento porque estamos só a falar de uma zona relativamente pequena. Chegámos a um ponto, onde estamos no limite das condições para que toda a gente possa operar sem prejuízo de ninguém! Nós não vamos permitir mais restrições aos vários tipos de pesca na zona da reserva!

3 Comparada com antigamente o que mudou para pior e para melhor?

Não mudou nada de especial porque não é dali (RNB) que vem a riqueza de peixe desta zona, é de toda uma área mais vasta. A gente anda na pesca mas vamos pescando até à Nazaré, até ao Cabo da Roca, portanto o pescador desloca-se ao longo da costa e não ficava, nem fica ali ao pé da Berlenga. Existem zonas muito mais interessantes para pescar, temos uns baixos a sudoeste das Berlengas que são muito mais ricos para a pesca. Baixos para mais de 50 ou 60 braças, uma zona de bastante profundidade. Para sul, em frente ao Cabo da Roca também é uma zona baixa. Temos uma outra coroa no meio, mais fora, a cerca de 50 milhas da costa de grande profundidade e é isso que sempre deu importância às pescas e ao porto de Peniche. E aí não há diferenças, o arquipélago não nos dá nada. Para outra pesca mais artesanal também não, por exemplo: o robalo. Nesta altura temos o robalo em abundância nessa pesca, a arte mais usada na captura é o palangre, a gamela do palangre. Toda aquela zona da Berlenga e Farilhões é rica nesses animais, para os pescadores que fazem esse tipo de pesca trabalham lá à vontade antes e agora. Nunca iremos permitir que isso mude. Respeita-se o que está estipulado, a distância às rochas e mais nada. O peixe circula livremente da rocha para o mar da ilha,

para o continente, como sempre fez e fará. Em certas zonas da reserva não dá para utilizar essas artes como não dava antes, os ilhéus são uma zona baixa e aí não dá, mas há outros sítios onde se pode trabalhar à vontade! O peixe não vive junto à costa, circula e em circunstâncias de mar, ele desloca-se para os baixios vai até ao continente, retorna à zona da reserva. Tem que se saber ler o mar. Um robalo ou uma raia, não fica só junto à rocha ou junto à praia e ele precisa de mar aberto, longe da rebentação.

(neste grupo de questões pretende-se que a pessoa fale livremente. Depois de a ouvir e no caso de não ter falado de alguns aspectos importantes deve dirigir para eles: em termos económicos, sociais, culturais, familiares, relacionais, políticos, etc...

- 4 Do que vive? (economicamente). Exclusivamente disso? Dá para viver? Se pudesse, mudava algo a esse nível? O quê? Porquê?

Vivo da pesca, sou armador, tenho um barco, tripulação e vivo disso. Vivo da pesca desde os 17 anos e não estou arrependido. Na pesca desde que se queira trabalhar e aprender vive-se bem e recompensa acima de muitas outras actividades. Tem é que se saber e querer trabalhar. Eu não mudava mais nada, quanto mais se muda, pior.

- 5 Antigamente: conseguia-se viver apenas da pesca? (se não do que vivia?) Pescava-se mais ou menos? Porquê? O que faziam ao peixe? Onde vendiam o peixe? Quem o comprava? E agora? O que mudou? Ganhavam mais com a pesca actualmente? Porquê?

Hoje um barco vale por quatro de antigamente, mas a pesca é mais difícil, há menos recursos, menos peixe. Tem que se pôr mais rede no mar para se tirar o mesmo, tem que se lançar mais aparelhos, mas os barcos e os dispositivos a bordo também o permitem portanto, dá uma coisa para a outra, e ganha-se na mesma. Quem sabe e tem vontade ganha mais no mar do que noutras actividades.

- 6 Pescavam o quê? Lembra-se? Qual era o melhor peixe? Qual era o pior? O que lhes faziam? Era melhor o peixe antigamente ou agora, ou é a mesma coisa? Porquê?

Pesca-se o mesmo, depende da época e do que se pretende, nesta altura temos o robalo, o peixe movimenta-se livremente por toda a costa! Mas como já disse, hoje pode haver menos peixe mas existem mais recursos, tecnologia, saber e vai-se onde for preciso para buscar o que se procura e encontra-se. É preciso é saber!

- 7 Quem ia à pesca? O que faziam as mulheres e homens que não viviam da pesca? E as crianças? Como é no presente?

A pesca a sério é dos homens, nunca trabalhei com mulheres, nem conheço. As crianças! Dantes começava-se mais cedo a trabalhar, agora não, mas é a mesma coisa. Começam desde pequenos na droga e nunca mais a largam, é uma miséria. A pesca leva muito com a escumalha da droga, depois não tem força, não tem capacidade e tudo o que ganham queimam na droga. É uma miséria!

- 8 Costumavam ir muito para as Berlengas? Quantas vezes? Quando? O que iam lá fazer? (só pesca, com família, passeio, outras actividades?...festividades? Levavam turistas? Quando apareciam? Como era?) E agora como fazem? Continuam a ir? O que se fazia por lá? E agora, o que se faz?

Fui lá uma vez ou duas na minha vida, não acho interesse nenhum naquilo. Nunca trabalhei com o turismo sempre e só na pesca. Aquilo é só pedra! E pedra há-de ficar lá sempre. Beleza daquilo...não vejo nenhuma! Antigamente as famílias daqui e, não só, iam lá no Verão faziam a época balnear, principalmente os familiares dos pescadores e do pessoal que trabalhava lá, os faroleiros e etc. Agora levam lá os turistas, vão ver as grutas, vão lá acima ao farol e pouco mais ... beleza daquilo! ... Não vejo nenhuma! Em termos de visita cada um dá o valor que quiser eu dava zero valor, não vejo lá nada que valha!

- 9 Outras actividades relacionadas com as Berlengas – sejam económicas sejam de outro tipo – antes e agora – por exemplo: nas Berlengas colhiam alguma planta do mar ou de terra para consumo familiar? O quê? Para que servia? Comercializavam isso? E actualmente continuam a apanhar? O quê?

Disso não sei nada, sinceramente não sei explicar, não faço muito caso dessas actividades, da apanha, do mergulho, do turismo, não sei nada nem me interessa. Só me interessa da pesca e do que temos falado. O percebe e a apanha sei que tem umas épocas e umas licenças mas não sei mais do que isso! Em termos turísticos o que é que aquilo tem! Nada! Não tem nada para ver! O turismo, a Berlenga são três pedras, não são mais do que isso! Vão lá alguns milhares de visitantes, mas nunca vai evoluir daí, não vão fazer hotéis ou outra coisa... se calhar o surf, num fim-de-semana, trás mais pessoas que a reserva um ano inteiro de época balnear! Aquilo não tem condições para nada!

III- A constituição da Reserva

Nível de conhecimento e impacte – percepção subjectiva.

Se o entrevistado não tiver falado espontaneamente na constituição da reserva natural das berlengas, deve agora introduzir a questão. Se já falou espontaneamente deve procurar perceber o seguinte:

10 - Já ouviu falar da Reserva das Berlengas? Quando ouviu falar a primeira vez, lembra-se? O que é? Tem ideia da área que abrange?

Repare a reserva, aquilo não é ilha nenhuma, se formos ver o que é realmente uma ilha, aquilo não são ilhas nenhuma, são umas pedras no meio do mar! Não tem vida própria, não tem nascimentos, não tem nada. E a reserva é a mesma coisa, quando se chama ilha àquilo está-se a tentar dar mais valor àquilo do que de facto tem.

11 Sabe como apareceu a RNB? Quem a criou? Quando? Porquê?

A reserva, não tem nada que ver, não existe lá nada de anormal ou normal, que eu não veja aqui no continente. Tem lá umas espécies e tal, e por isso a malta lá do ambiente decidiu criar a reserva mas aquilo não tem nada de significativo! Há lá uma planta ou outra, que os biólogos dizem que só há ali no mar junto às rochas, também há um peixe ou outro, mais diferente, mas tirando isso não há nada de especial! E há lá porquê? Porque em geral, uma onda numa ilha não faz o que faz numa costa continental, numa praia. Aqui a onda vem e rebenta, lá não! Lá oscila, sobe e desce mas não bate como na costa, isto, de uma forma geral, por isso é que o peixe se refugia ali, mas depois também circula, não fica lá, vai aos baixios alimentar-se, aproxima-se da costa regressa ...é assim.

12 O que se pretende com a reserva?

O pessoal lá do ambiente, lá conseguiu fazer a reserva, pronto, tudo bem...agora para quê! É certo que aquilo tem estas ou aquelas condições, mas...depois lá nas rochas existe isto ou aquilo que não existe em mais lado nenhum, mas isso não é significativo. Se tem lá o marisco agarrado à pedra ele está lá para quê? Ou serve para a nossa alimentação, ou fica lá e morre! Agora isso está tudo regulamentado as pessoas estão inscritas, colectadas há fiscalização e pronto tudo bem.

13 Há uma regulação da actividade que exerce? Em quê? Isso afecta-o? Como?

Porque é que isso acontece? Como deveria ser em seu entender?

Não afecta nada a pesca, nem para o bem nem para o mal. Para quem vai para os pesqueiros na ilha parece-me que foi proibido pescar em cima da pedra, mas isso para mim também não me afecta nada!

14 O que mudou, com a reserva, na vida das pessoas que vivem aqui?

É tudo igual, como já lhe disse no início, onde existia uma ilha, agora continua a existir. As pessoas vão lá se quiserem ou para pescar, ou para levar os turistas e pouco mais. Criam-se lá gaivotas, mas isso é uma praga, para os carros, para as senhoras que querem

estender uma roupa, são uma praga. Não se admite que nos dias de hoje se proteja um animal com estas condições. Antigamente os pescadores ainda davam algum aproveitamento aos ovos, comiam os ovos, vendiam-nos, mas agora não. É proibido e já ninguém os quer. Não é bem igual ao ovo de uma galinha, mas é um ovo, com um saborzito assim a peixe...há uma falta de trabalho por parte dos responsáveis porque na verdade aquilo tinha que ser controlado!

- 15 E na vida das pessoas que não vivendo aqui se servem da Berlenga e do meio em torno das Berlengas?

Os turistas! Esses vêm cá, dão uma volta, comem nos restaurantes e voltam para as suas terras, para eles é igual. No Verão chegam ali, metem-se no barco, vão, voltam e pouco mais. Outros trazem um barquito, pescam qualquer coisa e vão embora sem nada de especial também.

- 16 Em sua opinião quem ganha com a existência da reserva? Isso é importante para si? Porquê? E quem perde? Porquê? O que se podia fazer para remediar isso?

Eu acho que a reserva já chegou ao seu limite e que não se vai alterar muito mais. Eu penso que nesta altura não há poder nem meios para se estar a fazer mais coisas ali, nem interessa. O pessoal já está adaptado à reserva a malta da pesca também. Não faz grande diferença para ninguém...

- 17 O senhor/senhora o que ganha com a reserva? O que perde?

Não ganho nada com a reserva nem nunca perdi nada com ela.

- 18 Se pudesse o que mudaria aqui nesta zona em volta das Berlengas e nas próprias Berlengas? Porquê? Como é que se pode fazer isso?

Deixava tal como está, não mexia em mais nada.

IV – Participação/democratização dos processos

- 19 - Antes de aparecer a reserva ouviu falar disso? Quem falava? O que diziam? O que o senhor achava sobre isso naquela altura?

Não ninguém falava nisso, antes. Aqui não! Entre os pescadores ainda menos!

- 20 Alguma vez o consultaram sobre a reserva? Quem o consultou? O que pretendiam de si?

Sim, houve uma parceria com a Câmara Municipal, a capitania o ICNB, a Direcção geral das pescas e no final ouve a auscultação dos interessados. Não fomos chamados inicialmente mas depois felizmente fomos, mas quando entrámos em colisão fomos. E acho que depois de sermos ouvidos ficou tudo bem, e o que se resolveu foi consensual para todas as partes. Foi tudo mais ou menos bem definido sem grandes queixas de parte a parte.

- 21 Participou alguma vez em alguma reunião ou alguma actividade relacionada com isso? O quê? Para que serviu?

Sim com a Direcção Geral das Pescas, o ambiente e a Câmara de Peniche essencialmente, serve para as pessoas se conhecerem principalmente para os de fora, mas depois são os políticos que resolvem tudo sozinhos.

- 22 Quem se ocupa da reserva? Que instituições? O que fazem? O que pensa disso? Porquê?

O ambiente é que cuida daquilo, estão lá os faroleiros, os da câmara e alguns pescadores no Verão, mas cada vez há lá menos pescadores.

- 23 O que acha do trabalho que essas instituições fazem? Conhece alguém? Quem? O que faz essa pessoa na reserva?

Fazem lá o papel deles, não sei, não conheço bem quem são, conheço a malta antiga que tem lá casa e mais nada. Um ou outro rapaz da câmara ou vigilante, mas não sei o que fazem lá em especial.

- 24 Em sua opinião como deveriam funcionar estas questões relacionadas com a reserva? Quem deveria liderar estes processos?

Tem de ser a malta de cá, se forem os de fora isto nunca vai avante, mas também não vejo o que se possa fazer mais!

Muito obrigado,

António Santos

Técnicos e Peritos

Entrevista Nº 4 realizada a uma Técnica Superior do ICNB no núcleo deste Instituto em Peniche, no dia 25 de Janeiro de 2011 pelas 10 horas da manhã.

I – Identificação

- 1.1 Idade Absoluta: 48
- 1.2 Sexo: Feminino
- 1.3 Freguesia e concelho onde mora: A dos Cunhados, Vimeiro, Torres Vedras.
- 1.4 Escolaridade Completa: Licenciada em Biologia Marinha e Pescas
- 1.5 Profissão (descrição pormenorizada): Técnica Superior com responsabilidade de monitorização da RNB.
- 1.6 Freguesia e concelho onde trabalha: Cidade de Peniche.
- 1.7 Condição perante o trabalho: Funcionária pública.
- 1.8 Posição na Profissão: Trabalhadora por conta de outrem.
- 1.9 Instituição em que trabalha: ICNB, Peniche

II Parte

1. Vive nesta zona? Há quanto tempo? (se Viver: Gosta de viver aqui? Porquê? se não viver: gostaria de viver aqui? Onde? Porquê?).

Não, vivo perto, no Vimeiro mas, sim, trabalho aqui desde noventa e oito. É assim, eu não tenho muita ligação social aqui em Peniche. Eu venho só trabalhar e volto para minha casa. Eu não tenho assim muitos conhecimentos aqui na zona, enfim, tenho alguns, de quando fazia mais trabalhos na Berlenga, e então conheço as pessoas, a juventude, e uma série de pessoas que trabalham lá mas não tenho assim muita ligação com o meio social aqui de Peniche.

2. Como é a vida no entorno das Berlengas?

A ideia que eu tenho relativamente às pessoas que conheci nestes anos todos de trabalho lá é assim: é que muitas delas têm uma noção... não sei até que ponto estão conscientes que aquilo não é o quintal delas. É uma coisa que se sente, está muito

entranhado...em muitas delas, não são todas mas as que eu conheci...é que aquilo para elas é território delas! Pois é assim, ninguém vive nas Berlengas...mas todos os Verões há uma série de pessoas que vão para lá fazer os Verões, e grande parte do dinheiro que ganham é feito lá, é feito na época de Verão. São dos que lá passam mais tempo. Muitos deles foram primeiro pescadores e iam lá passar temporadas à ilha de Inverno e durante o ano todo passavam temporadas à pesca. E depois, a uma certa altura, alguns deles converteram-se ao ramo turístico. Fazendo também vida lá no Verão e ganhando dinheiro à conta disto....levavam pessoas para irem às grutas, etc. E têm uma licença que dá para seis anos.

3. O que sabe sobre a população e sobre a cultura local?

Bom, daqui de Peniche há estas pessoas de que já falámos que vivem daquilo e que no Verão estão lá a trabalhar. Muitos destes senhores estarão lá desde os anos sessenta, mas a maior parte deles raramente sobe à ilha. Sobem uma vez ou outra, durante o ano todo. Andar mesmo na ilha a ver, na reserva...poucos fazem isso. Ficam cá por baixo no bairro e estão mais ligados à parte do mar. Depois há uma outra classe de pessoas que...e esses são já os mais jovens... que vão lá passar as férias. Tentam estar lá o máximo de tempo possível durante o Verão. No campismo, em casa destes pescadores alguns são filhos, são netos...são amigos dos filhos e são aquelas pessoas que todos os anos vão lá à Berlenga.

4. Quais, em sua opinião, são as necessidades desta população, em particular dos pescadores? E as potencialidades desta população, quais são? (porquê).

Está a colocar várias questões, não é? Uma coisa são as necessidades....as necessidades são muito diversificadas. Há esses que todos os anos lá trabalham, fazem daquilo a vida deles e precisam de ganhar dinheiro, e depois há os outros que vão para lá para descontrair, divertir, recompor-se mentalmente, não é, do stress do ano e portanto, há vários tipos de necessidades. Depois há outros que vão para a pesca lúdica. Querem estar lá a pescar no fundo também para relaxar. Depois há uma componente de lazer e há uma componente de trabalho, económica. Alguns desses pescadores como estão lá durante o Verão todo, não estão lá só a trabalhar, também fazem umas patuscadas com os amigos. Depois há pessoas que já sabem que eles lá estão e vão lá visitá-los...fazem tudo, não é... além de ganharem dinheiro.

Algumas pessoas que ficam lá na casa dos pescadores... são poucos...estamos a falar de meia dúzia... mas todos eles têm lá uma casita que não é deles, a casa é alugada na Segurança Social do Porto. Tem uma longa história. Está atribuída neste momento à Segurança Social do Porto...isto foi lá parar e a própria Segurança Social não tem muito a noção que aquilo era no meio de uma ilha. Agora... as pessoas que vão lá e ficam em casa destes senhores podem ficar lá o Verão todo, pronto. Agora quem vem para o campismo, ou quem vai alugar um quarto no restaurante, ou que vai para o forte alugar um quarto, não fica um mês! Ficam quinze dias, vinte dias no máximo. Aquilo tem de ter alguma rotatividade. Nós temos um local de campismo onde também podemos recomendar que façam apenas uma semana de estadia. A reserva tem também outro local para trabalhos, nós só alugamos aquilo quando há disponibilidade...se precisarmos daquilo para algum trabalho que esteja a decorrer no local. O resto do campismo é no posto de turismo. Aquilo na ruína não é um parque de campismo, não tem as condições de um parque de campismo, sequer. Chama-se um apoio ao campismo. Simplesmente tem um espaço e há uma casa de banho pública e mais nada. Não tem o conforto de um parque de campismo. As casas de banho é muito complicado por causa dos resíduos e de fazerem toda aquela...uma ETAR não funciona porque não há água doce na ilha. Não há o aproveitamento da água da chuva porque fica contaminada com os dejectos das gaivotas. Toda a água que é para beber vem daqui. É engarrafada. Há algum aproveitamento das águas das chuvas mas é impróprio para consumo. Não há espaço físico para construir nenhuma ETAR, não há. Está a ser bastante estudado e está a ser ainda. Há um projecto que se chama Berlenga laboratório de sustentabilidade, e no âmbito desse projecto foi tratada essa questão do tratamento de esgotos....essas coisas todas. E é muito complicado porque mesmo uma estação de tratamento compacta... mas que tem de tirar...e o que nós temos é água salgada e a água salgada mata tudo, e portanto não funciona. As fossas ...não consegue fazer fossas secas em granito, tem de ser em terra e aquilo não é terra. Nem se conseguem fazer fossas para aquelas casas ali. Aquilo é granito, não, não...

5. Em sua opinião, a vida destas pessoas mudou com a criação do estatuto de reserva Natural? Em quê concretamente? Como avalia essas mudanças? O que é mais positivo? O que é menos positivo? Quais os impactes e em quê?

A vida, eu acho que não mudou. Alguns pequenos hábitos, talvez. Por exemplo: eles tinham por hábito, por hábito...embora tenha ideia que não o faziam com muita

frequência, apanhar ovos de gaivotas. Havia uma altura em que chegavam a apanhar ovos para vender em Peniche para as pastelarias. Isto começou a ser um negócio, isto em tempos já recuado. Com a criação da reserva começou a não ser possível fazer isso, e claro que houve logo uma grande algazarra, ou não fossem eles pescadores! Aquilo não se pode sequer comercializar, para já porque é proibido, aquilo é uma ave selvagem que é protegida nacionalmente. Não lhe tira o estatuto de ave selvagem protegida. E agora não se podem sequer apanhar ovos. E depois é uma questão de saúde pública. Não se podem utilizar, assim, ovos apanhados sabe-se lá onde! E portanto houve muita gente que se mandou ao ar com isso mas, basicamente, porque andavam a ganhar algum dinheiro. E o que eu acho é que eles tiveram que corrigir alguns comportamentos e desabituar-se de algumas coisas...mas pouca coisa. Parece-me a mim que não foi nada que implicasse uma mudança de vida...assim grande. Aconteceu uma coisa que afectou, em parte, mas não propriamente os residentes que foi deixar de se poder acampar na ilha toda. Quando foi criada a reserva aquilo já tinha tomado umas proporções terríveis, a ilha no Verão tinha tendas...estava forrada...de campismo selvagem. E depois em oitenta e um isso teve de acabar. Estamos a falar de pessoas que vinham de fora de Peniche mas também de Peniche. Na altura não havia nada, não havia nada ali. Na altura iam a terra buscar...já havia algum comércio. Havia um castelinho, já havia o restaurante, um micro mercado, uma coisa pequenina. Olhe não tem o tamanho desta sala, sequer (20 metros quadrados). Temos a pousada (mostrando um mapa), o forte e aqui o bairro dos pescadores. Isto é o que há. O farol que é uma zona militar. Havia umas cisternas...mas isso não funciona. E estas cisternas forneciam água aqui ao forte. Tinham uma tubagem. O que acontece é que as gaivotas pronto...a água que escorre das chuvas não dá para ser aproveitada. Isto é tudo fechado mas só a parte central é que é tapada. E isto é tudo tapado anda-se lá em cima só que tem umas entradas para a água escorrer...para recolher...é muito alto. O castelinho fica aqui (mostra no mapa) é uma edificação que vende víveres. O terreno da ilha é tudo granito e depois nalgumas partes há algum solo mas muito pouco. Esta casa é uma casa na encosta e é militar (mostra um mapa). No bairro estão os vigilantes, numa casa lá do bairro. Nós não temos instalações lá. É uma casa particular. Portanto, a praia é aqui, aqui é o bairro, aqui a zona do campismo, aquela casa fica ali, aqui temos o farol e aqui temos o castelinho. O património construído está aqui. É uma área não edificável...salvo algumas excepções...coisas que tenham a ver com a saúde e higiene pública. De resto não há

concessão. A zona onde se pode andar são estes trilhos brancos (aponta no mapa). Depois esta zona aqui cor de rosa...pronto aqui é a zona da praia. Não se pode sair dos trilhos excepto quando é para estudos científicos, devidamente autorizados, aí têm de ter uma autorização nossa, têm de nos pedir autorização e dizer exactamente o que é que vão lá fazer. Estamos a trabalhar numa coisa que é o Plano Geral de Ordenamento da Berlenga que é a capacidade de carga que estabelece... vai sair um diploma, que vai definir o número máximo de pessoas que podem estar na ilha por dia. Já existe mas não tem estado a ser efectivamente aplicado. E isto já desde oitenta...funcionou durante algum tempo, mas depois para aí uns quinze anos aquilo foi...pronto...um problema de fiscalização também, meios e tudo. Entretanto há muita gente a ir à ilha e como o Plano de Ordenamento entrou em vigor e foi estabelecido um prazo para que isso possa ser refeito, vai também ser implantado um mecanismo de controlo no acesso à ilha. Vai ter que ser quase uma fronteira, no Verão há dias em que é demais. Com a Internet, então...não sei se por curiosidade já escreveu Berlengas na Internet...há milhares...e portanto com esta divulgação...tem águas muito límpidas. Mas as águas podem ser contaminadas com coliformes fecais...é assim...a praia não tem condições para ter bandeira azul....devido à forma que tem, ao local. Para já, a praia é minúscula, toda com arribas à volta ... começa logo porque nunca seria uma praia concessionável. Aquilo é uma coisa, uma coisa temporária, digamos...aquilo há milhares de gaivotas e assim que nasce o sol, elas estão na praia a lavar-se...é normal fazerem isso. Sempre foi assim. Aquele é o local de nidificação delas. É maioritariamente lá. Depois há algumas que vivem em Peniche. Depois fora da altura da nidificação que é a Primavera, Verão vão para a costa portuguesa. Ficaram algumas aqui e outros tantos...milhares espalham-se...vão atrás dos barcos de pesca, costa fora, para África, vão até Inglaterra. Na altura do Inverno nós temos cá milhares de gaivotas por causa de uma migração. E vêm em migração massiva para baixo para a Península Ibérica, Norte de África, etc. Por isso é natural que haja muito mais gaivotas durante o Inverno nestas zonas. As gaivotas têm um estatuto protegido mas também se tornaram numa espécie de uma praga devido às actividades humanas, sobretudo. Elas deixaram de ter dificuldades para se alimentar, ou seja, encontram alimento ao longo de todo o ano com fartura ao longo da costa. E portanto, como não têm predadores, tornaram-se uma super população que está sempre a crescer. Nas Berlengas o que é que está a acontecer...elas começaram a acidificar os solos, a dar cabo da vegetação e queimam tudo e como há plantas

endémicas da Berlenga começaram a pôr em perigo não só as plantas endémicas como quase todo o deserto vegetal. Aquilo se não se fizesse nada...aquilo em última instância o que ia acontecer era que ia haver uma mudança das plantas, e algumas já mudaram...plantas que se iam adaptar aos ácidos...e por fim, até essas não resistiriam. Todo aquele eco-sistema desapareceria.

6. Trabalha nesta área geográfica? Qual a sua relação com a RNB?

Trabalho e vivo nesta área no Instituto da Conservação da Natureza e estou completamente dedicada à reserva natural das Berlengas e à sua monitorização.

7. Qual o objectivo da instituição para quem trabalha? E, enquanto especialista, qual o seu objectivo? Qual a mais-valia para a RNB? Trabalha em equipa? Que tipo de equipa? (articulam com outras equipas? Quais? Porquê?).

O objectivo é fazer a conservação da natureza e dar cumprimento às legislações que existem a nível internacional e nacional. Se não houvesse uma reserva ali, muito do património natural tinha desaparecido. Temos que manter aquilo o mais equilibrado possível. Se a reserva acabasse, para já as pessoas iam começar a acampar por todo o lado, e onde há pessoas não há gaivotas. As gaivotas possivelmente também continuariam a aumentar por causa dos factores que as fizeram crescer continuam a manter-se. Não há lixeiras a céu aberto mas as condições ... são aterros....aterros sanitários. O lixo está à disposição à mesma...elas vão aos aterros todos os dias comer. Isto tem de haver uma perda...especialmente das plantas endémicas...o chorão que é uma planta que reside na Berlenga e está confinada lá a uma determinada zona. Nós mantemos essa confinção mas provavelmente progrediria para outras zonas...e isso é mau porque não deixa mais nenhuma planta crescer. E até é proibido plantar aquilo...tem uma grande capacidade de sobrevivência. As próprias câmaras tiveram por hábito plantar aquilo para segurar as areias mas aquilo não é bom para as dunas. Para as dunas, não. Existem muitas parcerias, o ICNB tem imensas parcerias, não só em relação à reserva. Aqui em relação à reserva trabalha com a Câmara Municipal...até porque há um órgão que é o Conselho estratégico da Reserva Natural das Berlengas, que é um órgão que toma decisões...que até é constituído com Câmara e uma série de outras entidades...com faculdades, com associações de pescadores, com representantes de vários sectores. Não é um órgão consultivo, toma decisões. A entidade administradora das Berlengas é o ICNB...mas a Capitania também lá tem jurisdição...há lá as serventias militares...e a Câmara municipal também tem

competências lá no bairro...naquele bairrinho, aquilo é uma freguesia de Peniche. As parcerias, muitas vezes, são com empresas ou faculdades, ou com universidades. Para casos concretos. O laboratório de sustentabilidade é uma parceria. Articulamo-nos com a polícia marítima com os vigilantes, quando é necessário...actuam conjuntamente a nosso pedido, quando é necessário. Nós...os nossos vigilantes não andam armados. E nalguma situação fazem um trabalho conjunto com sucesso. Por vezes a fiscalização não actua porque não há gente, nem meios. Em permanência só existem dois vigilantes....e até por questões de segurança...eles andam os dois de barco...mas de Verão...e é com algum risco... de Verão fazem uma semana um, uma semana outro. Fora as outras tarefas...eles não estão lá só para verem as pessoas têm outras tarefas...têm de fiscalizar uma série de coisas, têm de recolher dados, têm de fazer tarefas de manutenção, têm de fazer o controlo das gaivotas para que a população não esteja a crescer. Portanto têm uma série de tarefas que têm de cumprir que sendo só dois... é evidente que vai fazer falta mais vigilantes. Houve uma altura em que houve seis...seis é o mínimo necessário para aquilo funcionar. Eles têm que fazer cumprir a legislação sobre o ambiente...porque há mais legislações. Também fiscalizam as licenças das pessoas.

8. Conhece o actual regime legal que administra a RNB? O que pensa da forma como é gerida a RNB? Factores positivos? Factores menos positivos?

Eu penso que estamos com uma das melhores gestões que alguma vez tivemos até hoje, simplesmente estamos numa altura em que temos nove reservas para poder fazer coisas. Há um desinvestimento no ambiente no ICNB, ...as receitas têm vindo a diminuir. É suposto que a conservação da natureza seja feita e todos nós contribuímos e pagamos muito para isso...agora a questão é saber como é que o governo gere as contribuições que nós pagamos....os cortes...depende das prioridades de quem está no governo. O merchandising ... as T-shirts, as brochuras...as pessoas até estão dispostas a gastar algum dinheiro com isso. Mas as nossas leis obrigam a que isso vá para o Estado (contabilidade central, não fica para ser investido na reserva que gerou essa receita) ... tem havido um esforço por parte do ICNB para rentabilizar....e apostar nessas coisas mas não é uma coisa directa.

9. Quais as principais diferenças que observa nesta área geográfica em relação ao tempo em que ainda não havia RNB?

Só conheço esta região das Berlengas de forma mais profunda e os seus problemas, depois da constituição da reserva.

10. Conhece as regras de utilização e usufruto da RNB? Quais os principais impactes objectivos destas regras na RNB? Identifica mais algum impacte? Quais os impactes esperados mas ainda não atingidos? E os impactes sociais e culturais? Do seu ponto de vista quais os mais importantes?

Também já falámos. Na altura do Verão estava coberta de gente por todos os lados e agora não. O impacte foi nas zonas lá de cima...nas zonas acampáveis, digamos. E com isso também houve outras alterações as gaivotas deixaram de poder fazer ninhos no planalto, o que antigamente não podia...porque era tanta gente. O coberto vegetal melhorou alguma coisa. O mais importante foi a retirada de toda a gente que principalmente no verão ocupava a ilha e a sua monitorização.

11. Como eram antes da existência da reserva as actividades piscatórias na área das Ilhas Berlengas?

Houve alguma coisa que mudou...é assim...eu não estava cá nessa altura. Há lá uma zona de pesqueiros que não se pode pescar lá perto. Sei que houve algumas alterações para a pesca.

12. Quais as alterações sentidas nas actividades piscatórias com influência económica desde que existe a RNB?

Não houve restrições de maior. Eles continuam a pescar à volta da ilha.

13. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos piscatórios na RNB?

Não conheço estudo nenhum que quantifique. Sei que costumam andar lá mergulhadores é porque há peixe. Há ali muitos peixes pequeninos por causa do fenómeno da Nazaré... o afloramento de ...á superfície, faz com que toda aquela zona possa funcionar como um viveiro.

14. Quem deve administrar os recursos piscatórios na RNB?

Provavelmente quem o administra o Ministério da agricultura e pescas através da direcção geral das pescas, em dialogo com o Ministério do ambiente e o ICNB!

15. Como eram antes da existência da reserva as actividades turísticas na área das ilhas Berlengas?

Não havia mais barcos a fazer carreira para lá. Aqui há uns 10 anos começou a ocorrer um fenómeno que foi aparecerem barcos que levam 10 a 12 pessoas. Foi uma nova actividade aqui na ilha que começou a surgir.

16. Quais as alterações sentidas nas actividades turísticas desde que existe a RNB?

Principalmente disciplinou-se a ocupação da ilha e preservou-se o que restava da sua riqueza ambiental.

17. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir as actividades turísticas na RNB?

Neste momento a principal preocupação é a de conter a carga humana presente na ilha de Verão.

18. Quem deve administrar as actividades turísticas da RNB?

O ministério do ambiente através do ICNB em diálogo com o Turismo de Portugal e a Câmara Municipal.

19. Identifica alguma outra actividade humana na RNB além destas que falámos?

Porquê? Qual a interferência ambiental dessas actividades? (do mar recolhe-se apenas peixe? E de terra?)

Existe alguma pressão ambiental dos pescadores e dos mariscadores, mas isso está a ser tratado e resolvido pela fiscalização. Não é dramática a pressão ambiental exercida tanto quanto sabemos, mas tem de ser monitorizada e restringida ao que foi legalmente fixado.

20. Ao nível do desempenho ambiental e da biodiversidade como caracteriza as ilhas Berlengas e o mar que a rodeia antes da existência da RNB?

O que nós temos feito são monitorizações em alturas dispersas...a nível.... Ao nível marinho não temos o mar anexado... Para já vamos fazendo o controlo das gaivotas e do chorão.

21. Quais as alterações no desempenho ambiental, no aumento da biodiversidade (Houve?) e sustentabilidade que notou desde a constituição da RNB?

Os lagartos há muito poucos e não se percebe bem o que levou ao seu desaparecimento. Existe um programa de reprodução em cativeiro para depois serem postos lá...mas com poucos resultados positivos. Não se sabe se foram as alterações do coberto vegetal, se foram as gaivotas. Houve uma altura em que houve lá cães e também teve muita importância nos lagartos. Neste momento é proibido cães na ilha.

Gatos não há. Os animais de companhia não podem entrar lá e outros animais também não. Ninguém pode levar animais para lá.

22. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos ambientais da RNB?

De momento com os constrangimentos financeiros que atravessamos, e a médio prazo, não vejo grandes possibilidades de alterações na gestão dos recursos ambientais ou de outros.

23. Quem deve administrar as potencialidades ambientais da RNB?

É de toda a conveniência que seja o ICNB e portanto o Ministério do Ambiente.

24. Como gostaria que fossem no futuro as Ilhas Berlengas?

Obviamente com pessoas, mas com capacidade de carga a funcionar e com outra capacidade financeira, as dotações orçamentais melhorarem para haver uma efectiva fiscalização. Porque não é por falta de termos pessoas capazes que elas não fiscalizam...são é poucas. Não temos meios.

25. Quais as medidas e alterações mais urgentes que se deviam implementar já?

O principal seria o reforço orçamental para implementar melhor as medidas que estão previstas.

26. Quem participa na elaboração dos planos de gestão, das políticas e regulamentos?

A população participa? Porquê? Considera isso importante? Porquê? Alguma vez a população participou? Quando? Em quê? Porquê? Como avalia isso? Acha que se devia promover a participação da população? Porquê?

Há algumas associações que estão presentes e depois ao nível do terreno há pessoas que estão em contacto directo com as populações. Isto aqui também podem vir cá...isto não é fechado...as escolas também vêm fazer cá muitos trabalhos, também fazem entrevistas. Por exemplo no Verão nós temos lá uma banca no cais e são os alunos da Escola Superior de Tecnologia que estão lá em regime de voluntariado. Ficam lá a dormir no nosso local, ou então lá na casa de um vigilante, também e portanto eles estão lá a dar algumas informações, algum material...serve de sensibilização para as pessoas que vão lá.

27. Acha importante considerar os aspectos sociais e culturais na definição das políticas e planos de gestão? Porquê?

Claro que sim, isso é essencial e tem sido feito, só será possível manter a RNB com o apoio e colaboração das populações locais e de quem visita a reserva.

28. O que alteraria nas políticas ambientais e ecológicas? Porquê? O que pode fazer para conseguir isso?

Há o Plano de Ordenamento, o Plano do Estado...A erosão é devido ao clima, à erosão natural. Nalgumas partes da ilha tem a ver com as gaivotas, o coberto vegetal está a desaparecer ou há muito pouco. De facto quando chove há bastante erosão. No Plano de Ordenamento também existe um programa de acções que pretendem vir a ser feitas e que têm vindo a ser feitas, algumas delas. O que é possível vai-se fazendo o melhor que se pode.

Muito obrigado,

António Santos

Técnicos e Peritos

Entrevista Nº 5, realizada a um técnico Superior do ICNB, no dia 27 de Janeiro de 2011 pelas 10 horas na sede do ICNB, na rua de Santa Marta em Lisboa.

I – Identificação

- 1.1 Idade Absoluta: 58 anos
- 1.2 Sexo: Masculino
- 1.3 Freguesia e concelho onde mora: Lisboa
- 1.4 Escolaridade Completa: Licenciatura em biologia.
- 1.5 Profissão (descrição pormenorizada): Técnico superior do ICNB com anteriores responsabilidades na direcção da RNB (actualmente em transição para o Instituto da Água)
- 1.6 Freguesia e concelho onde trabalha: Lisboa
- 1.7 Condição perante o trabalho: Empregado.
- 1.8 Posição na Profissão: Trabalhador por conta de outrem.
- 1.9 Instituição em que trabalha: ICNB

II Parte

1. – Vive nesta zona? Há quanto tempo? (se Viver: Gosta de viver aqui? Porquê?; se não viver: gostaria de viver aqui? Onde? Porquê?).

Nasci e vivo em Lisboa e sempre vivi em Lisboa, mesmo durante os onze anos que fui responsável pela direcção da RNB. Antes disso, já conhecia todo o enquadramento biológico das Berlengas devido a diversos trabalhos de campo realizados naquela e em outras zonas da nossa costa embora, desde a minha licenciatura, que estive particularmente ligado a Peniche e ao arquipélago das Berlengas. E isto porque o meu interesse científico está muito ligado às populações de aves marinhas e aquela zona é muito importante para o seu estudo.

2. Como é a vida no entorno das Berlengas?

Eu conheci aquela zona por aí, publiquei diversos estudos sobre esta temática e sobre a área geográfica das Berlengas e arredores e foi, desde aí, que se desenvolveu a minha carreira de técnico superior no Ministério do Ambiente com vários cargos e missões, até chegar à direcção da RNB.

3. O que sabe sobre a população e sobre a cultura local?

Os onze anos de direcção constituíram-se como um grande capital de conhecimento em torno não só da parte científica ambiental da região, mas também da sua população e cultura local. Antes disso já tinha estado ligado ao arquipélago das Berlengas como biólogo devido aos meus trabalhos para a Associação Portuguesa de Anilhagem. Considero que aquela população tem uma ligação muito especial com as Berlengas e costumo dizer que as Berlengas são de nós todos mas estão em frente a Peniche, compreende? Temos que ter a noção que as pessoas de Peniche ou são a primeira linha de defesa daquele património, ou se não for assim, são a primeira linha de ataque a tudo o que as Berlengas representam! Ou seja se há alguém que deve e pode interessar-se e incorporar as Berlengas na sua cultura e na sua defesa do património da sua terra são os penichenses.

4. Quais, em sua opinião, são as necessidades desta população, em particular dos pescadores? E as potencialidades desta população, quais são? (porquê).

As pessoas tinham necessidades básicas não satisfeitas como o saneamento básico, mas por outro lado havia a necessidade de disciplinar o uso dos recursos e dirimir conflitos também, porque cada um olha para a Berlenga para ver o que pode tirar de lá, e isso não podia ser, até porque os direitos de um começam e acabam onde começam os direitos dos outros. Por isso, das coisas que achei mais necessitada a ilha foi de uma gestão de recursos e essa gestão de recursos pode ser feita de muita maneira, e cada um tem o seu estilo. O meu estilo foi essencialmente através da pedagogia e, num caso extremo, através de um acto exemplar. Estas pessoas da região e até os de fora tinham um problema que era quando chegavam à ilha achavam que aquilo era deles, achavam que eram os reis da Berlenga e não podia ser. As potencialidades passam por saber usufruir com respeito pela natureza, das maravilhas que se encontram no arquipélago e à sua volta.

5. Em sua opinião, a vida destas pessoas mudou com a criação do estatuto de reserva Natural? Em quê concretamente? Como avalia essas mudanças? O que é mais positivo? O que é menos positivo? Quais os impactes e em quê?

Mudou pelo que lhe disse...não é possível cada pessoa que chega às Berlengas sentirem-se “Reis das Berlengas”. Houve e há que fazer um esforço permanente de educação da população local e de quem visita a ilha para perceber e respeitar o ambiente e, portanto a sua paisagem natural. A reserva trouxe uma preocupação acrescida de fazer, uma outra maneira de olhar para a Berlenga que não existia até aí. Existia uma preocupação com a pesca, com o turismo tradicional de Verão e havia uma preocupação com o farol. Uma preocupação integrada como um sistema, numa perspectiva de equilíbrio dos ecossistemas naturais, essa perspectiva veio com a constituição da reserva...no fundo a reserva veio pôr uma questão de necessidade. Porque já havia uma procura muito grande desse espaço mas não havia uma gestão integrada. O que a reserva, como entidade legislativa, trouxe foi uma visão de gestão integrada. O que a reserva trouxe no terreno foi primeiro, uma outra entidade a exercer competências e, portanto, um corpo estranho que ali apareceu e, por outro lado, também trouxe alguém que olhava para a Berlenga sem estar completamente integrado e dependente das comunidades locais. As pessoas que vinham para a RNB vinham nomeadas pelo Ministério, não tinham família em Peniche, não dependiam dos votos de Peniche e, portanto, tinham uma posição mais distante que, de certa maneira, facilitava a arbitragem, não tinham força física, a força legal era a que tinham! Mas tinham um poder de arbitragem, e esse poder de arbitragem, se fosse bem exercido, com habilidade e com conhecimento, por vezes era razoavelmente eficiente, tornando-se uma mais-valia para todos. Nós, no fundo, representávamos um valor mais alto que era a qualidade de vida na Berlenga, sem estarmos dependentes das instituições já presentes na ilha. Nem estávamos comprometidos com concessões, ou outro tipo de acordos existentes na ilha.

6. Trabalha nesta área geográfica? Qual a sua relação com a RNB?

A constituição da reserva foi a consequência de vários trabalhos e estudos científicos sobre os vários ecossistemas ambientais em presença na zona e nos quais, eu já tinha colaborado. Digamos que as conclusões dos meus trabalhos foram uma das razões para mais tarde se vir a considerar a necessidade de constituição da reserva das Berlengas. Eu fui o quarto director da RNB, o primeiro foi o Arq. Lecoq que

actualmente trabalha na delegação regional do ambiente em Évora. Ele foi a pessoa que teve a tarefa difícil, que desempenhou bem, de explicar à comunidade local que, a partir de uma determinada altura, havia mais um interlocutor na gestão daquela área geográfica que era o Ministério do Ambiente. E isso, como saberá, tudo o que é novidade leva sempre algum tempo a implementar. Uma das coisas mais sábias que assisti foi uma vez, numa visita guiada por um marítimo, que sobre a questão de o que ele achava da reserva, ou mais propriamente, como é que vocês se entendem com esses gajos da reserva? E ele deu esta resposta que para mim resume tudo “para que é que havemos de ser estúpidos?” Ou seja, nós temos que os aturar, não nos livramos deles, para quê estar a fazer coisas que no fundo são uma estupidez para todos nós.

7. Qual o objectivo da instituição para quem trabalha? E, enquanto especialista, qual o seu objectivo? Qual a mais-valia para a RNB? Trabalha em equipa? Que tipo de equipa? (articulam com outras equipas? Quais? Porquê?).

O objectivo do Ministério, em particular do ICNB, é cuidar e preservar o ambiente, falando na constituição da RNB, na altura o Arq. Lecoq teve o cuidado de se rodear de especialistas em várias áreas que continuaram o estudo da ilha da Berlenga, nomeadamente equipas de biólogos. Com uma ligação expressa, principalmente à Faculdade de Ciências de Lisboa, que era a instituição que tradicionalmente estudava aquela zona. Nomeadamente com equipas que trabalhavam na problemática dos répteis. No âmbito dessa colaboração, quando veio desempenhar funções de chefia no sul, principalmente na área protegida da ria formosa, teve que entregar a chefia de outras áreas protegidas a pessoas com experiência, embora menos do que a dele. A Berlenga, nessa altura, ficou a cargo de um colega meu de curso, que era o Prof. Luís Vicente, e tinha como braço direito outro colega meu de curso, o Raul Santos. Durante vários anos foi essa dupla que desempenhou as funções de chefia na RNB. Curiosamente nenhum dos dois era funcionário do ICNB. Havia uma articulação muito forte com o ICNB, disponham dos seus meios institucionais, dos vigilantes, da natureza etc.

8. Conhece o actual regime legal que administra a RNB? O que pensa da forma como é gerida a RNB? Factores positivos? Factores menos positivos?

Sim, como lhe dizia, mais tarde houve uma alteração profunda no ICNB, por altura do governo de António Guterres tentou-se racionalizar uma série de situações e, por

razões que desconheço, quer o Prof. Luís Vicente, quer o Prof. Raul Santos, deixaram a direcção da reserva e ficou a assumir a direcção da reserva uma colega nossa aluna do Prof. Luís Vicente, a Dra. Fernanda Cunha. Ela assumiu estas funções durante alguns meses, em determinada altura pediu um reforço para a equipa e, na altura, a direcção do ICNB convidou-me a ir reforçar essa equipa. Trabalhámos em parceria durante ano e meio e depois, por questões pessoais, ela veio para Lisboa e eu fiquei à frente da direcção da RNB. Na altura havia um posto avançado do ICNB na ilha Berlenga, tinham lá uma casa, e havia a presença administrativa em Peniche, na sede da reserva e, por fim, os serviços centrais do Instituto. No meu caso, o sistema que adoptei para a administrar as Berlengas foi permanecer em Lisboa nos serviços centrais, estava em contacto permanente quer com Peniche, quer com a Berlenga e ia por rotina a Peniche, uma vez por semana, e à Ilha sempre que era necessário. Talvez umas quinze vezes, por ano. Para mim era menos que o desejável, mas no dizer dos vigilantes da altura, eu nunca saía de lá. O que vejo de positivo desse tempo é que os problemas que apareciam eram resolvidos com facilidade nas minhas visitas a Peniche, ou mesmo à Berlenga. Sejam os assuntos colocados pelas pessoas que não eram lá residentes na zona e com os meios de comunicação mais modernos na altura (telemóveis), eu estava em contacto permanente, nalguns casos até de forma obsessiva! Lembro-me de ter tido telefonemas cerca da meia-noite de pessoas que estavam na ilha a queixarem-se do vizinho que estava a fazer barulho! Como factores menos positivos, algum mal-estar que episodicamente se instalava entre os vigilantes da natureza do ICNB e algumas populações locais e pescadores.

9. Quais as principais diferenças que observa nesta área geográfica em relação ao tempo em que ainda não havia RNB?

Pelo meu conhecimento, enquanto biólogo, que ia algumas vezes à ilha em trabalhos de campo, agora, principalmente no Verão, os ecossistemas terrestres e marítimos estão muito mais protegidos e principalmente monitorizados.

10. Conhece as regras de utilização e usufruto da RNB? Quais os principais impactes objectivos destas regras na RNB? Identifica mais algum impacte? Quais os impactes esperados mas ainda não atingidos? E os impactes sociais e culturais? Do seu ponto de vista quais os mais importantes?

Olhe, creio que o mais importante que a reserva trouxe para a região foi a capacidade de proteger aquele ambiente particular da ilha e mostrar como isso é possível de ser feito, mesmo com todas as dificuldades e constrangimentos que houve e haverá. Os recursos, mesmo os recursos económicos, estão sobre grande pressão! E se falarmos dos recursos ambientais, ainda mais. Os recursos que existiam há cinquenta anos...o peixe por exemplo, é pescado, enche o pescador de orgulho, vai vendê-lo à lota e acabou. Esse mesmo peixe, se for vendido à actividade Marítimo-Turísticas é vendido várias vezes, dentro de água e é um chamariz para as pessoas que vão lá fotografar o peixe e vê-lo, mas vieram à Berlenga, injectaram dinheiro na Berlenga e no seu circuito turístico, nas comidas e nas dormidas e depois o peixe continua lá a reproduzir-se e a atrair cada vez mais turistas. Agora isto é complicado de explicar aos pescadores, que não sabem ou não querem, viver de outra maneira. Há, por isso, que explicar isto às pessoas de lá, as vezes que for preciso, para elas próprias poderem aproveitar as novas oportunidades da reserva e assim não fiquem excluídas do processo evolutivo. Com o mergulho...isso aconteceu assim, rapidamente algumas pessoas da zona abraçaram e incentivaram essa prática e aproveitaram as excelentes condições que a zona da RNB propicia para o mergulho de observação. Os principais impactes são o excesso de procura principalmente na época balnear. Isso só se resolve com uma gestão integrada, uma gestão que tenha em consideração todos os valores e interesses em presença durante todo o ano. Não se pode querer levar centenas de pessoas para a ilha Berlenga e depois não ter meios para tratar o lixo que essas mesmas pessoas produzem nas poucas ou muitas horas que vão permanecer na ilha.

11.O que mudou depois da constituição da RNB?

A introdução de outro interlocutor na ilha veio mudar algumas regras de uso da ilha e dos seus recursos e isso traz sempre alguns problemas que, na minha altura (1996 a 2007), foram sempre resolvidos com alguma diplomacia. Aquilo trata-se de um pequeno espaço, que em certas alturas do ano se torna rico em alguns recursos e noutras, um aglomerado populacional de relevo para o espaço disponível, e isso tem de ser gerido com muito cuidado, muito dispêndio de tempo e paciência por quem está responsável pela reserva e por quem está no terreno.

12.Como eram antes da existência da reserva as actividades piscatórias na área das Ilhas Berlengas?

Tanto quanto sei, e via, não havia restrições especiais naquela zona e portanto, pescava-se tanto ou mais, do que se pescava noutras zonas.

13. Quais as alterações sentidas nas actividades piscatórias com influência económica desde que existe a RNB?

Havia as queixas habituais, mas não deixaram nunca de usar a ilha e o seu mar para as suas actividades piscatórias. Com as devidas restrições é certo, mas nada de mais que eu tivesse conhecimento.

14. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos piscatórios na RNB?

Agora, não tenho dados que me permitam responder a isso!

15. Quem deve administrar os recursos piscatórios na RNB?

Provavelmente quem está mais vocacionado para isso é a Direcção geral das pescas em conjugação com o ICNB.

16. Como eram antes da existência da reserva as actividades turísticas na área das ilhas Berlengas?

Era essencialmente anárquica e sujeita aos transportes e às infra-estruturas lá disponíveis que, de algum modo, entravam em conflito com o meio ambiente sensível de uma ilha tão pequena como a Berlenga.

17. Quais as alterações sentidas nas actividades turísticas desde que existe a RNB?

Regulou-se a actividade de campismo principalmente e o acesso à ilha, principalmente de Verão!

18. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir as actividades turísticas na RNB?

Agora não sei, mas tem que se continuar a pensar nos ecossistemas em presença na ilha e nas suas fragilidades.

19. Quem deve administrar as actividades turísticas da RNB?

Em minha opinião a RNB apareceu para disciplinar o turismo e as actividades turísticas nesta região. Julgo que talvez, o ICNB em conjunto com a Câmara Municipal, sejam a melhor opção!

20. Identifica alguma outra actividade humana na RNB além destas que falámos? Porquê? Qual a interferência ambiental dessas actividades? (do mar recolhe-se apenas peixe? E de terra?)

Na ilha existe o farol desde 1840 ou 41 com os militares todo o ano, e que é importantíssimo, os pescadores e as suas famílias em algumas épocas do ano, e os turistas em dois ou três meses do ano. Todas essas pessoas exercem actividades diferentes com interferências diferentes ao longo do ano. Na “terra” não se cultivava nada devido à quase inexistência de solos, pois a maior parte da ilha é formada por rocha granítica. Trata-se de um granito muito antigo e muito podre, que sofreu movimentos geológicos intensos. No mar existem grandes variedades de peixes e crustáceos, incluindo o percebe.

21. Ao nível do desempenho ambiental e da biodiversidade como caracteriza as ilhas Berlengas e o mar que a rodeia antes da existência da RNB?

Tipicamente a ilha tem vento do norte que é por sinal toda alcantilada e uma baía protegida a sul e portanto, muito mais abrigada. E nesta zona (a sul) não há falésias, o que sempre facilitou o desembarque de pessoas e mantimentos. Deste lado, o mar é mais calmo, a não ser quando tem ventos do sul, que é relativamente raro. Portanto, a ocupação humana nesta ilha foi sempre nesta zona (sul) e é muito antiga como sabe! Ainda antes do meu tempo descobriu-se construções romanas em terra na ilha Berlenga.

22. Quais as alterações no desempenho ambiental, no aumento da biodiversidade (Houve?) e sustentabilidade que notou desde a constituição da RNB?

Estas coisas nunca são de um dia para o outro, ou de um ano para o outro sequer, são processos relativamente lentos que vão evoluindo ou regredindo. A minha convicção é que se tem caminhado, de uma forma geral, na direcção certa em relação à biodiversidade em presença na ilha e em relação à sua sustentabilidade.

23. O que pensa que se deve alterar na forma de gerir os recursos ambientais da RNB?

Não penso que se deva alterar nada de profundo neste momento, penso que se tem vindo a caminhar para uma situação de relativo equilíbrio ambiental na ilha.

24. Quem deve administrar as potencialidades ambientais da RNB?

Sem duvida o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território através do ICNB.

25. Como gostaria que fossem no futuro as Ilhas Berlengas?

No seguimento do que é actualmente...com mais respeito pelo meio ambiente presente na ilha.

26. Quais as medidas e alterações mais urgentes que se deviam implementar já?

Agora não tenho lá ido ou visitado a ilha, mas penso que continua a ser uma das prioridades para aquela ilha, a necessidade de disciplinar a actividade turística, quer ao nível dos turistas em si quer ao nível dos operadores turísticos. Direcção desses serviços sempre para uma perspectiva de qualidade e não de quantidade. Simultaneamente a insistir-se na fiscalização do que está previsto e legislado para aquele local. Não é necessária mais legislação mas sim proceder-se à efectiva implementação do que já foi legislado, isto de uma forma geral...

27. Quem participa na elaboração dos planos de gestão, das políticas e regulamentos? A população participa? Porquê? Considera isso importante? Porquê? Alguma vez a população participou? Quando? Em quê? Porquê? Como avalia isso? Acha que se devia promover a participação da população? Porquê?

No meu tempo e, dentro dos condicionalismos e da época e do que estava previsto, fiz e tive contactos com diversas pessoas e pescadores. Institucionalmente também tínhamos contactos com o Município local e diversas associações profissionais. Actualmente, não sei quais são os contactos estabelecidos.

28. Acha importante considerar os aspectos sociais e culturais na definição das políticas e planos de gestão? Porquê?

Claro que sim, eu diria que actualmente, e anteriormente também, os principais problemas que poderão ser suscitados na Berlenga são de natureza social e económica (o turismo as pescas etc.) e, como tal, devem continuar a ser considerados nas definições das políticas e planos de gestão.

29. O que alteraria nas políticas ambientais e ecológicas? Porquê? O que pode fazer para conseguir isso?

Isso tem de ser feito sempre com o contacto com as populações e as associações representativas das mesmas (município, associações profissionais, universidades, etc.). Quanto às alterações não tenho nada a apontar. Considero contudo que a actividade turística vai condicionar no futuro e vai ser a “pedra de toque” das Berlengas tornando-se na actividade que maior contributo poderá dar para a preservação do meio ambiente da ilha ou o contrario. Tudo depende das políticas seguidas e da capacidade de manter os recursos ambientais em níveis saudáveis, que no caso da pesca pode significar o desvio desses recursos para o turismo de observação e fotografia em vez da pesca intensiva. Para mim, enquanto biólogo, o que seria fundamental era tornar o fenómeno turístico Berlenga como um fenómeno de turismo da natureza. Isso seria para mim fundamental, realçando tudo o que na ilha existe de particular e especial ao nível endémico.

Muito obrigado,

António Santos